

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS
(PPGHIS)**

ALESSANDRO VESCOVI

**À LUZ DOS VITRAIS, A HISTÓRIA DA
ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, NO
PERÍODO ENTRE 1979 E 1984, A PARTIR DA
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DOM JOÃO BATISTA DA
MOTA E ALBUQUERQUE**

VITÓRIA
2007

ALESSANDRO VESCOVI

**À LUZ DOS VITRAIS, A HISTÓRIA DA
ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, NO
PERÍODO ENTRE 1979 E 1984, A PARTIR DA
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DOM JOÃO BATISTA DA
MOTA E ALBUQUERQUE**

Dissertação apresentada à Banca do Centro de Ciências Humanas e Naturais do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora. Prof. Dra. Márcia B. F. Rodrigues

VITÓRIA
2007

ALESSANDRO VESCOVI

**À LUZ DOS VITRAIS, A HISTÓRIA DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA,
ESPÍRITO SANTO, NO PERÍODO ENTRE 1979 E 1984, A PARTIR DA
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DOM JOÃO BATISTA DA MOTA E
ALBUQUERQUE**

Dissertação apresentada à Banca do Centro de Ciências Humanas e Naturais do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em ____ de _____ de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra Márcia B. F. Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr Sebastião Pimentel
Universidade Federal do Espírito Santo
Titular

Prof. Dr Edebrando Cavalieri
Universidade Federal do Espírito Santo
Titular

Prof. Dr. Aloísio Krohling
Faculdade de Direito de Vitória
Titular

**Obs.: A ficha catalográfica deve ser feita/elaborada pela
bibliotecária da Ufes**

Dados internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Vescovi, Alessandro, 1974

À LUZ DOS VITRAIS, A HISTÓRIA DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA, ESPÍRITO
SANTO, NO PERÍODO ENTRE 1979 E 1984, A PARTIR DA TRAJETÓRIA
POLÍTICA DE DOM JOÃO BATISTA DA MOTA E ALBUQUERQUE
Xxxf.

Orientadora: Márcia Rodrigues
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de
Ciências Humanas e Naturais.

À Deus por ser lâmpada para os meus pés e luz para meus caminhos.

À João Vicente e a Ana, meus pais, que são os primeiros responsáveis por essa conquista.

À Michela, meu amor, minha flor, por sua compreensão, amor e por ter me dado meu melhor presente, nossa filha Júlia.

À Arquidiocese de Vitória, ES, por acolher minha pesquisa, pela confiança ao abrir seus arquivos à minha investigação.

Aos amigos e a todos que participaram na realização deste projeto pessoal, bem como, à Orientadora Prof^a Dra. Márcia B. F. Rodrigues.

RESUMO

À luz dos vitrais, esta dissertação apresenta a história da Arquidiocese de Vitória, no Espírito Santo, entre os anos de 1979 e 1984, por meio de um recorte biográfico a partir da historiografia contemporânea de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, Arcebispo da Igreja de Vitória. A análise deste ator social, bem como de seu tempo e espaço, desvenda um emaranhado de relações, conflitos, olhares, revelando a história de uma Igreja particular, suas comunidades, seu povo e suas lutas. O vitral é uma arte cuja beleza pode ser apreciada na medida em que a luz incide sobre as inúmeras peças de vidro coloridas que compõem a imagem. Com a utilização deste recurso pretende-se resgatar a história da Arquidiocese de Vitória, e até mesmo do Estado do Espírito Santo, à luz da trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque. As transformações vividas pela Igreja Católica Apostólica Romana a partir do Concílio Vaticano II (1962 - 1965) são divisoras de águas da presença desta Igreja no mundo. A mística do Concílio, seus documentos, o pacto das catacumbas e os Irmãos de Taizé influenciaram toda a trajetória política e social do Arcebispo de Vitória, que se tornou um multiplicador das idéias conciliares. A realização das Conferências Episcopais Latino Americanas de Medellín (1968) e em Puebla (1979) reafirmaram as orientações do Concílio Vaticano II por toda a América Latina, assumindo um novo modo de ser Igreja, ao definirem como prioridade eclesial a opção preferencial pelos pobres. Toda esta efervescência pós-concílio incentivou no Brasil, a proliferação das Comunidades Eclesiais de Base. Essas comunidades são células da Igreja, que têm como característica a constituição de pequenos grupos para refletirem sua realidade à luz do evangelho. A partir da formação política e social proporcionada às lideranças das CEB', houve um número significativo de leigos e leigas que passaram a atuar na esfera pública inserindo-se, inclusive, em partidos políticos de esquerda. Dom João Batista da Mota e Albuquerque assume esse novo modo de ser Igreja, incentiva a formação de leigos e leigas conscientes de seu papel de cristão e cidadão, organiza conselhos em todas as instâncias eclesiais, e participa ativamente na vida social e política do Estado. E pelo fato de efetuar denúncias contra aqueles que infringiam os direitos humanos foi duramente criticado, e chegou a sofrer ameaças, sendo obrigado a vender um importante veículo de evangelização da Igreja, a Rádio Capixaba. A trajetória política do Arcebispo de Vitória acontece em meio ao jogo pelo poder dentro e fora da Igreja. A organização do povo em luta por seus direitos, a articulação de cidadãos nos movimentos sociais, sindicatos e associações de moradores, os atos institucionais, a perseguição aos militantes de esquerda, e o movimento estudantil, são alguns dos cenários que compõem os inúmeros vitrais nos quais o ator esteve inserido, marcando significativamente a história do Espírito Santo e da Igreja de Vitória.

Palavras-chave: Biografia. Igreja. Poder. Estado do Espírito Santo. Vitrais. Política. Comunidade Eclesial de Base.

ABSTRACT

In the light of the stained glass, this essay shows Vitória's archdiocese history, in Espírito Santo, from 1979 to 1984, through biographical record from the contemporary historiography of Dom João Batista da Mota e Albuquerque, archbishop of Vitória Church. The analysis of this social actor, as well as of his time and space, reveals confused relations, conflicts, points of view, expressing the history of a private church, its communities, its people and their labor. The stained glass is an art which beauty can be appreciated as the lights are reflected on the countless pieces of colored glass that compound the image. By using this example, there is the intention to redeem Vitória's archdiocese history and even the state of Espírito Santo's, in the light of Dom João Batista da Mota e Albuquerque's political trajectory. The changes experienced by the Roman Catholic Apostolic Church from Vatican Council II (1962 – 1965) are divisory waters from the presence of this church in world. The mystic of the council, its documents, the Catacomb pact and the Taizé Brothers, inspired all the social and political trajectory of the archbishop of Vitória, who has become a propagandist of the council ideas. The event of the Latin America Episcopal Conferences of Medellín (1968) and in Puebla (1979) restated the orientation from the Vatican Council II all over Latin America, assuming a new way of being church, when it was defined as ecclesiastical priority the preference for the poor. All of this post-council restlessness encouraged the proliferation of many Ecclesial Base Communities in Brazil. These communities are church cells, which have as the main characteristic some groups constitution, in order to think about their realities in the light of the Gospel. Since the political and social formation was given to the CEB leaders, there was an expressive number of laymen who introduced themselves in the public area, taking part of the Left Political Party. Dom João da Mota e Albuquerque adopts this new way of being church, encourages the formation of conscious laymen, who are aware of their Christian and citizen role in society, organizes counsels in all ecclesiastic instances, and takes part actively of the social and political state life. Due to his denouncing against those who violated the human rights, he was hardly criticized, and even threatened, being obliged to sell an important mean of the church evangelism, the Capixaba Radio. The political trajectory of Vitória's archbishop takes place among a game for power, inside and outside the church. The organized people fighting for their rights, the citizen involvement in social movements, labor unions and resident associations, the institutional acts, the persecution to the Left side militants and the student movement, are some parts of the scenery that compound the stained glass in which this social actor has been inserted, marking expressively the history of the Espírito Santo and Vitória's church.

KEYWORDS: Biography. Church. Power. Espírito Santo State. Stained Glass. Polítics. Ecclesiastic Base Community.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 BIOGRAFIA E HISTÓRIA	18
1.1 A IGREJA DE JOÃO	18
1.2 PERFIL BIOGRÁFICO	36
2 O PODER ECLESIAÍSTICO E A POLÍTICA NO BRASIL	52
2.1 A AÇÃO CATÓLICA.....	59
2.2 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	61
2.3 A ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA.....	65
2.4 AS ASSEMBLÉIAS ARQUIDIOCESANAS.....	74
2.5 AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE	77
2.6 A QUESTÃO RELIGIOSA E O PODER	82
3 DOM JOÃO À LUZ DOS VITRAIS	86
3.1 DEPOIMENTOS.....	88
3.1.1 Dom João: o bispo da Igreja dos pobres – Dom Waldir Calheiros.....	88
3.1.2 Dom João e a Igreja em comunidades – Dom Demétrio Valentini.....	89
3.1.3 Dom João: um homem verdadeiramente extraordinário – Cardeal Serafim Fernandes.....	90
3.1.4 Dom João: um ser político e social pautado na Bíblia – Irmão Roque Plínio Loss.....	91
3.1.5 Dom João: uma autoridade respeitada – Tereza Côgo.....	93
3.1.6 Dom João: um perfil de pastor – Dom Geraldo Lyrio Rocha.....	94
3.1.7 Dom João: um dos maiores líderes do Espírito Santo – Cláudio Vereza.....	98
3.1.8 Dom João: um homem que viveu mudanças radicais – Cônego Maurício Mattos.....	105
3.1.9 Dom João: um homem sempre aberto às novidades – Frei Betto.....	108
3.1.10 Dom João, por ele mesmo: minha voz é eco da voz do povo. Calar agora é necessário.....	109
3.2 Uma análise sobre os vitrais.....	110
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113

6	REFERÊNCIAS	117
7	ANEXOS.....	124
	ANEXO A – Cópia da certidão de nascimento.....	125
	ANEXO B – Curriculum Vitae.....	126
	ANEXO C – Bula de nomeação episcopal traduzida.....	128
	ANEXO D – Ficha sacerdotal.....	129
	ANEXO E – Viver o inesperado - Carta do Irmão Roger.....	130
	ANEXO F – Carta aos sacerdotes e leigos.....	133
	ANEXO G – Cópia do Atestado de óbito.....	135
	ANEXO H – Carta ao povo brasileiro.....	136
	ANEXO I – Modelo do SIDAV – Serviço de Informação da Arquidiocese de Vitória.....	138
	ANEXO J – Conclusões do 1º e 2º Encontro Intereclesiais de CEB’s do Brasil.....	139
	ANEXO K – Cópia de depoimento de Dom João “Eu cresci em Vitória”.....	143
	ANEXO L – Carta de Dom João ao Cardeal Baggio.....	144
	ANEXO M – Celebração do jubileu de prata episcopal.....	146
	ANEXO N – Cópia de depoimento de Dom João “Minha voz é eco da voz do povo”	149
	ANEXO O – O último sermão.....	150
	ANEXO P – Missa de 7º dia.....	154
	ANEXO Q – À luz dos vitrais: Influências sobre Dom João Batista antes do Concílio Vaticano II.....	156
	ANEXO R – À luz dos vitrais: Influências sobre Dom João Batista durante o Concílio Vaticano II.....	157
	ANEXO S – À luz dos vitrais: Influências sobre Dom João Batista após o Concílio Vaticano II.....	158

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, apresentado à banca do Centro de Ciências Humanas e Naturais para o exame de qualificação no Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, traz como tema: “À luz dos vitrais, a história da Arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, no período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque”.

Dom João Batista da Mota e Albuquerque foi um personagem decisivo na história da Arquidiocese de Vitória – ES, por isso, a exemplo da experiência dos vitrais, que na medida em que têm a luz refletida sobre o vidro, refletem imagens magníficas, realizaremos leituras sobre a história da Igreja de Vitória, entre os anos de 1979 e 1984, e analisaremos a vida de Dom João, nesse mesmo período porque seu arcebispado foi reflexo de sua vida e da vida das Comunidades Eclesiais de Base¹ – (CEB's) dessa Igreja e, por ele ter vivido possíveis transformações dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, bem como possíveis transformações políticas, sociais, culturais, econômicas, no Brasil e no mundo.

Dom João teve papel importante na divulgação e implantação do Concílio Vaticano II² e papel decisivo na renovação da Igreja e no surgimento e crescimento das CEB's no Espírito Santo e no Brasil. As CEB's, por sua vez, foram verdadeiro celeiro de novas lideranças religiosas e políticas, especialmente no período compreendido entre os anos de 1979 e 1984, período histórico sobre o qual versa este estudo.

Dom João levou a Arquidiocese a assumir posições progressivas diante de uma sociedade fundada em estruturas de intolerável injustiça, discriminação e marginalização. Suas linhas de trabalho: encorajamento da sindicalização dos trabalhadores rurais; incentivo ao engajamento dos movimentos cristãos na luta pela transformação das estruturas políticas e sociais; educação popular libertadora; luta em favor dos direitos humanos.

¹ A Conferência Episcopal Latino-Americana realizada em Medellín, Colômbia, em 1968, afirmava que uma Comunidade Eclesial de Base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela. Portanto célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento.

² O Concílio Vaticano II (CVII), foi o vigésimo primeiro Concílio Ecumênico da Igreja católica. Foi aberto sob o papado de [João XXIII](#) no dia [11 de outubro](#) de [1962](#) e terminado sob o papado de [Paulo VI](#) em [8 de dezembro](#) de [1965](#). Nestes três anos, se discutiu e regulamentou temas pertinentes à Igreja católica, sempre visando a um melhor entendimento de Cristo junto à realidade vigente do homem moderno.

Esse ideário, segundo o próprio arcebispo, guardava absoluta fidelidade ao Novo Testamento. “Emito as palavras do Evangelho. Se essas palavras provocam tumultos, eu não posso fazer nada, a não ser esperar que reflitam”, disse certa vez, ele que muitas vezes foi chamado de comunista. Mas jamais recuou: “A Arquidiocese continuará sua luta ao lado do povo, até a cadeia ou a morte³”.

Vê-se, pois, que há muito a pesquisar, analisar e compreender, conquanto as diversas fontes e a história iluminam a nossa busca e nos provocam a identificar qual a relação entre a trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque e a história da Arquidiocese de Vitória no Estado do Espírito Santo entre 1979 e 1984.

Apesar de Dom João ter estado à frente dessa Igreja durante vinte e seis anos, optamos pelo recorte histórico entre os anos de 1979 e 1984, considerando o chamado período de redemocratização brasileiro, também por ser um período em que o Estado do Espírito Santo foi atingido por grandes enchentes, e por ter sido Dom João uma das vozes que não se calou diante de tais fatos, até o dia de sua morte em 1984. Outros fatos que justificam também o recorte historiográfico são registros analisados nos arquivos da Arquidiocese de Vitória que apontavam, em 1979, falhas no processo de conscientização política das comunidades, a solidariedade percebida durante as enchentes, a atuação da Igreja por ocasião da greve dos professores e trabalhadores da construção civil. A definição por seguir esta pesquisa até o ano de 1984 considera a morte de Dom João, o período de redemocratização e também uma carta escrita por Dom João, em 13 de março de 1984, e assinada pelo Arcebispo e pelo então Arcebispo Coadjutor Dom Silvestre, onde afirmavam:

Nós, Dom João Batista da Mota e Albuquerque e Dom Silvestre Luiz Scandian, Bispos da Arquidiocese de Vitória, julgamos legítimo o esforço do povo em busca de maior participação nas decisões do seu destino através de autênticas organizações e de mobilização popular não-violenta. Portanto, apoiamos as manifestações da população em prol das eleições diretas.

Junto com a maioria da população consideramos o atual colégio eleitoral não representativo do povo brasileiro e por isso ilegítimo.

³ DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Mota e Albuquerque**. Vitória, ES: Contexto, 2005. p. 12.

Sabemos que os grandes problemas que afligem nosso povo, como: desemprego, fome, seca, falta de reforma agrária adequada, corrupção, violência, etc. não se resolverão simplesmente pela eleição direta do Presidente da República. Contudo, essa escolha pelo povo dará ao chefe da nação autoridade e respaldo para empreender as medidas urgentes e indispensáveis de que o país precisa. Essas medidas se efetuarão desde que todos colaborem com aqueles que receberam o mandato popular.

Nesta pesquisa queremos construir uma “biografia coral” de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, buscando atender ao paradigma do gênero biográfico e ao mesmo tempo resgatar a história da Arquidiocese de Vitória – ES, nesse período histórico, bem como, resgatar na história, através da trajetória social, política e das relações estabelecidas por Dom João Batista, uma nova postura eclesial diante do Estado capixaba, considerando as relações de poder e uma possível redefinição nas relações entre a Igreja e Estado. Quanto à biografia coral, apresentaremos um pouco mais a respeito dessa modalidade que irá exprimir uma multiplicidade de “eus” e o conjunto do sistema social no qual Dom João esteve inserido.

A natureza das fontes desta pesquisa está, em princípio, na história de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, Bispo da Igreja de Vitória/ES, entre os anos de 1957 e 1984. As fontes identificadas e selecionadas são cartas, textos, reportagens, pronunciamentos, depoimentos e obras do ator histórico e também a respeito deste. À medida que desenvolvermos a microanálise na trajetória política de Dom João, que vai do social ao individual, do inconsciente para o consciente, do público para o privado e do familiar ao político, poderão surgir indícios que nos revelarão a história dessa Igreja entre os anos de 1979 e 1984.

Dentre as obras que nos oferecem algumas pistas importantes destacamos: *Dom João Batista da Mota e Albuquerque*, escrita em 2005 por Sandra Daniel e coordenada por Antônio de Pádua Gurgel; *Dom João Batista da Mota e Albuquerque*, escrita em 2005, por Dom Geraldo Lyrio Rocha; *A elite eclesiástica brasileira*, escrita em 1988 por Sérgio Miceli; *Diálogos na sombra*, escrita em 2001 por Kenneth P. Serbin; *As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida*, escrita em 2005 por Jeanne Bilich; *Igreja católica e política no Brasil: 1916 – 1985*, escrita em 2004 por Scott Mainwaring, *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, escrita em 1998 por Jacques Revel; *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, escrita em 2001 por Carlo Ginzburg; *Usos e abusos da história oral*, escrita em 2005 por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira; *A gênese das CEB's no Brasil*, escrita

em 1988 por Faustino Luiz Couto Teixeira; *Teoria dos movimentos sociais*, escrita em 2004 por Maria da Glória Gohn; *Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*, documento da CNBB escrito em 1986; *A força transformadora social e simbólica das CEB's*, escrita em 1997 por Castor M. Bartolomé Ruiz; e *Igreja Católica, sindicatos e movimentos sociais*, escrita em 2003 por Roque Hammes.

Trata-se de uma pesquisa indiciária, fundamentada na investigação biográfica minuciosa e na microanálise histórico social, introduzindo uma série de níveis de interpretação.

A micro-história não rejeita, portanto, a história geral, mas introduz a ela, tomando o cuidado de distinguir os níveis de interpretação: o da situação vivida pelos atores, o das imagens e símbolos que eles acionam, conscientemente ou não, para se explicar e se justificar, o das condições históricas da existência dessas pessoas na época em que seus discursos e seus comportamentos foram observados⁴.

No primeiro capítulo intitulado “Biografia e História” apresentamos a biografia do autor e buscamos reconstituir sua trajetória dentro de um contexto social e eclesial no Espírito Santo, entre os anos de 1979 e 1984. Buscamos reconstituir por meio da análise de documentos, cartas, mensagens, escritos e depoimentos, a vida de Dom João Batista da Mota e Albuquerque identificando sinais, pormenores e indícios em sua história que possibilitem discutir e aprofundar a pesquisa sobre a história da Igreja de Vitória.

Carlo Ginzburg, ao fazer da análise, com lupa, de fatos circunscritos uma das tarefas básicas da micro-história, desenvolve uma preocupação com o detalhe que pretende remeter as propriedades de fenômenos fortemente individualizados às características gerais dos conjuntos nos quais eles se inscrevem. Ele se inspira, para tanto, no “método indiciário⁵” utilizado no último quartel do século XIX por Giovanni Morelli.

A fim de desenvolver a pesquisa, discutimos parâmetros teóricos e metodológicos problematizados por Ginzburg acerca do Paradigma Indiciário, em obras como: *O queijo e os vermes* (1987), *A micro-história e outros ensaios* (1991), *Sinais, raízes de um paradigma indiciário* (2001); discutimos acerca da experiência da

⁴ REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 45).

⁵ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

microanálise e a biografia como problema, na obra *Jogos de escalas*, organizada por Jacques Revel em 1998; e discutimos os parâmetros teóricos da história oral a partir da obra *Usos e abusos da história oral*, organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado em 2005.

Identificamos ainda a proposição de Peter Burke a respeito do microscópio social⁶; a proposição de Norbert Elias a respeito dos seres humanos como indivíduos e como sociedade, e suas auto-imagens inspiradas no desejo e no medo⁷. E, do ponto de vista metodológico, procuraremos observar, à luz de Foucault⁸, o exercício do poder, do centro para a periferia, do macro para o micro.

No segundo capítulo intitulado “O poder eclesiástico e a política no Brasil”, identificamos as múltiplas realidades da Igreja, do Estado e da Sociedade brasileira, entre os anos de 1979 e 1984; discutimos as relações entre Igreja, Estado e Sociedade no Brasil, e as possibilidades e limitações dessas relações, a partir da leitura de Sérgio Miceli, de Kenneth P. Serbin, Maria da Glória Gohn, de Scott Mainwaring e Beatriz Lima Herkenhoff. Utilizamos a mudança da escala de análise com a finalidade de modificar a forma e a trama nesta pesquisa e conseqüentemente reconhecer a variação da realidade social estudada na medida em que modificamos o nível de análise ou da escala de observação. Nesse capítulo propomos, também, a leitura da obra “*Gramsci e a questão religiosa*” escrita por Hugues Portelli em 1984, a fim de rastrear informações sobre a visão de Gramsci a respeito da religião, Igreja, Estado, política e o papel da Igreja no seio da sociedade civil, ora por ser Gramsci um homem político e um teórico marxista, ora porque Dom João bem como as CEB's, foram diversas vezes intitulados marxistas e comunistas. Nesse capítulo focalizaremos a Igreja e a Sociedade do Espírito Santo entre 1979 e 1984, focalizamos o Estado do Espírito Santo. Buscaremos traços expressivos nesse período marcado por grandes enchentes, pelo chamado período de redemocratização e pela morte de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, e por ter apresentado mudanças significativas na vida capixaba, dentre elas o processo de organização e participação política de diferentes segmentos sociais. Ao considerarmos as grandes enchentes como um dos fatores que determinaram o período estudado, fizemo-lo pois, durante as grandes enchentes, ocorreram

⁶ BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 60.

⁷ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 63.

⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.

situações em que Dom João assumiu o papel de referência, de pastor, de político, seja através de palavras seja de gestos.

Segundo o próprio Dom João, ele emitia as palavras do Evangelho, e se essas palavras provocavam tumultos, não podia fazer nada, a não ser esperar que tais palavras fossem refletidas. Muitas vezes foi chamado de comunista, mas jamais recuou e ainda afirmava que a Arquidiocese continuaria sua luta ao lado do povo, até a cadeia ou a morte.

A década de 70 coincidiu com o período mais duro da ditadura militar implantada em 1964, e caracterizou-se pelo desabrochar de um clamor crescente de opiniões contrárias e condenatórias aos governos estabelecidos por via das ditaduras, o racismo, o temor generalizado por guerras e conflitos armados, o medo decorrente da proliferação de usinas nucleares, a discriminação racial e sexual, e ainda, o despertar de uma nova consciência referente à devastação ambiental no planeta⁹. Segundo Kennety P. Serbin, nesse período, ao contrário de como ocorreu no decorrer do século XX, em que a Igreja Católica desenvolveu laços sólidos com o Estado, os encontros entre bispos e governo, ou líderes militares tornavam-se secretos, para que ninguém soubesse que os militares dialogavam com os homens que representavam uma ameaça política maior à ditadura do que os guerrilheiros ou qualquer outro grupo: os Bispos da Igreja Católica. É necessário que percebamos que essa relação entre Igreja e Estado é um tanto complexa e ambígua seja a partir do momento em que a Igreja representa algum interesse que não é contemplado na pauta de interesses definidos pelo Estado, seja quando a Igreja representa um interesse objetivo de classe, que contraria os interesses dominantes. Nessa relação, o que o Estado compreende como política, a Igreja compreende como exigência evangélica.

Nesse período, temos ainda, no Espírito Santo, a fundação da Aracruz Celulose, em abril de 1972, e a partida da primeira unidade de produção, a chamada fábrica A, em setembro de 1978. Os conflitos gerados nas relações entre a Aracruz Celulose e as comunidades indígenas levaram Dom João a processar a Fábrica. Dom João questionou também alguns colégios particulares, dentre eles, o Colégio Marista de Vila Velha, que segundo ele, destoavam da linha de pastoral da Arquidiocese de

⁹ BILICH, Jeanne. **As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida**: o cinema como mundo, a arte como universo. Vitória – ES: GSZ Gráfica e Editora, 2005. p. 49.

Vitória. Promoveu reações contra o governo de Cristiano Dias Lopes e o governo posterior, alegando que facilitavam a ação do grupo paramilitar *Escuderie Le Cock* até a entrada do governador Gerson Camata.

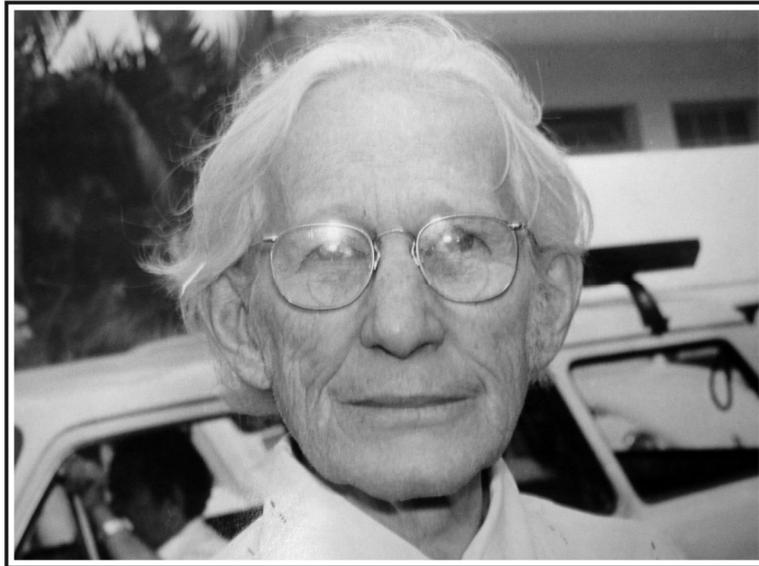
Nessa época, as CEB's das áreas de Linhares e Colatina, bem como as CEB's de Itarana, Itaguaçu e outras da linha Ita, celebravam o "Dia dos Mártires das CEB's" pela coragem de padres, religiosos e leigos que defendiam a opção preferencial da Igreja, porque a década de 70 foi um tempo, sobretudo, de alastramento da corrupção política no Estado capixaba.

No terceiro capítulo intitulado "Sob a luz dos vitrais", realizaremos uma construção simbólica a respeito dessa relação entre a trajetória política de Dom João e a Igreja de Vitória, portanto não realizaremos uma construção fiel de uma imagem, mas uma possível compreensão de pessoas e grupos.

Para escrevermos "Sob a luz dos vitrais", encontramos indícios na arte dos vitrais que apontam seu surgimento no Oriente por volta do século X e seu crescimento na Europa durante a Idade Média. Identificamos também que eram usados nas igrejas e catedrais para dar maior imponência ao ambiente e mais espiritualidade pelo efeito da luz penetrando o ambiente das imagens dos santos e outros elementos religiosos. Segundo Lúcia C. Zucchi¹⁰, as igrejas medievais orientavam-se sempre para o nascente. Aquele que nela entra pela manhã vai da região de maior penumbra, junto ao átrio, para a de maior luz, onde está o sacrário.

A pesquisa desenvolvida apontará indícios, pistas e informações que possibilitarão escrevermos sobre a Arquidiocese de Vitória, Espírito Santo na medida em que elaborarmos uma biografia coral sobre a trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque à frente dessa Igreja, entre os anos de 1979 e 1984.

¹⁰ ZUCCHI, Lúcia C. **Janelas do paraíso**. Texto apresentado a Montfort Associação Cultural, 2005. Disponível em: <<http://montfort.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2005.



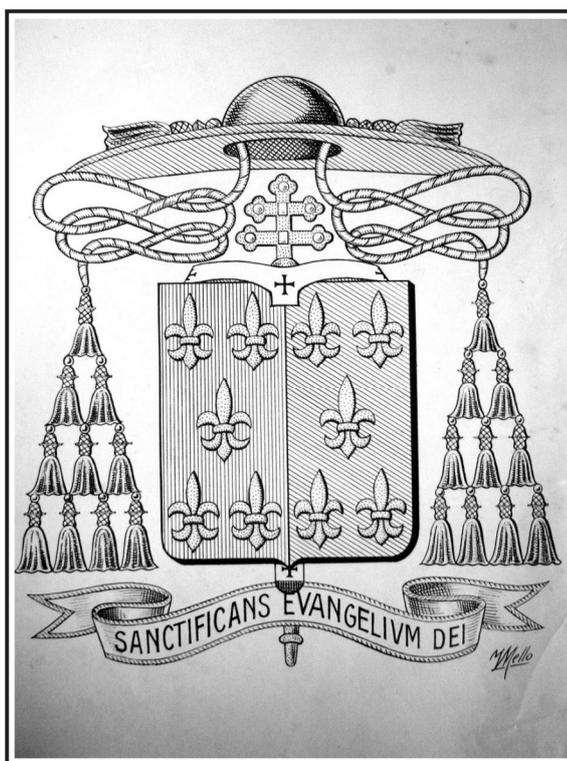
Dom João Batista da Mota e Albuquerque¹¹

¹¹ LOYOLA, Gildo. **Dom João Batista em atividade pastoral. Vitória, ES, 1982.** 1982. 1 fotografia, p&b, 12x18cm.

1 BIOGRAFIA E HISTÓRIA

1.1 A IGREJA DE JOÃO

Sanctificans Evangelium Dei, esse é o lema de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, que pode ser traduzido como “Sacerdote do Evangelho de Deus” e com o qual viveu à frente da Igreja de Vitória.



Brasão de Dom João Batista da Mota e Albuquerque¹²

João Batista da Mota e Albuquerque, filho de Francisco Feliciano da Mota e Albuquerque e Francisca do Carmo Mota e Albuquerque, nasceu em 02 de setembro de 1909, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Foi batizado a 11 de novembro de 1909 na Igreja Matriz da Glória, no largo do Machado, no Rio de Janeiro, conforme certidão de nascimento (ANEXO A).

¹² Brasão Episcopal de Dom João Batista, extraído da carta de saudação de Dom João escrita em 15 de agosto de 1957 da casa paroquial de Nossa Senhora da Glória, RJ. Este material pertence ao Arquivo do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória. O Brasão traz as armas das duas tradicionais famílias, Motta e Albuquerque. É um preito de saudade e reverência de Dom João aos que o precederam no sinal da fé, e legaram-lhe o nome e o patrimônio das virtudes cristãs.

Posteriormente transferiu-se com a família para Laguna, Santa Catarina, onde fez seus estudos e, em 25 de março de 1923, recebeu a primeira comunhão. Ainda em 1923, ingressou no Seminário Menor de Pirapora, São Paulo, onde frequentou o Ensino Médio e recebeu o sacramento da Crisma. João Batista Estudou em Roma, no Pontifício Colégio Pio Latino-Americano e foi ordenado sacerdote no dia 15 de abril de 1933, na Capela do Seminário Lateranense, em Roma. Recebeu a Ordenação Episcopal na Matriz da Glória, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, no dia 25 de julho de 1957 e, em 17 de agosto do mesmo ano, tomou posse como 6º Bispo da Diocese do Espírito Santo. (ANEXO B)

Esse período, conhecido como República Velha, ainda que a Igreja tenha tentado recuperar a sua presença na sociedade e a sua hegemonia perdida com o nascimento da república, enfrentando, no campo religioso, batalhas contra os avanços dos protestantes e no campo ideológico as polêmicas anti-laica, antiliberal e anti-positivista,¹³ foi marcado pelo fim do monopólio da fé no Brasil e a separação Igreja-Estado (1891).

A Igreja de Vitória-ES foi uma das mais antigas freguesias criadas no Brasil e teve como seu primeiro vigário o Padre João Dormundo, nomeado em 13 de janeiro de 1541. Inicialmente ligada ao Arcebispado de Lisboa e, a partir de 1550, já paróquia do Espírito Santo, ligada à diocese da Bahia. Em 1575, passou à jurisdição da Prelazia do Rio de Janeiro. Em 22 de novembro de 1676, o Papa Inocêncio XI elevou a Prelazia do Rio de Janeiro à condição de Bispado, e, em 15 de dezembro de 1819, o bispo Capelão-mor Dom José Caetano da Silva Coutinho conferiu à freguesia de Vitória a prerrogativa de Arciprestado, inicialmente ligada à diocese de Niterói-RJ.

Figuram entre os arciprestes alguns proeminentes vultos do clero capixaba. Dentre eles vários eram políticos e homens de letras, como os Padres Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, Francisco Antunes de Siqueira, João Clímaco de Alvarenga Rangel, Inácio Felix de Alvarenga Sales, João Luís da Fraga Loureiro e José Gomes de Azambuja Meireles.¹⁴

¹³ MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução de catolicismo no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

¹⁴ SCHIAVO, José. História eclesiástica do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. Vitória, ES, n. 43, ano 1993/1994. p. 50.

A diocese do Espírito Santo foi criada em 15 de novembro de 1895, por meio da Bula *Sanctissimo Nostro*, do Papa Leão XIII, e administrada por Dom João Fernando Thiago Esberard, 1º arcebispo do Rio de Janeiro, até 23 de maio de 1897, quando tomou posse Dom João Batista Corrêa Nery, primeiro bispo dessa diocese. Algumas dificuldades enfrentadas por Dom João Nery foi a presença de poucos sacerdotes para os 49.000 quilômetros quadrados de superfície, a falta de recursos materiais, as péssimas condições sanitárias, a febre amarela, a ausência de luz, água e esgoto na capital do Estado e a ausência de estradas para o interior. Interessou-se pela formação de seu clero, restabeleceu a tradicional festa da Penha e viajou por todos os cantos da diocese. Em 09 de março de 1902, após a saída de Dom João Nery, tomou posse na diocese Dom Fernando de Souza Monteiro. Regeu a diocese durante 14 anos, dispensou atenção à reforma do clero, providenciou visitas pastorais em toda parte, organizou a União Popular, a Liga Eleitoral, o Círculo Católico, a catequese aos índios do Rio Doce e realizou obras sociais.

Nos anos de estudos de Dom João, a diocese do Espírito Santo teve à sua frente Dom Benedito Paulo Alves de Souza, que havia sido empossado em 19 de maio de 1918. Dom Benedito foi o terceiro bispo da diocese do Espírito Santo, incentivou a cultura literária e foi um dos fundadores da Academia Espírito-Santense de Letras em 1921, e seu primeiro presidente. Cuidou da instrução religiosa dos fiéis e empreendeu restauração no Santuário da Penha, construiu uma nova Catedral, que foi entregue ao engenheiro capixaba Dr. Henrique de Novais, e criou, em 1927, a Congregação Diocesana das “Irmãs de Jesus Cristo Rei”.

O Padre João Batista da Mota e Albuquerque, que havia permanecido em Roma até 1935 cooperando na fundação do Pontifício Colégio Pio Brasileiro, regressou ao Brasil neste ano e esteve presente na Arquidiocese do Rio de Janeiro exercendo funções de diretor espiritual, professor e reitor do seminário São José do Rio de Janeiro, também foi assistente eclesiástico da JUC – Juventude Universidade Católica e da Juventude Feminina de Ação Católica, foi presidente da comissão de música sacra e pároco da paróquia do Sagrado Coração de Jesus e, posteriormente, pároco da Matriz da Glória.



Padre João Batista da Motta e Albuquerque¹⁵
(Em pé, o segundo da esquerda para a direita).

No ano anterior à ordenação sacerdotal de João Batista, precisamente em 18 de março de 1932, foi nomeado bispo Dom Luís Scortegagna, permanecendo à frente da diocese do Espírito Santo até 1951. Dom Luís concluiu as obras da Catedral, fundou o jornal católico “O Santuário da Penha” e, em 1945, celebrou o cinqüentenário de criação da Diocese do Espírito Santo. Faleceu no dia 1º de dezembro de 1951.¹⁶

Em 19 de março de 1952, foi empossado bispo Dom José Joaquim Gonçalves, que esteve à frente da diocese de Vitória até sua transferência na qualidade de bispo auxiliar na diocese de Ribeirão Preto (SP), em 14 de março de 1957, após sua renúncia. Seu substituto na sede episcopal de Vitória foi o bispo Dom João Batista da Mota e Albuquerque, nomeado Bispo do Espírito Santo pelo papa Pio XII, no dia 04 de maio de 1957. A tradução da Bula de nomeação de Dom João Baptista da Motta e Albuquerque resgata parte da história dessa Igreja e exorta Dom João “[...]a conduzir com diligência e zelo pastoral o novo rebanho que te é confiado, e que, com a ajuda de Deus, ele cresça na fé e na caridade” (ANEXO C).

¹⁵ ALBUQUERQUE, João Batista da Mota e. **Foto do Padre João Batista junto a autoridades da Igreja e do Estado. RJ, década de 50.** 1 fotografia, p&b, 15x23.

¹⁶ SCHUBERT, Guilherme. **A província eclesiástica do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Agir, 1948. p. 259-288.

Segundo João Batista Herkenhoff,¹⁷ o novo bispo entrou pela Avenida Jerônimo Monteiro em carro aberto, com destino à praça diante do Palácio Anchieta, onde foi recebido oficialmente pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar. No início da noite, Dom João se paramentou e seguiu, em procissão, até a Catedral, onde pronunciou sua primeira homilia. No dia seguinte, um domingo, Dom João celebrou sua primeira missa como bispo do Espírito Santo.

A Igreja, sem romper sua aliança com o Estado, buscou expandir sua atuação junto às camadas médias e populares, e criou a Ação Católica e os Círculos Operários a fim de atuar junto ao operariado. A partir de 1950, a Ação Católica, agora assumindo um modelo mais descentralizado e democrático, e com maior inserção no meio operário e social, possibilitou o surgimento das Juventudes Católicas, dentre elas: a Juventude Agrária Católica (JAC) nas zonas rurais; a Juventude Estudantil Católica (JEC) nos movimentos de jovens secundaristas; a Juventude Operária Católica (JOC) no campo operário; a Juventude Independente Católica (JIC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), nos meios universitários, que, posteriormente, contribuíram também na formação de lideranças leigas, e participaram nas experiências em movimentos de educação de base, em sindicatos, em partidos, nas CEB's e em outros movimentos sociais seculares ou não.

A fundação da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952, uma das primeiras organizações episcopais do mundo, também contribuiu na recuperação da presença da Igreja junto à sociedade, ao reunir a ala progressista da Igreja e, ao mesmo tempo, permitir uma maior articulação dos bispos entre si, além de possibilitar maior agilidade na tomada de decisões da Igreja. A fundação da CNBB representou uma organização coesa e ordenada que avaliza as posições dos membros da Igreja, por meio de suas instituições, dentre elas o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, Comissões, Dimensões e Igrejas Particulares.

Em fevereiro de 1958, foi criada a Província Eclesiástica de Vitória, composta pelas dioceses de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e pela Arquidiocese de Vitória, sendo Dom João Batista da Mota e Albuquerque proclamado o primeiro arcebispo da Arquidiocese de Vitória em 26 de maio do mesmo ano. Cabe ressaltar que a Arquidiocese de Vitória, enquanto Igreja particular, envolvia também a região de

¹⁷ HERKENHOF, João Batista, apud, DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Mota e Albuquerque**. Vitória, Es: Contexto, 2005. p.19-20.

Colatina, que se tornou Diocese de Colatina somente em 1990. Em 1965, Dom João recebeu Dom Luís Gonzaga Fernandes como bispo auxiliar. Dom Luís permaneceu em Vitória até 1981, quando assumiu a Diocese de Campina Grande, na Paraíba. Dom Luís, posteriormente relatando sobre sua vinda para Vitória e sobre o trabalho com Dom João, relatou:

Em 1966 vim para Vitória; vim trabalhar com Dom João Batista, um sonhador, né? Na realidade, ele pensou em destacar uma área em torno de Colatina, que logo adiante seria Diocese, e me pediu que fizesse uma missão mais intensiva [...] Grande a Arquidiocese, com mais de 20 mil quilômetros de território. Então, fui morar praticamente em Colatina. Morar é modo de dizer, porque eu tinha moradia em Vitória e fiquei nesse vaivém entre Vitória e Colatina. Mas gastando bastante tempo em Colatina e suas redondezas [...] Aí foi minha experiência inicial, onde a gente trabalhou num projetinho que desabrochou nas Comunidades de Base.

O Concílio Vaticano II refletiu em profundidade sobre o mistério da Igreja e sua missão lançando os grandes princípios orientadores da renovação do corpo eclesial. Ele se classificou como pastoral e descobriu na evangelização a contribuição específica da Igreja no mundo, o que implicou uma constante conversão e reforma, saindo de si e deixando-se interpelar pelo seu Senhor que se faz conhecer também nos sinais dos tempos, referindo-se como 'Povo de Deus' a serviço da humanidade, e superando a exclusividade da estrutura verticalista, monárquica e acentuadamente clerical, e abrindo-se à estrutura comunitária na qual o leigo é reconhecido como sujeito no processo. Foram a convocação, as sessões e os documentos do Concílio Vaticano II que revelaram o potencial pastoral das CEB's, a abertura das comunidades para o mundo e para a história, a densidade de reflexão, postulando a imagem da Igreja como sendo o "povo de Deus" a caminho. O que percebemos então, é a ruptura da tradicional aliança própria do regime de cristandade, desenvolvida na história entre a Igreja e os setores dominantes, para uma nova configuração eclesial que se desloca para as bases sociais da Igreja.

Tanto o Brasil quanto o Espírito Santo passaram por mudanças significativas no fim dos anos 70 e início dos anos 80 e Dom João viveu tais mudanças junto à Igreja, sejam as mudanças ao redor do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín¹⁸ e Puebla,¹⁹ sejam as mudanças advindas do

¹⁸ Documentos de Medellín, 1968. II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizado em 1968 na cidade de Medellín, na Colômbia que teve como centro de sua atenção o homem do continente latino-americano e o momento decisivo que vivia naquele processo histórico. Seu claro propósito foi acolher as orientações do Concílio, inserindo-as de maneira prática e dinâmica nas

regime militar no Brasil e o período de redemocratização. Esse período foi marcado pela forte oposição da sociedade civil ao regime militar, pela conseqüente violação das regras eleitorais por meio de decretos que objetivavam garantir a maioria dos cargos eletivos ao partido do governo. Nesse período, as CEB's ganham vida própria, alimentadas pela Teologia da Libertação²⁰ e tornam-se espaço de uma nova mentalidade e de uma nova prática das camadas populares.

Nas CEB's percebe-se nitidamente condições de um espaço popular de religião. Instauram-se condições reais de reconstituição do tecido humano e social, num clima de solidariedade e partilha. Nasce um novo estilo de relacionamento entre os pobres, que começam a se reunir, à luz da Palavra de Deus, para pensar, falar e agir. Relacionamento que ativa um potencial que é gerador de práticas efetivas de transformação. Com a experiência das CEB's constrói-se comunitariamente o espaço de emergência de uma nova mentalidade e de uma nova prática das camadas populares²¹.

A Igreja em Medellín se auto definiu como evangelizadora, testemunha dos valores do Reino e solidária com os pobres, reconhecendo a eclesialidade das CEB's. O que caracterizou a história da Igreja a partir de então foi uma mudança de lugar social e, automaticamente, uma redefinição de sua missão e presença entre os homens. As grandes opções que constituíram o perfil do rosto da Igreja foram: sua inserção no meio do povo, entre os pobres, no movimento de libertação, o fortalecimento da Igreja e a criação e ampliação das Comunidades Eclesiais de Base. A Igreja cresceu como porta-voz dos oprimidos, redefiniu sua missão e atuação pastoral junto aos

circunstâncias próprias da realidade de nosso continente. Pela primeira vez, as igrejas latino-americanas afirmaram a sua especificidade, oferecendo uma mensagem ao povo que reproduzia os ensinamentos do Cristo na linguagem própria dos latinos.

¹⁹ Documentos de Puebla, 1979. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizado em 1979 na cidade de Puebla, no México que foi fonte de inspiração para a caminhada da Igreja em nosso continente e apontou as Comunidades Eclesiais de Base como sinal de esperança e de alegria a Igreja Latino-Americana. Nesta Conferência a Igreja Latino-Americana assume como opção preferencial os pobres e os jovens.

²⁰ Corrente Teológica originária da América Latina, que defende engajamento político dos cristãos nas lutas sociais, buscando a transformação da sociedade. Segundo Clodovis Boff, "A Teologia da Libertação" se auto define como um 'novo modo de fazer teologia'. Esse novo modo se caracteriza por uma palavra: Práxis. Aqui é entendida, sobretudo, como uma prática política, a saber, como ação de intervenção sobre as estruturas sociais. Portanto é a relação à práxis que distingue a Teologia da Libertação.

In: BOFF, Clodovis, **Comunidade política-comunidade eclesial: ensaios de eclesiologia política**. Petrópolis: Vozes, 1978, Cap. 10.

Gutierrez destaca que a Teologia da Libertação "[...] é uma reflexão a partir da práxis histórica do homem. Busca pensar a fé na base dessa práxis histórica e a partir de como é vivida a fé no compromisso libertador".

In: GUTIÉRREZ, Gustavo, **Teologia da libertação: Perspectivas**, Trad. Jorge Soares. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

²¹ TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das Ceb's no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Paulinas, 1988. p. 41.

movimentos populares na linha libertadora. Em Puebla, palco de uma aliança, em que a América Latina e a Europa, e o pontífice João Paulo II uniram forças por uma Igreja do povo, foi assumido o compromisso com o pobre e sua libertação, vendo-o como sujeito evangelizador, que assume compromisso com a libertação integral do ser humano. Se, nesse momento da história do Brasil, o golpe militar abalou profundamente os movimentos populares, dos quais os mais importantes líderes foram presos ou reprimidos, e as tentativas de mobilização social foram reduzidas a ponto de tornar praticamente impossível qualquer tentativa de organização popular fora da Igreja, nessa mesma época, a Igreja assumiu o discurso das massas, fazendo oposição ao Regime e contrariando a sua tradição, todavia, não podemos ignorar a posição de bispos e padres que foram a favor do regime militar, inclusive, ao efetuar denúncias contra membros do próprio clero ou civis.

A Ditadura Militar no Brasil contribuiu para um novo posicionamento político da Igreja, uma vez que essa passou a ser considerada como uma instituição capaz de resistir ao regime, acabou por agir em defesa de seus membros, assumiu a defesa dos direitos humanos e se definiu como porta-voz dos interesses de setores da sociedade civil. O governo Geisel iniciou o período de abertura política no período de 1974 a 1979, que teve continuidade com o general João Batista Figueiredo (1979 a 1985). Esse processo de abertura passou por avanços e recuos e fez eclodir diversas manifestações sociais, que tomaram corpo na segunda metade de 70, pelas liberdades democráticas, pelos direitos humanos e pela anistia, ampliaram o espaço de discussão, de participação e de oposição ao regime. Esse período, para os trabalhadores, significou um tempo de arrocho salarial, de desemprego e miséria, que combinado às mudanças da conjuntura política de abertura da segunda metade da década e das importantes transformações ocorridas na classe trabalhadora pós-64, foi o ponto de partida para o ressurgimento dos movimentos populares.

A partir de 1979, porém, como conseqüência de toda uma conjuntura nacional e internacional, percebeu-se um período de desmobilização nas alas progressistas da Igreja, e um quase deserdamento dos movimentos de base, e para uma reconsideração do seu papel dentro das CEB's. Esse período é também marcado pela discussão dos intelectuais da Igreja sobre a eclesialidade das CEB's, numa tentativa de reapropriar-se do seu itinerário. Diante da conjuntura política brasileira nesse período, que vislumbrava a abertura política e acenava com o projeto de

reforma partidária, a Igreja redefiniu suas estratégias de ação em relação aos movimentos sociais, no sentido de impulsioná-los a se constituírem formalmente fora do espaço eclesial.

Tal realidade contribuiu para o surgimento de novos cenários²² que floresciam como experiências comunitárias de vida na Igreja, organizadas desde meados dos anos 50 e representam, na prática, uma tentativa concreta de viver a fé neste sentido, constituindo-se também como um importante movimento de formação de lideranças para a sociedade civil, dentre elas, podemos citar pessoas como João Pedro Stédile, Cláudio Vereza e outros, que terão inserções significativas na organização futura de importantes movimentos sociais. Esses e tantos outros personagens exerceram papéis na prática militante junto a Igreja e a sociedade. Todavia, segundo Mainwaring,²³ apesar de inovações no trabalho da Igreja progressista pós 1979, as tendências basistas²⁴ limitaram suas contribuições à criação de uma visão de fé libertadora e ao apoio às lutas populares. Michel Foucault, em um dos artigos apresentados na obra *Microfísica do poder*, quando perguntado sobre qual o papel do intelectual na prática militante, responde:

O intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. Cabe àqueles que se batem e de debatem encontrar, eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes [...] Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer!²⁵

As CEB's floresceram também como movimento social de contestação ao regime militar brasileiro, atuando na legalidade e integrando o amplo leque dos movimentos populares e reivindicatórios. Apresentaram-se como uma realidade incontestável na Igreja do Brasil, principalmente após a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), e as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín(1968) e Puebla (1979).

²² LIBANIO, João Batista. **Cenários da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1999.

²³ MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil: 1916 a 1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 232.

²⁴ Segundo Scott Mainwaring (2004), por "basista e basismo", quer dizer a crença ingênua quanto à capacidade da base de resolver seus problemas sem ajuda de intelectuais, partidos políticos ou outros agentes externos.

²⁵ FOUCAULT, p. 151. Op. cit. nota 6, p. 13.

As CEB's questionavam a estrutura eclesial piramidal e autoritária e solicitavam espaços de participação e, com as decisões do Concílio e as Conferências Latino-Americanas, vislumbraram uma maior participação dos leigos²⁶ na tomada de decisões. É importante ressaltarmos a utilização da palavra leigo, nesse contexto, referindo-se ao sentido eclesial e não à idéia de não conhecer nada do assunto.

A multiplicação constante das comunidades na década de 70 e 80 foi um fator de discussão entre cientistas sociais, teólogos, sociólogos e historiadores, principalmente ligados à Igreja,²⁷ que compreendiam o relacionamento dos cristãos com as bases populares, como um dos fenômenos mais significativos dessa época.²⁸

As CEB's contribuíram com o processo de redemocratização que começou a ser articulado no Brasil entre 1970 e 1980, por meio de pequenos grupos de moradores que se encontravam para refletir à luz da Bíblia suas realidades, e, a partir daí, reivindicavam melhorias nos bairros e condições sociais, iniciavam uma caminhada de tomada de consciência social e política, organizavam-se em mutirões e expandiam-se de maneira descentralizada, aberta à participação dos leigos na Igreja, reconhecendo-os como sujeitos de sua própria história, com suas dificuldades, erros, acertos, limitações e utopias, conforme dizia a letra do cantor popular Zé Vicente.²⁹

Nesta mesa da irmandade, a nossa comunidade se oferece a ti, Senhor. Nosso sonho e nossa luta, nossa fé, nossa conduta, te entregamos com amor.

Novo jeito de sermos Igreja, nós buscamos, Senhor na tua mesa.

Neste pão te oferecemos, os mutirões que fazemos, a partilha e a produção. Neste vinho, a alegria, que floresce cada dia, dentro da nossa união.

Novo jeito de sermos Igreja, nós buscamos, Senhor na tua mesa.

²⁶ De acordo com o **dicionário de Direito Canônico**, leigos “ [...] são fiéis que não receberam o sacramento da ordem; o seu estatuto fundamental, portanto, é o dos fiéis cristãos, com especial responsabilidade nos deveres e direitos que os clérigos, por diversas razões, não podem exercer diretamente [...] Presta especial atenção ao direito dos apóstolos que somente eles podem desenvolver: o da cristianização da ordem temporal, social, política, econômica e o do estado da vida matrimonial”. SALVADOR, Carlos Corral **Dicionário de direito canônico**. Tradução de Jesús Hortal, São Paulo, Loyola, 1993.

²⁷ CARAMURU, Raimundo. **Comunidade de base**: uma opção pastoral decisiva. Petrópolis: Vozes, 1967.

²⁸ SOARES, Paulo Célio. **CEB's**: a construção de uma nova maneira de ser igreja – o nascimento e organização das comunidades eclesiais de base em Volta Redonda (1967-1979). Vassouras, RJ: Universidade Severino Sombra, 2001.

²⁹ Natural de Orós, Ceará. Poeta, lavrador, compositor e cantor. Canta e compõe desde 1981, fazendo de suas criações e voz, expressão de identidade e afirmação cultural.

Nosso coração inteiro, Deus humano e companheiro deixamos no teu altar.
Nosso canto e a memória, do martírio e da vitória nós trazemos pra te dar.³⁰

As CEB's buscaram fundamentos na Teologia da Libertação, bem como a metodologia VER-JULGAR-AGIR³¹ e se apresentaram como espaço de educação para a justiça e como instrumento de libertação.

Enquanto espaço de educação, convém lembrar que Paulo Freire³² participou da caminhada da Igreja no Brasil, e por seu trabalho em defesa dos oprimidos, foi um dos primeiros brasileiros a ser exilado, após o Golpe Militar de 1964. Foi no Chile seu primeiro exílio, e lá escreveu a sua principal obra: "Pedagogia do Oprimido"³³. Paulo Freire foi presidente do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, em Genebra, e influente como educador. As suas maiores contribuições foram no campo da educação popular para a alfabetização e a conscientização política de jovens e adultos operários, chegando a influenciar as Comunidades Eclesiais de Base. Aqui, Paulo Freire apontava para a necessidade do diálogo, e, conseqüentemente, para a formação de consciência, e afirmava também que, pela relação entre sujeito e sujeito, os homens se libertam em comunhão.

[...] É preciso, pois, que o povo se organize... Preciso de vossa união para que possa lutar contra os sabotadores, para que não fique prisioneiro dos interesses dos especuladores e dos gananciosos em prejuízo dos interesses do povo.³⁴ (FREIRE, p.148).

³⁰ VICENTE, Zé. Ofertório da Comunidade, In: **Festa dos pequenos**. São Paulo: Paulinas, 1989. 1 disco sonoro.

³¹ Segundo o documento Mater Et Magistra, para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação, apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes, exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: Ver, Julgar e Agir.

³² Paulo Freire, nascido em Recife em 1921, destacou-se na área de educação popular. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. Seus trabalhos eram voltados para a escolarização e para a formação da consciência.

³³ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

³⁴ Ibid. p. 148.

Segundo a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé,³⁵ a expressão “teologia da libertação” designa primeiramente uma preocupação privilegiada, geradora de compromisso pela justiça, voltada para os pobres e para as vítimas da opressão. O Magistério da Igreja cita alguns pronunciamentos pontifícios a esse respeito. Em *Mater et Magistra*, Mãe e Mestra, o Papa João XXIII tratava da evolução da questão social à luz da doutrina cristã; em *Pacem in Terris*, Paz na Terra, o Papa João XXIII, tratava da paz para todos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade; em *Populorum Progressio*, Desenvolvimento dos povos, o papa Paulo VI apontava para o desenvolvimento dos povos; e em *Evangelii Nuntiandi*, o Papa Paulo VI apontava para o empenho em anunciar o evangelho aos homens do nosso tempo. O Papa Paulo VI exortou todo o Episcopado, clero e fiéis sobre a evangelização no mundo contemporâneo.

O Concílio Vaticano II, por sua vez, tratou das questões da justiça e da liberdade na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*. O Santo Padre insistiu nesse tema, particularmente nas encíclicas *Redemptor Hominis*, *Dives in Misericórdia* e *Laborem Exercens*. Tanto Paulo VI, na abertura da Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, em 1968, quanto João Paulo II, em Puebla, em 1979, trataram do tema da conversão e da libertação. As “teologias da libertação”, a que o documento se refere entendem por Igreja do povo a Igreja da luta libertadora organizada. O povo, assim entendido, chega mesmo a tornar-se, para alguns, objeto de fé.

As CEB's, na verdade, constituem-se numa experiência eclesial muito complexa e diversificada, que principalmente, nos últimos anos vem sendo muito discutida e debatida. Elas se apresentam na prática, como “[...] células vivas da Igreja, [...] em sua “fome e sede de justiça”, desenvolvem, ainda, um fenômeno de intercomunicação participativa e da formação do senso crítico diante da massificação dos meios de comunicação. No constante esforço de atuar, refletir e celebrar, as Ceb's são uma alternativa de educação para os que buscam uma sociedade nova, onde o individualismo, a competição e o lucro cedem lugar à justiça e à fraternidade.”³⁶

³⁵ A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé é a mais antiga das nove congregações da Cúria Romana, um dos órgãos do Vaticano. Na Idade Média era chamada de Sacra Congregação da Inquisição Universal e era responsável pela Inquisição em si. Foi também designada por Tribunal da Santa Inquisição. De acordo com o Artigo 48 da Constituição Apostólica sobre a Cúria Romana, de 1988, “a tarefa própria da Congregação para a Doutrina da Fé é promover e tutelar a Doutrina da Fé e a moral em todo o mundo católico. Por esta razão, tudo aquilo que, de alguma maneira, tocar este tema cai sob sua competência”.

³⁶ BRASIL, Conferência Nacional dos Bispos. Documento nº 40. Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos no mundo do trabalho, da política e da cultura. São Paulo: Paulinas, 1990.

A comunidade torna-se um espaço de relacionamento do tipo vital e afetivo, que, pelas posições em que seus sujeitos se encontram, muitas vezes tornam-se pontos de conflitos e mobilização política, que têm na religiosidade o fator de identificação e coesão dos sujeitos que surgem diante de uma série de realidades.

Segundo Amaury Castanho,³⁷ a compreensão e assimilação da dimensão política têm levado as CEB's a um grande empenho na solução dos problemas humanos e sociais dos ambientes e bairros em que se organizam, e têm se tornado a liderança das reivindicações populares. A solidariedade que se afirma entre os participantes das CEB's estende-se a todas as necessidades e carências humanas. Todavia, as comunidades passaram ao longo de sua história por grandes dificuldades, receberam críticas e retaliações, principalmente por parte de setores conservadores da Igreja alinhados a Roma, mas, ainda assim, sobrevivem além do Brasil, na América Latina e na África.

Norbert Elias, no estudo que realizou sobre o indivíduo e a sociedade, ao analisar a que ponto cada pessoa é influenciada, em seu desenvolvimento, pela posição em que ingressa no fluxo do processo social, ressalta que:

Na vida social de hoje, somos incessantemente confrontados pela questão de se e como é possível criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado e, de outro, as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência de todo social. Não há dúvida de que isso – o desenvolvimento da sociedade de maneira a que não apenas alguns, mas a totalidade de seus membros tivesse a oportunidade de alcançar essa harmonia – é o que criaríamos se nossos desejos tivessem poder suficiente sobre a realidade. Mas, ao pensarmos calmamente no assunto, logo se evidencia que as duas coisas só são possíveis juntas: só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito.³⁸

Contudo, as dificuldades não retiraram da história o papel desenvolvido pelas CEB's, tampouco os registros documentados e orais que temos sobre esse movimento social e seus integrantes. Com isso, podemos realizar uma microanálise sobre a trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque e vislumbrar a história

³⁷ CASTANHO, Amaury. **Caminhos das Ceb's no Brasil**: reflexão crítica. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

³⁸ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 17.

das CEB's e a participação dos leigos na Igreja de Vitória/ES, nos anos de 1979 e 1984. Jacques Revel ao discutir a microanálise e a construção social afirmou que:

O recurso à microanálise deve, em primeiro lugar, se entendido como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história social que, desde a origem, se inscreveu, explícita ou implicitamente, num espaço "macro". Nesse sentido, ele permitiu romper com os hábitos adquiridos e tornou possível uma revisão crítica dos instrumentos e procedimentos da análise sócio-histórica. Mas, em segundo lugar, ele foi a figura historiográfica inteiramente prática por intermédio da qual uma atenção nova foi dispensada ao problema das escalas de análise na história.³⁹

Ao mesmo tempo, podemos conceber o singular como elemento de tensão, onde o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade e, sim, permanecer particular e fragmentado. Assim, transitaremos do social ao individual, do inconsciente ao consciente, do público ao privado, do familiar ao político, pretendendo captar a dimensão que uma vida humana comporta, sem tentar reduzir todos esses aspectos a um denominador comum.

Jacques Le Goff, na introdução da biografia de São Luiz diz: "Constrói-se a si próprio e constrói sua época, tanto quanto é construído por ela" e revela a constatação cristalina de que "O indivíduo não existe a não ser numa rede de relações sociais diversificadas, e essa diversidade lhe permite também desenvolver seu jogo. O conhecimento da sociedade é necessário para nela se constituir e nela viver uma personagem individual".⁴⁰

Segundo Schlesener,⁴¹ a história e a política se articulam, a desmistificação do passado se faz pela manifestação de suas origens históricas para o benefício das classes dominadas que, para educar-se,

[...] para avançar no processo de organização política e de luta hegemônica, precisam conhecer a história, pois é impossível construir um novo modo original de vida, sem compreender o processo pelo qual os problemas reais do presente foram gerados e amadurecidos.

Entre os movimentos considerados como precursores das Comunidades Eclesiais de Base, encontram-se a experiência de catequese popular de Barra do Piraí, RJ em 1956 e o movimento da diocese de Natal, RN, que articulavam atividades sociais e

³⁹ REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 20.

⁴⁰ LE GOFF, Jacques. **São Luís**: biografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 26.

⁴¹ SCHLESENER, Anita Helena. **Gramsci**: hegemonia e cultura, Curitiba, Editora da UFPR, 1992.

religiosas em 1948. Todavia, estabelecer o momento preciso do surgimento da primeira CEB no Brasil, torna-se uma tarefa difícil⁴²

Antes dessas experiências de cunho renovador, a Igreja, no Brasil, sempre teve uma história de alinhamento e subordinação ao poder. Desde o período colonial, o papel da Igreja na sociedade, constituía-se em ser, de acordo com o pensamento gramsciano, “[...] uma utopia que mantém as classes populares na ignorância e lhes retira toda possibilidade de adquirir consciência política e ideológica.”⁴³

Em consonância com o Concílio Vaticano II, a CNBB elaborou o Plano de Emergência (1962-1965) e o Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970), onde propunha a renovação da antiga pastoral paroquial: “Nossas paróquias atuais deveriam ser compostas de várias comunidades de base, dada sua extensão e densidade demográfica [...]”⁴⁴ O Plano de Emergência foi elaborado atendendo ao pedido do Papa João XXIII para atender às especiais condições da Igreja no Brasil, e foi o primeiro documento de planejamento pastoral para todo o Brasil, elaborado pela CNBB, sendo que, nesse período, havia no Brasil, 166 circunscrições eclesiais, 4500 paróquias e 12000 padres. O Plano de Emergência ofereceu orientações detalhadas para tornar as paróquias verdadeiras comunidades de fé, culto e caridade. O documento concluía com uma orientação sobre a pastoral de conjunto, um esforço global e planejado, visando à evangelização

Se por um lado as orientações do Concílio Vaticano II possibilitaram abertura, por outro geraram conflitos, principalmente com o regime militar implantado no Brasil em 1964, mas foi com a edição do AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, que a oposição entre Igreja e militares realmente acirrou-se, dentre outras coisas, pela campanha repressiva do governo contra a esquerda revolucionária, a oposição democrática e a Igreja, o que culminou na limitação das liberdades civis.

As CEB's surgiram como alternativa pastoral nesse contexto, e em 1966, quando a CNBB, na elaboração do Plano de Emergência, afirmou que as CEB's eram a opção da Igreja do Brasil, a mesma tinha, como objetivo, tornar a Igreja mais viva, atuante e integrada à sociedade. Se, por muitos anos, a Igreja Católica Apostólica Romana se colocou à parte da sociedade brasileira para intensificar os mistérios de seu

⁴² TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das CEB's no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988. p.56.

⁴³ PORTELLI, Hugues, **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1984.

⁴⁴ LEORATO, Massimiliano. **Plano de emergência CNBB**. In: CEB's: Gente que se faz Gente na Igreja. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 22.

prestígio e sua autoridade moral, em meados de 1950, parte da Igreja investia na aproximação com o povo brasileiro e se envolvia nos problemas sociais, por meio das Comunidades Eclesiais de Base.

A partir daí, surgem as primeiras iniciativas concretas de formação das CEB's no Brasil, seja através das experiências com os círculos bíblicos, grupo de pessoas que se reuniam para refletir a Bíblia e relacioná-la com a vida, surgindo um engajamento social, seja através de pessoas que se organizavam para reivindicar um direito, e, posteriormente, passam a se encontrar também para celebrações religiosas, e tantos outros caminhos. Chegaram a ser consideradas como portadoras da possibilidade de oferecer um projeto histórico, trazendo a emergência de uma nova consciência eclesial, a tomada de posição pela igreja oficial através da voz dos pastores, e o surgimento de uma reflexão teológica capaz de iluminar a caminhada eclesial, pondo-a em contato com as genuínas fontes da fé cristã e com a tradição eclesial.”

A Igreja, no Brasil, assumiu a defesa dos direitos humanos e a luta pela redemocratização, posicionando-se como uma das únicas instituições que trabalhava com o povo, buscando sua conscientização e organização. Então, na década de 1970, com o fechamento político do regime, as CEB's se consolidam como a prática possível de oposição que acabou entrando em choque com a estrutura de poder vigente. A Igreja, por meio das CEB's, procurava fazer a interação entre a fé dos cristãos e a realidade que os cercava, suscitando espaços de denúncia e de reconstrução de uma identidade nacional e, por vezes, gerava lideranças que aderiam a lutas junto a outros movimentos sociais, especialmente aproximando-se da CUT – Central Única dos Trabalhadores e do PT – Partido dos Trabalhadores. Contudo, essa aproximação ao longo da década de 1970, pareceu ter extrapolado os limites propostos pela própria instituição Igreja.

O fato dessas comunidades estarem organizando uma das parcelas das camadas populares, despertando-as para a força de sua união, não significa que o processo de libertação se esgote na e pela Igreja. A Igreja não pretende substituir os partidos políticos, os sindicatos, as associações de moradores, os mecanismos próprios de luta política, embora possa, supletivamente, preencher o vazio deixado pela quebra desses mecanismos. Saiba-se porém, que esta é uma função transitória e provisória que a Igreja, enquanto tal, pode desempenhar precariamente.⁴⁵

⁴⁵ CHRISTO, Carlos Libânio (Frei Betto). **Prática da pastoral popular**: Encontros com a Civilização Brasileira, nº 02, agosto/1978.

Em julho de 1975, a Arquidiocese de Vitória, em conselho, afirmava que a caminhada da Igreja de Vitória permitia o aparecimento dos setores de Juventude, de Catequese, de Interior (a Arquidiocese), Periferia (de Vitória), Urbano, Operário e Cáritas. Cada setor tinha sua caminhada, sua busca. Os objetivos foram se delineando e se encontrando. A Integração foi sendo feita em torno da Coordenação de Pastoral. Em geral, visava-se um trabalho eclesial, pela formação e organização de pequenas comunidades, pequenos grupos mais conscientes e ativos. Logo, era mister o esforço para despertar a consciência crítica e a ligação entre fé e vida, primazia da evangelização libertadora.

Com a dinamização dos setores junto a Coordenação de Pastoral, percebia-se que no Setor Interior, as áreas mais vivas eram São Domingos, Novo Brasil (Colatina), Linhares, Itarana, Itaguaçu e Itapina. O sacerdote acompanhava a ação que desenvolvia nas bases, como animador e elemento coordenador. O atendimento sacramental era discreto, e a maior força era concentrada na Evangelização e na formação de pequenas comunidades. No Setor Periferia, que envolvia toda a realidade sócio-econômica dos grupos que se situavam na área urbana e sub-urbana da Grande Vitória, as pequenas comunidades eram diversificadas, seguiam ritmos próprios e de expressões variadas, mas, ainda assim, havia convergência e união na caminhada. Havia áreas mais dinâmicas e outras mais estáticas. O esforço seguia a linha das pequenas comunidades de povo, onde a vida era assumida e celebrada, onde cada pessoa se sentia reconhecida e onde os problemas eram enfrentados pela própria comunidade. O Setor Operário acontecia por meio da Pastoral Operária, iniciada a partir de um pequeno grupo de operários mais conscientes e já comprometidos num certo trabalho ou em pequenas comunidades. A busca era para despertar a consciência de classe, analisar criticamente a realidade operária, e ampliar os grupos de operários mais conscientes e mais unidos. O Setor Cáritas vinha sofrendo forte transformação interna, organizacional e pedagógica. Caminhava para se tornar um verdadeiro Departamento Social, evitando todo assistencialismo e paternalismo.

A caminhada da Igreja de Vitória, nesse período, apontava também para algumas conquistas, dentre elas: a tomada de consciência de tarefa eclesial em colaborar na transformação da sociedade; uma opção clara e definida por uma pastoral

libertadora dos pobres e oprimidos; o deslocamento da organização eclesial do pólo paroquial para as comunidades eclesiais de base, centralizadas sobretudo na área sociológica, onde se situam os pobres e oprimidos; o progressivo desaparecimento dos antigos mecanismos de formação de agentes pastorais, dentre eles, os seminários, conventos, casas religiosas... dando lugar à valorização e formação dos agentes pastorais populares e lideranças de comunidades, bem como as pequenas comunidades religiosas junto ao povo; uma insistência forte na formação dos agentes pastorais, refletindo a partir da realidade e da ação; o fortalecimento do trabalho em equipe e o entrosamento dos diferentes setores, visando à maior comunhão nas linhas fundamentais que norteiam a ação; o surgimento das pistas pastorais, como respostas aos apelos das bases; a criação de veículos capazes de transmitir a linha pastoral da Arquidiocese de Vitória, como o SIDAV⁴⁶ e de fornecer subsídios à reflexão das comunidades, como por exemplo, a “Folha da Periferia”; o contato com jornalistas dos principais jornais locais da região, permitindo maior fidelidade desses órgãos na informação da opinião pública em relação à Igreja; a consolidação do COPAV⁴⁷ - Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória, como representação e órgão consultivo da linha pastoral da Arquidiocese; a maior veiculação da caminhada pastoral de Vitória com a caminhada de outras Igrejas afins, promovendo encontros, viagens e troca de experiências.

Nesse contexto, a Teologia da Libertação passou a ser duramente criticada, suas publicações foram censuradas, seus teólogos sofreram processos, a ação social e política da Igreja na América Latina foi posta em questão pela Cúria Romana e vários bispos progressistas foram advertidos pelas autoridades romanas.

Na verdade, havia um objetivo a ser atingido, o que Teixeira⁴⁸ apresenta como sendo a ‘volta à grande disciplina’. Havia a intenção de setores da Igreja em retornar a uma Igreja pré-conciliar, distante dos engajamentos sociais e fechada sobre si mesma e seus horizontes limitados. Nesse momento, as Comunidades Eclesiais de

⁴⁶ SIDAV - Serviço de Informação da Arquidiocese de Vitória - um informativo mimeografado dos anos 73-74, elaborado pelo Secretariado de Pastoral, que trazia notícias da Igreja e outras questões sociais e políticas. Após esse informativo, veio a FOLHA DA PERIFERIA, e que depois gerou o FOLHETO CAMINHADA.

⁴⁷ O COPAV foi criado no dia 01/05/1973, e é presidido pelo Arcebispo. Esse conselho consultivo foi criado com o objetivo de assessorá-lo na condução, na formulação e concretização e avaliação

das opções, diretrizes e prioridades pastorais

⁴⁸ TEIXEIRA, Faustino L. C. **Cebs, cidadania e modernidade**. São Paulo: Paulinas, 1993.

Base já não dispõem de simpatias por parte do episcopado conservador, e tornaram-se alvo de críticas constantes, com exceção dos bispos simpatizantes e comprometidos com seu projeto, dentre eles Dom Hélder Câmara, Arcebispo Emérito de Olinda e Recife, que se destacou na defesa dos direitos humanos e políticos no Brasil, de modo particular durante os chamados anos de chumbo. Teve participação ativa no Concílio Ecumênico Vaticano II, sendo um dos propositores e signatários do *Pacto das Catacumbas*, um documento assinado por cerca de 40 padres conciliares, no dia 16 de novembro de 1965, nas catacumbas de Domitila, em Roma, durante o Concílio Vaticano II, depois de celebrarem juntos a Eucaristia. Esse pacto teve forte influência na Teologia da Libertação; Dom Waldyr Calheiros, Bispo Emérito de Volta Redonda, RJ; e Dom João Batista da Motta e Albuquerque.

1.2 PERFIL BIOGRÁFICO

As respostas à questão apresentada exigem trabalho com fontes biográficas, como diários pessoais, correspondências, memórias. Sabemos o quanto é frustrante essa busca e ao mesmo tempo tão tentadora, daí realizar a biografia coral⁴⁹, capaz de conceber o singular como um elemento de tensão, em que o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade, ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado, e, só então, por meio de diferentes movimentos individuais, rompermos as homogeneidades aparentes e revelarmos os conflitos que presidiram à formação e a edificação das práticas culturais que moldam e modificam as relações de poder.

Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, ao escreverem sobre a história oral no Brasil, bem como o status da história oral, relatam que:

A história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho –, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história oral – o que, a nosso ver, não permite

⁴⁹ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Revel, Jacques. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar; questões; formula perguntas, porém não pode oferecer as respostas.

O testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória; isso obriga o historiador a levar em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos, como por exemplo as relações entre escrita e oralidade, memória e história ou tradição oral e história;

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processo que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes [...];

Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo [...];

A pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas; essas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico) [...];

A história do tempo presente, perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão históricas;

Na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes [...].⁵⁰

Estando atento a algumas questões que nos são colocadas acerca do uso da história oral, iniciamos as buscas por informações a respeito de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, por conseguinte, almejando encontrar indícios da história da Igreja de Vitória, ES, a partir de sua trajetória política.

Dom João, por conta de sua sagração episcopal, como Bispo do Espírito Santo, escreveu, da casa paroquial de Nossa Senhora da Glória, Rio de Janeiro, em agosto de 1957, à Igreja Capixaba saudando os sacerdotes e convocando-os a chamar os leigos para trabalhar junto ao clero e aos religiosos, afirmando que aos leigos também toca o apostolado, como dever de consciência; e que o padre, santamente moderno, cria apóstolos; reúne os fiéis ardorosos mas em disponibilidade; dá-lhes consciência de suas responsabilidades na Igreja; reparte-os pelas diversas organizações do apostolado e orienta-os para o trabalho da Ação Católica.

Nessa carta de saudação, Dom João afirma que a Ação Católica é um instrumento nas mãos da hierarquia, é o prolongamento de seu braço que apresenta à hierarquia

⁵⁰ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

de modo contundente, os problemas do meio, a consciência de suas responsabilidades apostólicas.

Ao se dirigir aos trabalhadores do campo e da cidade, Dom João afirma que, na corrida à produção, à riqueza, ao bem-estar, é preciso que não se cometam injustiças irreparáveis. Há direitos intangíveis da pessoa e da família que não é lícito ignorar. Faz-se mister que, na grandeza e no enriquecimento, que brota de suas mãos, encontre o trabalhador a nobreza e a promoção da sua pessoa e da sua classe.

Após se dirigir aos operários, Dom João fala aos patrões e afirma que depende deles, colocar em prática a solução cristã para o fortalecimento da paz e prosperidade sociais. Diz, ainda, que não é possível que permaneçam surdos e indiferentes aos problemas gritantes e angustiosos do capital e do trabalho.

De acordo com a Ficha Sacerdotal de Dom João (ANEXO D), arquivada na Cúria Metropolitana de Vitória, ele foi batizado no dia 11 de novembro de 1909, estudou no Seminário Menor de Pirapora do Bom Jesus, em São Paulo, e realizou seus estudos posteriores em Roma, no Pontifício Colégio Pio Americano. Foi ordenado em 15 de abril de 1933, em Roma. Era Doutor em Filosofia e licenciado em Teologia pela Universidade Gregoriana. Foi Diretor Espiritual no Seminário Menor do Rio Comprido, e professor-visitador da Arquidiocese nos impedimentos do Cardeal D. Leme. Foi assistente da juventude de Ação Católica e depois da Juventude Feminina na Ação Católica. Foi pároco do Sagrado Coração de Jesus, Reitor do Seminário Maior e Menor do Rio Comprido, Epitomador das Casas de Moral, Capelão da Penitenciária Frei Caneca. Foi representante do Núncio Apostólico na administração da PUC. Foi Pároco da Glória – RJ, Bispo do Espírito Santo, responsável pelo Pontifício Colégio Pio Brasileiro e Arcebispo de Vitória.

O Professor Roberto Motta, primo-neto de Dom João Batista, acredita que Dom João não fosse particularmente progressista, mas que acompanhasse a evolução geral da Igreja no Brasil. Lembra de ter ouvido, talvez em 1957, uma conversa de Dom João com outros parentes, na qual ele dizia que achava Carlos Lacerda muito extremado, preferindo votar em Adauto Lúcio Cardoso para Deputado Federal. O Professor Roberto Motta afirma que, naquele tempo, Dom João tinha nítidas inclinações udenistas, como boa parte da Igreja no Brasil.

Para a Madre Superiora das Irmãs Carmelitas Mensageiras do Espírito Santo, Irmã Maria José do Espírito Santo⁵¹, Dom João foi um homem de Deus, muito humilde, muito santo, humano ao extremo e tinha grande compaixão da pobreza. Era um verdadeiro amante da música e em especial do Canto Gregoriano e liturgia. Foi um incentivador das CEBs e não só ajudou o seu desenvolvimento mas também sofreu muito por elas e por causa delas. Era um grande pregador. Suas homilias eram profundas e sempre ligadas à vida. Trazia da Teologia para a vida.

Segundo Dom Geraldo Lyrio Rocha⁵², seminarista no tempo de Dom João Batista, e bispo auxiliar de Dom Silvestre Scandian, sucessor de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, ele participou ativamente do Concílio Vaticano II, e durante o concílio associou-se a outros bispos de diversos lugares do mundo que firmaram o “pacto das catacumbas”. Trata-se de um compromisso, proposto inicialmente por Dom Hélder Câmara, e assumido numa catacumba em Roma, que consistia na procura de uma vida de simplicidade e pobreza, de renúncia ao esplendor das insígnias episcopais.

Em dezembro de 1965, cerca de quarenta bispos da Igreja dos pobres⁵³, reuniram-se na Catacumba de Santa Domitila para selar seu compromisso com a pobreza e o serviço aos pobres. Dom João fazia parte do grupo, do qual havia sido um grande entusiasta desde o início do Concílio.

Para Raimundo Caramuru,⁵⁴ teólogo e ex-assessor da CNBB, que o conheceu inicialmente como reitor do seminário arquidiocesano do Rio de Janeiro, em Rio Comprido, Dom João foi um homem de uma cultura bastante ampla, de muitos dotes humanos e, sobretudo, pastorais. Desejava fazer, na Igreja de Vitória, aquilo que o

⁵¹ A Irmã Maria José do Espírito Santo, madre superiora do Convento das Irmãs Carmelitas Mensageiras do Espírito Santo cedeu entrevista via endereço eletrônico achav@terra.com.br, no dia 21 de maio de 2007.

⁵² ROCHA, Geraldo Lyrio. **Dom João Batista da Mota e Albuquerque**: homem de Deus, servidor da igreja, defensor dos pobres. Vitória, ES: Quatro Irmãos, 2005. p. 14.

⁵³ O movimento conhecido como Igreja dos Pobres era liderado pelo francês Paul Gauthier (1914-2002), padre operário que foi para a Palestina, em 1955 a fim de levar uma vida semelhante à de Jesus Cristo, e trabalhou como carpinteiro em Nazaré e Belém. Aos poucos, pessoas de várias nacionalidades se juntaram a Gauthier, formando uma comunidade que ficou conhecida como

Companheiros e Companheiras de Jesus Carpinteiro. A Igreja dos Pobres pregava uma vida simples, despojada do luxo e riqueza. Após o Concílio, o arcebispo Dom João Batista acolheu uma comunidade masculina e outra feminina da fraternidade dos Companheiros de Jesus Carpinteiro, que se estabeleceram em Gurigica e Ilha do Príncipe, em Vitória.

⁵⁴ Dados transmitidos em entrevista a Alessandro Vescovi, em fevereiro de 2006 por ocasião do Seminário comemorativo dos 40 anos do Concílio Vaticano II realizado em Itaiçi, Indaiatuba – SP.

Concílio propunha. A idéia de não colocar em prática as propostas do Concílio, realmente era o que mais angustiava Dom João. Certamente, o Concílio Vaticano II foi fonte motivadora para Dom João Batista, tendo ele participado no Pacto das Catacumbas, tanto ele quanto Dom Luis Fernandes, sendo que a articulação foi de Dom Helder Câmara, ao lado de Dom Manoel Larrain, Bispo de Talca, no Chile.

Assim como Dom João se identificou com as propostas dos bispos da Igreja dos pobres a ponto de participar do Pacto das Catacumbas; a Comunidade cristã de Taizé⁵⁵, fundada pelo Frei Roger Schutz, que desenvolvia atividades direcionadas à evangelização de jovens, também influenciou a trajetória política de Dom João à frente da Igreja de Vitória, levando-o a viver profundas mudanças. O Frei Roger escreveu uma carta intitulada “Viver o inesperado” (ANEXO E) justamente para aqueles que desejavam construir sua existência em comunhão com Cristo, que é amor. Você será mais livre para passar de um provisório para outro, na medida em que toda a sua vida se voltar para alguns valores essenciais, para algumas realidades bem simples. A leitura dessa carta nos possibilita compreender uma fonte que provavelmente influenciou as mudanças das quais Dom João participou.

Dom João doou sua cruz peitoral, de ouro e ornada com pedras semi-preciosas, a um grupo de pobres de Roma. Desfez-se de outra cruz, também de ouro, doando-a ao Hospital Infantil de Vitória, passou a usar a cruz peitoral de madeira, e acolheu, em Vitória, padres operários e religiosas operárias. Procurou viver na pobreza, e, logo que chegou a Vitória, desfez-se do carro oficial, aprendeu a dirigir e passou a se deslocar com seu fusquinha, com o qual sofreu alguns acidentes, dentre eles o mais grave, acontecido em 1968, ao retornar de Santa Tereza, que lhe provocou dezessete fraturas e um longo período de internação hospitalar e de recuperação em casa.

Dom João sofreu incompreensões e surpresas, quando não com sua saúde, com a saída de padres que deixaram o ministério na Arquidiocese; com a pressão imposta pelo regime militar, que questionava a posição da Igreja de Vitória, considerando-a

⁵⁵ Irmandade monástica de caráter ecumênica criada em Taizé, na França após a Segunda Guerra, pelo irmão Roger Schutz. Eram comprometidos com a partilha dos bens materiais e espirituais, com o celibato e com a vida simples. Dom João e Dom Luís tinham tamanho apreço por essa irmandade, que no início dos anos 70, acolheram uma comunidade de irmãos de Taizé na Arquidiocese de Vitória.

muito avançada. A pressão imposta pelo regime militar foi tamanha que Dom João foi obrigado a se desfazer da emissora de rádio da arquidiocese.

Em 16 de março de 1977, Dom João enviou da Cúria Metropolitana de Vitória, uma correspondência ao Núncio Apostólico no Brasil, apresentando uma lista de sacerdotes e diáconos que ajudariam a proceder à investigação sobre a capacidade de Dom Luís Gonzaga Fernandes, inclusive solicitava ao Núncio que Padre Geraldo Lyrio Rocha, então estudante em Roma, também fosse interrogado, uma vez que foi eleito durante anos como coordenador de Pastoral da Arquidiocese de Vitória. Nessa correspondência, Dom João lembra ao Núncio que enviou anteriormente as cartas dos demais Bispos do Espírito Santo, e também, as cartas do Conselho Presbiteral da Arquidiocese de Vitória, reforçando o pedido de ter Dom Luiz Gonzaga como Bispo Coadjutor. Esta carta pertence, hoje, ao arquivo do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória, e nela é possível perceber a veemência com que Dom João solicita a permanência de Dom Luís, podemos perceber também, o quanto Dom João conhecia seu clero, fosse os conservadores ou progressistas, os simpatizantes ou os contrários a ação pastoral implementada na Arquidiocese de Vitória, por ele e por Dom Luís.

Dom João, em sua correspondência, pediu licença e recordou que tratava de um homem que serviu, sem mancha, a Igreja, durante 26 anos, como sacerdote de João Pessoa, Paraíba, e há 11 anos era bispo auxiliar de Vitória, Espírito Santo. E por esses 11 anos, rendia graças a Deus por ter o Auxílio de Dom Luís. Afirmou que viviam como bons irmãos e que Dom Luís era um homem aceito por todas as classes sociais que professavam o cristianismo, desde os mais altos capitalistas até o mais humilde dos diocesanos. Dom João não via como se podia, com felicidade, procurar outro que o substituísse.

Lembrava que, numa segunda consulta aos médicos que o examinaram, havia sido informado de toda a verdade sobre sua saúde, estando ciente de que seu problema era no ventrículo esquerdo do coração, e que por sua idade e o estado frágil de suas veias não aconselhavam intervenção. O remédio seria clínico, repouso, paciência e uma série de drogas. Parecia que não havia probabilidade de morte súbita, no entanto, mais uma vez, rogou ao Núncio que previsse com todo amor e solicitude a sucessão do governo dessa diocese.

Dom João Batista termina e assina tal correspondência insistindo na nomeação de Dom Luís Gonzaga Fernandes como Arcebispo Coadjutor com direito a sucessão, e, por isso, ficaria eternamente grato.

Com a negação a seu pedido, para que a Santa Sé fizesse Dom Luís Gonzaga Fernandes, seu bispo auxiliar, bispo coadjutor de Vitória, Dom João se viu acusado injustamente, ouvindo calado todas as acusações referentes à saída de Dom Luís, pois não podia tornar pública a correspondência trocada com a Santa Sé a favor da permanência de Dom Luís.

Conforme registra Sandra Daniel⁵⁶, Dom João levou a Arquidiocese de Vitória a assumir posições progressistas diante de uma sociedade fundada em estruturas de intolerável injustiça, trabalhando o encorajamento da sindicalização dos trabalhadores rurais, incentivando ao engajamento dos movimentos cristãos na luta pela transformação das estruturas políticas e sociais, apoiando as reformas de base, a legitimação do trabalho de educação popular libertadora; e a luta em favor dos direitos humanos.

Dom João, por volta de 1978, junto à Comissão de Justiça e Paz – CJP⁵⁷ no Espírito Santo, assumiu a defesa daqueles que se encontravam sem moradia, denunciou a situação desumana existente no lixão de São Pedro, em Vitória. Também posicionou-se resolutivo em favor da luta dos povos indígenas. Mas, foi em janeiro de 1982, que Dom João tomou uma das decisões mais arriscadas e/ou ousadas de sua vida: abrir as portas da Catedral Metropolitana para os mais de 500 desabrigados que ocupavam uma faixa de terra em Cariacica. No dia 29 de janeiro de 1982, espalhou-se a notícia de que o arcebispo havia aberto as portas da Catedral para os desabrigados. De acordo com vários testemunhos, Dom João abriu a porta da Catedral, dirigiu-se ao povo despejado e disse: “Entrem aqui os despejados”.

O ano de 1983 foi um ano de inúmeras denúncias de Dom João contra a violação dos direitos humanos e contra a violência policial. Segundo o Jornal A Gazeta de 09 de julho de 1983, Dom João se dizia decepcionado com Camata, em quem votou

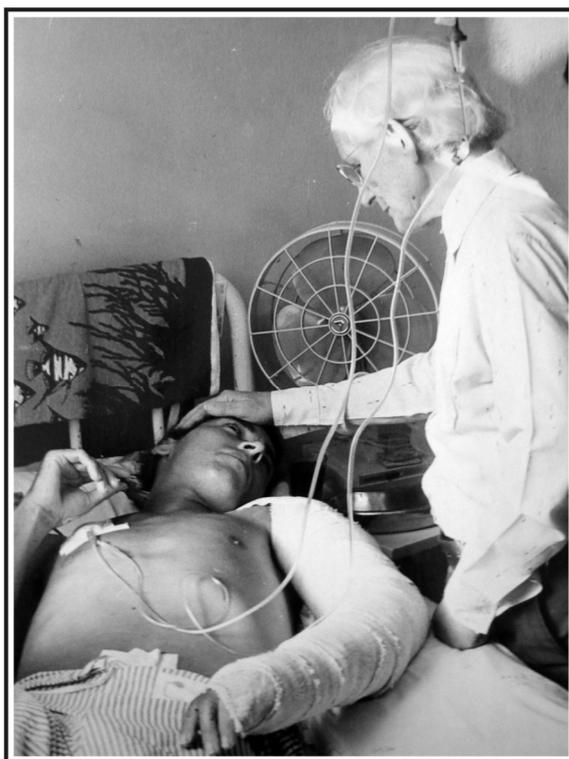
⁵⁶ DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Mota e Albuquerque**. Vitória, ES: Contexto, 2005.

⁵⁷ A Comissão Justiça e Paz – CJP foi criada pelo Papa Paulo VI em 1967, mas somente em 1980

iniciou seus trabalhos na Arquidiocese de Vitória. Sua filosofia de trabalho foi de posicionar-se na defesa da justiça e dos direitos humanos, colocando-se ao lado dos injustiçados, sempre em sintonia com o bispo e as opções da Igreja.

com a esperança de mudanças, mas, devido ao silêncio do Governador diante do espancamento de um eletricitista por policiais, agora se via desiludido.

Segundo o Jornal A Tribuna desse mesmo dia, Dom João convocou todas as Igrejas da Grande Vitória a rezar uma missa condenando a violência policial no Estado, e cobrava que o Governo se manifestasse, dizendo ser contra ou a favor do que estava acontecendo. Dom João também solicitou a saída do Delegado responsável pelo caso, por conta das violências praticadas durante sua gestão.



Dom João visitando vítima de agressão policial⁵⁸

De acordo com o Jornal A Tribuna de 10 de julho de 1983, o pedido de Dom João foi aceito e o delegado foi exonerado. Todavia, o secretário de segurança pública, naquele momento, criticou o posicionamento de Dom João, quando esse responsabilizou o Governo de Gerson Camata pelas últimas arbitrariedades policiais registradas na Grande Vitória.⁵⁹

⁵⁸ LOYOLA, Gildo. Foto de **Dom João Batista visitando eletricitista espancado. Vitória, ES, 1983.** 1 fotografia, p&b, 12x18cm

⁵⁹ ALBUQUERQUE, João Batista Mota e. Dom João se diz decepcionado com Gerson Camata. **A Gazeta.** Vitória, p. 11, 09 jul. 1983.

Em sua trajetória frente à Igreja de Vitória, Dom João escreveu um texto intitulado “O que é Política?” onde dizia sobre a responsabilidade do cidadão e sobre a gravidade da omissão.

É responsabilidade de todo cidadão que não foi privado de seus direitos cívicos, interessar-se pelo bem comum da sociedade civil em que vive.

Daí se segue que todo adulto consciente deve ser político, porque não pode, não se preocupar com as coisas públicas, o bem-estar comum e o progresso social e material e do lugar.

Por isso, o cidadão que deixa de votar, por desleixo ou porque não se interessa, comete um erro castigado severamente pelas leis do Brasil. Por isso, falha também quem vê o mal prejudicando o bem comum, ou o desrespeito às leis e interesse da pátria, omite-se, calando ou não tomando medidas para corrigir. Exemplo: um bispo sabendo do desrespeito de todas as leis, da pátria e das leis de Deus, deixa passar sem se incomodar, prisões e torturas, que as leis do país não permitem, nem as leis do evangelho. Omitir-se quando é preciso agir é uma falta grave, é ser anti-político, ou simplesmente político, aprovando com o silêncio as transgressões da lei.

Também participou das primeiras manifestações em defesa dos direitos humanos, exemplificada na defesa pela integridade física do preso Edmilson Cândido do Rosário, que lhe rendeu polêmica nos jornais locais, passando a ser atacado pelos setores conservadores.⁶⁰ O Arcebispo de Vitória, em entrevista ao Jornal A Tribuna, no dia 18 de janeiro de 1984, por ocasião do III Encontro Nacional Ecumênico dos Direitos Humanos promovido pela Arquidiocese de Vitória, enfatizou a importância da conscientização do povo sobre os direitos humanos.⁶¹ Diz também que tem percebido a manifestação popular, desde 1978, como fruto do trabalho desenvolvido pela Igreja na luta pelos direitos humanos, na medida em que as pessoas percebem que têm direito a vida digna, mas que devem denunciar as formas de opressão ao trabalho humano. Percebe também que essa abertura da consciência não foi acompanhada de medidas políticas práticas com benefícios imediatos.

Segundo o Jornal A Tribuna do dia 10 de fevereiro de 1984, Dom João visitou os presos do quartel central da Polícia Militar e além de colocar soldados e oficiais de prontidão, causou enorme irritação, agressividade, mas comprovou pessoalmente a existência de práticas de tortura contra os presos. No dia seguinte, o Arcebispo de Vitória, como mostra o Jornal A Tribuna, foi recebido pelo Governador Gérson Camata e, esse por sua vez, comprometeu-se a estudar o relatório manuscrito por Dom João Batista.

⁶⁰ ALBUQUERQUE, op. cit. p. 43, nota 58.

⁶¹ ARCEBISPO vê abertura de consciência no ES. **A Tribuna**, Vitória, p. 3, 18 jan. 1984.

Edmar Lucas do Amaral escreveu o artigo “Nós, primogênitos”⁶², no Jornal A Tribuna do dia 12 de fevereiro de 1984, a respeito da visita de Dom João Batista ao quartel da Polícia Militar. Para Amaral, a visita foi considerada pirata, pois Dom João não procedeu conforme solicitação do Governador Gerson Camata, de ir sozinho, e acabou levando consigo representantes da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, da CJP – Comissão de Justiça e Paz e a Imprensa. Esse artigo critica as atitudes de Dom João, condenando-o por excesso de amor à humanidade, por proteger presos de alta periculosidade que se encontravam naquele quartel.

Em outro artigo escrito por Edmar Lucas do Amaral, no Jornal A Tribuna, no dia 14 de fevereiro de 1984, na coluna “Cadeira Cativa”, Dom João foi duramente criticado por conta de denúncias que realizou a respeito de torturas praticadas contra presos do quartel da Polícia Militar. Dom João, que emitiu tais denúncias baseado em depoimentos dos próprios presos, foi condenado por confiar na palavra de presos, que são ironicamente chamados de “Criaturas confiáveis”⁶³.

Em contrapartida aos artigos de Edmar Lucas do Amaral, Rogério Medeiros defendeu a atuação de Dom João em favor do seu trabalho social e criticou tais artigos que atacavam o Arcebispo e a Comissão de Justiça e Paz. Medeiros afirmava, no artigo intitulado “A Igreja do povo de Deus”⁶⁴, que tais ataques provavam que a classe dominante do Espírito Santo não se conformava com o fato de a Igreja Católica ter passado para o lado dos oprimidos.

Os artigos dos colegas Edmar Lucas do Amaral e Luiz Eduardo Nascimento são as provas mais eloqüentes de que a classe dominante no Espírito Santo não se conforma com o fato de a igreja Católica ter passado para o lado do oprimido.

Os ataques à Comissão de Justiça e ao arcebispo Dom João Batista da Mota e Albuquerque são, ainda, claras demonstrações de que desagradam aos poderosos do Estado a luta da Igreja por uma melhor distribuição de riqueza e a integração do marginalizado no processo de produção.

É a hora de ser claro sobre os objetivos da Igreja, que realiza no Espírito Santo um trabalho de organização social, dando voz aos pobres. E como é feito esse trabalho? Nos bairros e nas periferias, organizando trabalhador, dona-de-casa e o desempregado, para lutar por seus direitos e por um regime mais justo. O povo organizado intima a quem? É desnecessário responder.

A Igreja de Dom João incomoda só os poderosos deste Estado: é só mergulhar no seu trabalho para encontrá-la à frente de movimentos como o direito à moradia. Reivindicando terras de privilegiados que as receberam de graça de

⁶² AMARAL, Edmar Lucas do. Nós, primogênitos. **A Tribuna**, Vitória, p. 3, 12 fev. 1984.

⁶³ AMARAL, Edmar Lucas do. Os porta-vozes. **A Tribuna**, Vitória, p. 7, 14 fev. 1984.

⁶⁴ MEDEIROS, Rogério. A Igreja do povo de Deus. **A Tribuna**, Vitória, ES, 14 fev. 1984.

governos amigos – verdadeiros latifúndios dentro da própria capital. É na porta da fábrica, chamando o trabalhador para a sua organização de classe. Na periferia, mostrando a corrupção de políticos e a desigualdade do regime capitalista.

E a Igreja que está na periferia é a mesma que se acha na porta dos cárceres, um dos poucos lugares em que o rico não entra. Ela sempre esteve, a partir de Dom João, na luta contra os esquadrões da morte, que mataram desgraçados no passado, e teimam em sobreviver até em governos como o de Gerson Camata – comprometidos com preceitos humanistas.

Tenho certeza de que nenhum desses ataques influirão na disposição de luta de Dom João para prosseguir na sua pastoral de libertação. Lembrando a ele o exemplo do cientista Augusto Ruschi, que foi pela classe dominante agredido, caluniado e atingido até na sua integridade profissional. E sua luta era em favor da natureza contra as multinacionais, que hoje poluem o meio ambiente e destroem as nossas matas. O povo da periferia só espera de Dom João que continue levando o seu rebanho para perto de Deus, dos pobres e dos oprimidos.

Diante do crescimento da Cidade e da explosão dos problemas sociais, a Igreja de Vitória se posicionou denunciando o sistema sócio-político-econômico que estava gerando as transformações. Essas denúncias eram feitas por meio das celebrações e dos documentos lançados pela Igreja e, sobretudo, nos encontros de leigos e religiosos. (ANEXO F)

Na enchente de 1979, que assolou o Espírito Santo, Dom João se firmou como uma autoridade não só religiosa, mas também social, assumindo o socorro à população junto às lideranças da Grande Vitória e com os padres dos municípios atingidos. Suas declarações causavam impactos dentre elas a frase que lhe é atribuída “Só o povo salva o povo” que continha uma dura crítica ao Governo Estadual.⁶⁵

Conforme Renato Gama,⁶⁶ Dom João buscou colocar em prática as decisões do Concílio Vaticano II, contando com o apoio de seu bispo auxiliar, Dom Luís Gonzaga Fernandes. Os dois desenvolveram uma profunda amizade, trabalhando juntos até 1981, quando Dom Luís, para tristeza de Dom João, foi transferido para Campina Grande, na Paraíba. Com o auxílio de Dom Luís, Dom João passou a implementar o que seria o processo mais importante para a construção da nova Igreja pós-conciliar no Brasil: a organização das CEB's. Dom João tinha uma autoridade socializada, em busca da construção coletiva de algo comum.

⁶⁵ DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Mota e Albuquerque**. Vitória, ES: Contexto, 2005.

⁶⁶ GAMA, Renato, apud, DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Mota e Albuquerque**. Vitória, Es: Contexto, 2005. p. 53.

Estava à frente de uma Igreja progressista e afinada com a realidade social e política de seu tempo, assim como apoiava com entusiasmo as manifestações populares de fé, especialmente a Festa da Penha. Foi ele quem incentivou a organização da romaria dos homens na noite do sábado que antecede a festa. Ele também introduziu, aos poucos, nessa festa, o elemento de crítica política e social. Por estar envolvido com a classe trabalhadora e com suas lutas, Dom João foi discriminado pelas elites e empresários.⁶⁷

No dia 25 de setembro de 1960,⁶⁸ o semanário “O mensageiro do Espírito Santo” trouxe uma reportagem onde Dom João participa da inauguração de um banco mineiro no Estado Capixaba no dia da cidade de Vitória e aponta alguns questionamentos. O título da reportagem é “O Arcebispo e o banco” e, após a benção litúrgica, Dom João atestou a amizade entre capixabas e mineiros, e afirmou que a casa bancária é sinal de riqueza e fator de prosperidade. O banco, na economia moderna, desempenha papel relevantíssimo, pois não só guarda a pecúnia, mas concede o crédito, faz circular o dinheiro, promovendo e aumentando a riqueza. Banco significa crédito e crédito está na base do desenvolvimento.

Dirijo-me a V. Excia. Sr. João Quadros, acrescentava S. Excia. Revma, como lídimo representante do povo mineiro, autêntico brasileiro e católico sincero, para que envide esforços junto aos seus colegas da rede bancária brasileira, no sentido de os bancos se colocarem a serviço de todo o povo brasileiro, de todos os que, bem orientados, trabalham honestamente para a grandeza da pátria. Muitos têm crédito nos bancos porque possuem capital. Muitos outros, porém, desfrutam apenas, como capital, do próprio esforço, do trabalho honesto e insano. Na hora em que vivemos, cumpre não aguçar a luta entre o capital e o trabalho; mister se faz harmonizar as classes ansiosas, por certo, da verdadeira paz social. Não é mais possível que o verdadeiro “soldado desconhecido” da grandeza nacional, o lavrador, o homem que cava a terra para nos dar o pão e as divisas estrangeiras, continue a sentir-se humilhado e desvalido diante dos guichês. O crédito ao pequeno lavrador, ao homem da terra é o ponto de partida para o progresso do Brasil e estabilidade das próprias instituições nacionais.

Respondeu o Sr. João Quadros, afirmando que sob sua orientação, o Banco Mineiro da Produção vem se esforçando por seguir essa orientação que sabe, perfeitamente, ser orientação dos Papas e da Igreja.

Em “o mensageiro do Espírito Santo”⁶⁹ ano 8, de 1º de julho de 1962, tem-se orientações de Dom João a respeito da realização de casamentos. O Título é “Casamentos se realizem sem luxo”

⁶⁷ DANIEL, op. cit. p. 41, nota 55.

⁶⁸ **O Mensageiro do Espírito Santo**, Vitória, nº 133, p. 01 ano VI, 25 set. 1960.

⁶⁹ **O Mensageiro do Espírito Santo**, Vitória, nº 175, p. 01 ano VIII, 01 jul. 1962.

Já se iniciou a campanha do clero para que os casamentos se realizem dentro daquelas condições sacramentais de respeito e de austeridade. Igreja não é lugar de ostentação e, sim, de oração. O Arcebispo Metropolitano acentuou, em reunião nesta capital, que “Não podemos ser patrocinadores do luxo e da vaidade”. Se houve, até o presente, tolerância, chegou a hora de orientação para a reafirmação dos valores sacramentais. De fato, há preocupação com tanta coisa, em detrimento do sentido profundo que estão a exigir os sacramentos na própria vida cristã. A desvirtuação, por parte de ignorância e indignidade, leva sacerdotes a esta campanha de fabuloso alcance social. O dinheiro, exaustivamente gasto em festas de casamentos, deve ser canalizado para suprir necessidades públicas.

No informativo “O mensageiro do Espírito Santo” de 03 de janeiro de 1963,⁷⁰ Dom João apresenta suas impressões da primeira fase do concílio. A reportagem tem como título “Resultados definitivos e positivos da 1ª fase do Concílio”, e Dom João afirma que há dois meses atrás, às vésperas do Concílio, não teria sequer sonhado o que no último dia dessa primeira fase do Concílio numa visão retrospectiva, se poderá dizer acerca dos resultados desse grande encontro mundial dos bispos católicos. Falando então como um dos principais responsáveis pela elaboração pré-conciliar dos esquemas teológicos, manifestava Dom João a esperança de que o Concílio aprovasse os textos depois de três a quatro semanas de sessões conciliares. Tentarei, ainda sob a impressão imediata dos acontecimentos vividos, ordenar, em vários pontos, o que me parece ser os verdadeiros resultados dessa primeira fase do Concílio Vaticano II.

Sobre a Renovação da vida litúrgica ele afirma que o resultado foi absolutamente positivo, principalmente quanto à renovação da vida religiosa.

Já comentei o assunto. Basta acrescentar aqui que a votação dos padres conciliares mostrou que a quase totalidade dos bispos do mundo inteiro era a favor desta renovação: geralmente cerca de 2000 diziam “placet” e apenas uns 30 ou 40 arriscavam ainda um “non placet”. Era a vitória absoluta e final do movimento litúrgico. O grupinho reacionário do “non placet” já não tem mais razão de ser, se quiser, de fato, como sempre alega “sentire cum Ecclesia”, pois esta “Ecclesia” exprimiu agora clarissimamente seu sentir.⁷¹

Para Dom João, o Concílio Vaticano II foi o Verdadeiro Concílio de Atualização.

⁷⁰ Ibid. p. 2.

Outro grande resultado, este negativo mas com valor positivo, o concílio não foi, como muitos temiam, uma espécie de “Sínodo Romano” para toda a Igreja. Vontade para isso não faltava. Nem mesmo faltavam os projetos. Centenas de novas prescrições e proibições juridicamente perfeitas, com previsão de todas as possíveis circunstâncias para evitar a fuga, tudo isso certamente não teria contribuído para levar aos homens de hoje a Boa Nova da Redenção. Graças a Deus, a mentalidade que pouco a pouco e até mesmo rapidamente tomou conta da Aula Conciliar, não permitiu sequer a apresentação das leis cuidadosamente preparadas.

Para ele, foi uma experiência da superação de uma mentalidade arcaica.

Eis, aliás, um terceiro resultado muito positivo, a superação de uma mentalidade que poderíamos qualificar como pós-tridentina: jurídica, apologética e unilateralmente anti-reformista, que identifica a Igreja com a hierarquia e vê nos súditos (termo característico dessa mentalidade, mas pouco bíblico) apenas indivíduos aos quais benignamente podem ser concedidas permissões, graças, mas que têm, sobretudo, uma grande missão a cumprir: obedecer.

Diante de tantas correntes teológicas, viu-se envolvido por uma total Renovação da formulação teológica.

Surpreendente resultado foi também este: viu-se e sentiu-se que as mais recentes correntes teológicas na Europa Central (principalmente França e Alemanha, mas também Holanda e Bélgica) tiveram influência positiva muito mais forte do que se pensava. A Teologia oficial, tal como se cristalizou em alguns manuais considerados clássicos, recebeu da parte do Concílio um aviso suficientemente claro para se renovar. Os projetos de Constituições Dogmáticas preparados pela Comissão Teológica Preconciliar estavam certamente e totalmente no espírito dessa teologia Oficial, e, no entanto, foram fragorosamente reprovados. Não devemos subestimar o grande valor positivo desse fato, o mais notável dessa primeira fase do Concílio.⁷²

Dom João presenciou uma verdadeira revolução durante o Concílio.

Esse fato, aliás, também provou a insuficiência da Comissão Central Pré-conciliar. Essa comissão fora considerada como uma espécie de “Concílio em miniatura” e não poucos pensavam que, para se fazer um autêntico Concílio Ecumênico, seria suficiente um grupo de delegados que representassem as várias nações. No entanto, estas semanas do concílio, literalmente universal, deixaram evidente que a Comissão Central, apesar da unanimidade, não fora capaz de representar ou defender os interesses da Igreja Universal, pois a maioria dos padres conciliares derrubou o que a maioria da Comissão Central havia aprovado. Sabe-se que, na Comissão Central também houve oposição (o Cardeal Doe Pner e o Arcebispo Harley não fizeram disso nenhum segredo), mas essa não tinha força suficiente (quer dizer: votos) para vencer o grupo dominante. O mesmo, aliás, poderia dizer-se da comissão teológica Pré-conciliar: o grupo “oficial” era numericamente tão poderoso que o outro grupo praticamente não chegava nem a ter vez e voz de falar. Só mesmo o Concílio Ecumênico era capaz de fazer o que de fato foi feito.

Daí também a conveniência ou até mesmo a periódica necessidade desses grandes encontros dos bispos de todo o mundo. Pois é muito humano que um

grupo, quase uma oligarquia, se instale como que definitivamente em algum dicastério mesmo que seja da Igreja, somando atitude de dono, ou até de dono absoluto. A história nos ensina que também os homens da Igreja podem sucumbir à tentação do absolutismo. O concílio ecumênico, se for universal mesmo, pode então fazer as vezes de uma revolução. Ora, o que vimos nesses dias, foi uma revolução.

Sentiu-se uma efetiva necessidade do Concílio. Segundo Dom João, chegou-se a dizer que com os modernos instrumentos de comunicação social, já seria supérfluo, tempo e dinheiro perdidos, convocar os bispos; pois, para ter a opinião deles, bastaria comunicar-se com eles. Teríamos assim uma espécie de concílio ecumênico à distância. Parece, porém, que essa primeira fase do Vaticano II, provou que convocar os bispos e reuni-los numa só e ampla Aula Conciliar não é perder tempo e dinheiro. O resultado positivo de grande valor foi também o próprio encontro como tal. Muitas vezes isolados nas suas dioceses, sem tempo nem livros para estudar ou atualizar-se, os bispos tomaram agora contato com os grandes problemas do tempo presente. As congregações gerais foram verdadeiras aulas, com cursos intensivos e mestres, os mais capazes que hoje vivem. Foram seiscentas aulas, em dois meses.

Para Dom João, ocorreu uma desocidentalização da igreja.

Nos comentários anteriores já me referi a um outro resultado de grande importância e que só agora quero recordar; este concílio marca o início decisivo da desocidentalização da igreja. Pois a organização atual da liturgia e disciplina da igreja foi de fato formulada há séculos, quando a Europa (ou o ocidente) era o mundo, quando as instituições sociais não eram ainda tão vivamente sentidos, quando ainda não se falava tanto dos direitos humanos e das liberdades modernas. Hoje tudo mudou, menos a parte humana e mutável da Igreja que continua como séculos atrás. Ora, o Papa resolvera convocar os bispos precisamente também para esta adaptação e atualização. E os bispos falaram livremente, francamente, abertamente, sem receios, sabendo que Dom João XXIII desejava e queria que assim se manifestassem. E a igreja começou a desocidentalizar-se.

Também o início da descentralização da Igreja deve ser anotado como resultado positivo de imenso alcance para a mesma. Principalmente a discussão sobre a Liturgia e o Episcopado deu motivos para tocar nesse assunto de natureza bastante delicada.

Foi visível, segundo o Arcebispo de Vitória, a Ecumenicidade do concílio.

Os mais audaciosos ecumenistas desses últimos vinte anos certamente não esperavam receber do Concílio tão ampla aprovação qual de fato lhes foi dada. Parecia-me maravilhoso e inacreditável que em plena Aula Conciliar até mesmo um prelado espanhol fizesse ouvir sua voz para protestar contra o caráter pouco ecumênico de um esquema. A só presença de observadores

não-católicos, quase como convidados ou hóspedes de honra do Concílio foi justamente qualificada pelo Cardeal Bea como um “verdadeiro milagre”.

Em preparação para a Páscoa, Dom João escreveu em “O mensageiro do Espírito Santo”⁷³ informativo da Arquidiocese de Vitória, distribuído aos domingos a assinantes, algumas orientações de como celebrar o mistério pascal, e dentre as orientações afirmou que para criar consciência de nossas responsabilidades sociais, para sentirmos o dever de reparar a justiça divina ultrajada pelo pecado de todos, daremos à celebração da Quaresma um sentido novo, mais atualizado e cristão. O terrível desequilíbrio social que escurece os horizontes mundiais projeta sombras de inquietação e amargura em nossas paróquias, em nossas cidades e campos: dois, entre três homens, não conseguem matar a sua fome!... Quando estivermos sentados à mesa, para as refeições lembremo-nos de que lá fora, dois outros homens, dois outros mendigos estão suplicando as migalhas de nossa mesa. Para nossa fé, o mendigo é Cristo (Lc 16, 20)”.

Ainda em “O mensageiro do Espírito Santo”, Dom João solicitou que cada um dos fiéis retirasse da abundância dos bens que Deus lhe deu, algo, de acordo com a generosidade de seu coração, para aliviar seus irmãos mais necessitados: “Teremos ainda um objetivo preciso, ajudar uma obra que por seu alcance social e sentido cristãos, seja um termo digno de nossas penitências quaresmais. No momento não vejo nenhuma instituição, que sendo das mais valorosas, necessita de recursos que a Santa Casa de Misericórdia de Vitória. A Santa Casa de Misericórdia, fundada aqui pelo Padre Anchieta, precisa ser compreendida e auxiliada”.

Exerceu seu episcopado nessa Igreja até 26 de Abril de 1984, data de seu falecimento, que segundo a certidão de óbito (ANEXO G), ocorreu às dezessete horas e quinze minutos, na Associação dos Funcionários Públicos de Vitória, causada por parada cardíaca, fibrilação ventricular, miocardiopatia aterosclerótica e melanoma.

Conhecendo melhor este João e seu tempo, podemos inaugurar a discussão do segundo capítulo acerca da elite eclesial e o poder no Brasil, onde buscaremos identificar e discutir as relações de poder entre Igreja, Estado e Sociedade entre os anos de 1979 e 1984.

⁷³ **O Mensageiro do Espírito Santo**. Vitória, nº 237, p. 2, ano 9, 03 de jan. 1963.

2 O PODER ECLESIAÍSTICO E A POLÍTICA NO BRASIL

Este capítulo dedica-se a discutir as múltiplas realidades da Igreja, do Estado e da Sociedade brasileira entre os anos de 1979 e 1984, por meio do método da mudança da escala de análise, a fim de apontar as possibilidades e as limitações dessas relações. O pensamento de Gramsci a respeito da religião, do Estado, da Política e do papel da Igreja no seio da sociedade civil, contribuirá para analisar a trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque nesses cenários.

Quando Figueiredo assumiu o poder em 1979, era sabido que a abertura já estava a caminho, mas, como Geisel determinara, seria uma abertura gradual, lenta e segura – especialmente segura para as Forças Armadas. Em agosto de 1979, o governo Figueiredo concedeu anistia aos prisioneiros políticos, exilados e revolucionários – mas também aos torturadores. Depois de uma década de cuidadoso controle do processo político pelo Exército, em 1985 um civil ocupou novamente o Palácio do Planalto.⁷⁴ (SERBIN, 2001, p. 408).

Os anos de 1979 e 1980 expressam um período de eclosão do movimento operário, de clima favorável para o exercício de influência no interior dos movimentos sindical e popular. É um período em que a sociedade está impregnada de autoritarismo, de pouca participação popular, de grave crise econômica e agravamento das relações de trabalho.

A década de 60 foi para a Igreja um marco no qual registrou profundas modificações vividas com a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II. No Brasil desencadeou-se um profundo movimento de repressão promovido pelo golpe militar de 1964, atingindo diretamente o movimento estudantil, associações civis, a produção cultural e também os diversos movimentos sociais e eclesiais. No período do Concílio Ecumênico Vaticano II, o Brasil possuía o terceiro maior episcopado do mundo. Eram 204 bispos na abertura do Concílio, representando peso significativo na composição do episcopado mundial.

No contexto eclesiástico, no dia 11 de outubro de 1962, começou em Roma o Concílio Ecumênico Vaticano II, do qual Dom João Batista da Mota, já Arcebispo,

⁷⁴ SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 408.

tornou-se grande entusiasta e defensor, pois sonhava com os novos tempos que haveriam de chegar. Desejava uma Igreja renovada, cristocêntrica,⁷⁵ mais voltada às suas origens, mais fundamentada na Palavra de Deus e com maior participação dos leigos. Dentre as propostas sonhadas pela renovação estavam: a reforma litúrgica, a abolição do latim das missas, a liberação do celibato da lei eclesiástica, a profissionalização do clero, a missão dos colégios católicos, as devoções tradicionais e populares.⁷⁶

Ainda nos anos 60, durante o Concílio Vaticano II a Teologia da Libertação ganhou destaque entre outras teologias, principalmente por basear-se numa interpretação dos preceitos bíblicos contextualizada com a vida e sofrimento do povo oprimido, ganhando assim adeptos por toda a América Latina, especialmente no Brasil. No período ditatorial, o Brasil pôde ver Bispos que, a exemplo do “Bom Pastor” que deixa tudo para ir em busca da ovelha perdida (parábola narrada por Jesus), também fizeram a opção por lutar em favor da vida dos oprimidos e da defesa dos direitos humanos, dentre eles: Dom Paulo Evaristo Arns, então Arcebispo de São Paulo; Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife; Dom João Batista da Mota e Albuquerque, Arcebispo de Vitória – ES.

Nesse contexto, temos a Teologia da Libertação como instrumento formador e referencial para as Comunidades Eclesiais de Base. A Teologia da Libertação, segundo Leonardo Boff, em entrevista cedida à Revista Agora, em 1980, nasceu de uma indignação ética diante da pobreza e marginalização das grandes majorias de nosso continente. Não seria possível entender essa Teologia sem uma espiritualidade que se comovesse diante do pobre e visse no pobre a face sofredora de Jesus. A Teologia da Libertação constituiu-se, na América Latina, como um grande processo de tomada de consciência, diante da pobreza generalizada, da marginalidade e do contexto histórico de dominação, consciência essa que não impregnou somente a Teologia, mas também as Ciências Sociais, a Educação, a Psicologia, a Medicina, a Comunicação Social e outras áreas do conhecimento humano. A própria Teologia da Libertação nos provoca a refletir sobre até que ponto

⁷⁵ Igreja onde o Cristo esteja ao centro. Igreja onde a dinâmica da comunidade leva à pessoa de Cristo.

⁷⁶ CARNIELI, Adwalter Antônio. **História da Igreja Católica do Espírito Santo, 1535-2000**, 2. ed. Revisada por D. silvestre Luiz Scandian, Pe. Ailton Menegussi e Maria José Lacerda Biccas, Vila Velha: Comunicação Impressa, 2006.

a própria religião é opressora e libertadora? E a conclusão que é apontada a essa questão, segundo Leonardo Boff, é que o mais importante não é a Teologia da Libertação, mas a Libertação, ou seja, o que interessa não é a Teologia da Libertação, mas a libertação histórica dos povos.⁷⁷

Segundo Michael Löwi, a Teologia da Libertação surgiu no início dos anos 60 e compreendia setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicais (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, jovens trabalhadores cristãos), intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana) e as Comunidades Eclesiais de Base.⁷⁸

Todavia, se nos anos 70 e 80 a Igreja Católica, em sua ala da Teologia da Libertação, assumiu papel de agente expressivo junto aos movimentos populares, nos anos 90 tem revisado suas doutrinas e práticas sociais tomando novos rumos e práticas em suas ações quanto à participação popular na política do país.

A década de 70 foi palco de um crescente clamor condenatório ao governo ditatorial, ao racismo, ao medo e aos conflitos armados, de maior endurecimento da ditadura implantada a partir do golpe de 64, e apresentou também altíssimos índices migratórios. O governo do general Garrastazu Médici, entre 1969 e 1974, foi repleto de censura rigorosa, de tortura aos presos políticos, de projetos faraônicos, de implantação de projetos como o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização e o Projeto Rondon, de contradições sociais e políticas no país. Tomaram proporções tão exageradas a ponto de se registrar uma profunda crise, em todos os níveis, que afetou o desenvolvimento do país.

Nos anos da década de 70 faz-se necessário referir à postura da Igreja Católica no Brasil, que, a partir de uma de suas vertentes, foi vanguardista frente ao processo de reabertura política, contribuindo com movimentos sociais, sindicatos, associações, partidos e lideranças que se organizavam durante o regime militar. Nesse contexto, presenciou-se uma Igreja politizada, efervescente, atuante, comprometida e de presença significativa nesse período de rearticulação política, que estimulou a difusão das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, em um lento processo de

⁷⁷ BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis: Multino, 1975. p. 54.

⁷⁸ LÖWI, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991. p. 25. Coleção polêmicas do nosso tempo. v. 39.

desclericalização das estruturas eclesiais, com maior participação e protagonismo dos leigos. A Igreja, com suas comunidades eclesiais de Base, organizou-se em pastorais no Brasil, dentre elas a Pastoral do Menor, do Operário, da Terra, do Idoso e outras, que buscavam ler a Bíblia com os olhos na realidade social. Essa Igreja, agora afirmada como um novo jeito de ser Igreja, junto às suas pastorais, colaborou em todo o país para a organização de inúmeros movimentos sociais.

A Igreja no Brasil acolhe as orientações do Concílio, e, especialmente no Espírito Santo, assume-se como Comunidades Eclesiais de Base. Contudo, o surgimento das CEB's no Estado Capixaba, está relacionado a uma série de outros fatos históricos que favoreceram o despertar e a conscientização dos católicos, dentre eles: o Movimento de Renovação Litúrgica, que encontrou em Dom João um grande líder e incentivador; o Movimento de Educação de Base, criado em 1955, com o objetivo de diminuir o analfabetismo e formar lideranças conscientes a questões como cidadania e política; a Catequese Popular, implantada a partir de 1956, que abriu as atividades eclesiais para os leigos e por conseguinte garantiu uma maior autonomia dos leigos; o Movimento por um mundo melhor, que atuou desde 1958, por meio da Ação Católica, discutindo questões sociais, políticas e outras, entre leigos, que, na sua maioria, eram jovens, estudantes e operários. Especificamente no Espírito Santo, pela ação da JAC – Juventude Agrária Católica, da JEC – Juventude Estudantil Católica e da JOC – Juventude Operária Católica; o Movimento Nacional de Educação de Base introduzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o apoio do Governo Federal contra o analfabetismo, por meio de programas radiofônicos, escolas de alfabetização e material didático apropriados. Podemos dizer que as CEB's trazem consigo muito da filosofia desse movimento, que, no período do regime militar, chegou a ser chamado de subversivo, revolucionário e vermelho pela elite brasileira. O ensinamento bíblico era confrontado com a vida real, onde os leigos realizavam a leitura da Bíblia com um olhar encarnado na realidade. Essa prática leva a crer que os primeiros círculos bíblicos são os gestadores das CEB's; a atuação da CNBB, com a aprovação do Plano de Emergência, em 1962, a fim de orientar a ação pastoral da Igreja no Brasil, quando afirmou que as CEB's eram o grande caminho para a renovação pastoral e espiritual das paróquias, cujas estruturas se apresentavam bastante inadequadas; e também o cenário de injustiça social, causado pelo sistema

capitalista, que fez com que cristãos se organizassem e lutassem por seus direitos e por uma sociedade mais humana. Diante desses cenários, estava preparado o terreno para o nascimento das CEB's.

Segundo estudo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – uma Comunidade Eclesial de Base tem as seguintes características implícitas em seu nome: enquanto comunidade deve ter características de grupo primário, conhecimento e relacionamento pessoal, interesse e objetivos comuns, possibilidade de convivência e número que não impossibilite o relacionamento; enquanto base, deve ser formada a partir do ambiente ou lugar onde as pessoas vivem, encontram-se e relacionam-se. Os critérios são variáveis: geográficos, profissionais, ambientais. Enquanto eclesial, deve compreender a abertura à palavra de Deus que gera a conversão, que se traduz em abertura a si mesmo, aos outros, à realidade, à comunhão com a Igreja visível, local, particular e universal, e ainda deve celebrar a vida de Cristo por meio dos sacramentos e orações.⁷⁹

O período do governo Geisel, entre 1974 e 1979, deu início ao projeto de abertura política, mas também foi marcado por protestos e movimentos de reivindicações estudantis, populares de bairros, de mulheres, da classe operária, e pela anistia.

O final da década de 70 é marcado pelo abrandamento da censura oficial, aliada à rearticulação e surgimento de vários movimentos sociais. Contudo foi marcado também por uma série de atentados a bomba, por seqüestros, como foi o caso de Dom Adriano Hypolito, em 1976, e pela intensificação de atentados e atos terroristas a partir de 1978. A conjuntura sociopolítica do fim dessa década e o surgimento de diversas formas de organização popular contribuíram para novos olhares e mudanças nas análises sobre os movimentos urbanos. Segundo Maria da Glória Gohn, o referencial histórico predominante continuava a ser o marxista, enfocando as contradições sociais e a luta de classes, embora já se iniciasse um processo de crítica a esse esquema.⁸⁰

Para Maria Helena Moreira Alves

Os movimentos de bairros multiplicaram-se rapidamente no período de liberalização de Geisel e Figueiredo. A atuação dos grupos da oposição de

⁷⁹ BRASIL. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Comunidades eclesiais de base no Brasil**. Estudos da CNBB n. 23, 1976. p. 22 -23.

⁸⁰ GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. p. 277.

elite dificultou a ação repressiva do Estado, abrindo espaço para a organização de base. Em 1978, o Presidente Geisel viu-se forçado a concentrar as atenções do governo nas negociações com a OAB, a CNBB e a ABI a respeito do pacote de reformas e na tentativa de bloquear as iniciativas de ampliação das liberdades civis e políticas tomadas no Congresso pelo MDB. Além disso, o Estado de Segurança Nacional estava minado pela luta interna pelo poder.⁸¹

Em março de 1979, com a posse do general João Batista Figueiredo, iniciou-se oficialmente o processo de abertura política e retorno de exilados políticos. Em maio de 1979, nas comemorações do Dia do Trabalho foi lançada a Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores, que, por influência dos animadores católicos, adotou uma forma de organização muito semelhante à das Comunidades Eclesiais de Base, propondo articulação da base partidária por meio de células, encarregadas da organização e administração do partido, que por sua vez enfatizava a consciência crítica e a participação. No dia 31 de maio deste mesmo ano, aconteceu o 31º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), como reflexo do processo de abertura, visto que o último havia acontecido em 1968. Entre agosto e novembro deste ano foram aprovadas a Lei da Anistia, que beneficiava cerca de 4500 presos políticos, e a Reforma Partidária, decretando o fim da Arena e do MDB e permitindo a criação de novos partidos. Nadine Habert, 1992 avalia que o processo de abertura foi envolvido por avanços e recuos, propiciando a eclosão de diversas manifestações sociais conforme explica a seguir:

Apoiando ou se engajando nos movimentos que tomaram corpo na segunda metade de 70, pelas liberdades democráticas, pelos direitos humanos e pela anistia, ampliaram o espaço de discussão, de participação e de oposição ao regime. Para a classe trabalhadora, a crise significou o aprofundamento do arrocho salarial, do desemprego, da miséria [...]. Esta situação, combinada às mudanças da conjuntura política de abertura da segunda metade da década e das importantes transformações ocorridas na classe trabalhadora pós-64, foi o ponto de partida para o ressurgimento dos movimentos populares (a partir de 1975) e do movimento operário (a partir de 1977).⁸²

Segundo Gohn

No final dos anos 70 e durante toda a década dos anos 80 surge uma nova fonte de estudos sobre os movimentos sociais: a dos países do Terceiro Mundo. Apresentando em cena novos atores, novas problemáticas e, novos cenários sóciopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres em

⁸¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 - 1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 275.

⁸² HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática, 1992, p. 46

geral se articulam com clérigos, intelectuais e políticos da esquerda para gerar ações coletivas que foram interpretadas como a nova força da periferia, realizando uma revolução no cotidiano⁸³.

Na avaliação de Maria Helena Moreira Alves, o ano de 1979 foi decisivo para a oposição como um todo, entre outras coisas porque a classe trabalhadora descobriu o seu poder, estabelecendo uma rede funcional de alianças de apoio aos grevistas entre as organizações de base, os movimentos sociais ligados à Igreja, inclusive as CEB's e os sindicatos. Na greve dos metalúrgicos de 1980, a Igreja Católica representada por Dom Paulo Evaristo Arns, por Dom Mauro Morelli e Dom Cláudio Hummes, defendeu publicamente a legitimidade da greve, considerando legítimas as principais reivindicações dos trabalhadores.

A Igreja brasileira continuou sua rápida transformação durante o fim dos anos 70 e início dos anos 80. Nesse período a Igreja Católica passou a ser a mais progressista do mundo e a ter um grande impacto na política brasileira. A Igreja passou a agir de modo mais coeso, apesar das diferenças internas, na medida em que amadureceu, se estabilizou, e compreendeu a relação entre a política e a religião. Lançou documentos incisivos acerca da sociedade brasileira e da política e adquiriu uma importância sem precedentes no catolicismo internacional.⁸⁴

O início dos anos 80 foi marcado pela presença de trabalhadores em greve, por uma movimentação de classes trabalhadoras, com encontros de sindicatos e entidades, pelo forte esquema de repressão montado pelo governo, pelas prisões e intervenções nos sindicatos. Os anos 80 foram marcados pela crise do regime autoritário, e conseqüentemente falou-se em crise econômica, depois em crise fiscal, em crise financeira, em crise do Estado. Diante de um avanço na conjuntura nacional e mundial essa crise perpassou o sistema representativo, o sistema partidário, as utopias, as ideologias, a Federação e a ética. Essa década, com todos os seus cenários e atores, também foi palco da criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, em 1983, e, a partir de então, os rumos do sindicalismo brasileiro começaram a se estabilizar, a ganhar força e organização. A mobilização popular a favor das eleições diretas começou a ganhar fôlego em 1983, e em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito Presidente da República.

⁸³ GOHN, p. 333. Op. cit. p. 55, nota 80.

⁸⁴ MAINWARING, p. 202. Op. cit. p. 25, nota 23.

Para Gohn: “Os anos 80 trarão um panorama novo na prática e na teoria sobre os movimentos sociais populares urbanos. Na prática, surgem novas lutas como pelo acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes; surgimentos de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de lutas pela moradia; movimentos de desempregados; movimentos pela saúde”. Ao final de 1980, foram registrados quarenta e seis atos de violência praticados por setores de direita, dentre eles, o seqüestro e esfaqueamento do jurista Dalmo Dallari, membro da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de São Paulo. Em abril de 1981, dois atentados a bomba no Rio de Janeiro caracterizaram a cidade como foco da reação militar. Em 1982, garantiram a realização das eleições, mas com a condição de que, para se aprovar qualquer emenda constitucional, era necessário ter dois terços do Congresso Federal. Com isso, impedia-se que os partidos de oposição impusessem qualquer modificação, caso saíssem vitoriosos nas eleições. Apesar da vitória dos partidos de oposição nos Estados, a crise econômica e social se agravou e, em 1983, o Brasil recorreu ao Fundo Monetário Internacional – FMI – em três diferentes acordos. Temos então, no decorrer de 1983, o cenário político sendo desenhado com o PMDB, PTB, PDS e PT. E, em janeiro de 1984, os partidos de oposição, convocados pelo PT e pelo PMDB junto a sociedade civil, tomaram uma posição de forte defesa de eleições diretas para Presidente da República, rompendo a passividade com que, em outros períodos de sucessão, haviam aceito as regras do jogo impostas pelos grupos no poder.

2.1 A AÇÃO CATÓLICA

Apesar dos grupos de Ação Católica no Brasil – ACB – terem participado ativamente na ação pastoral e política de Dom João no Espírito Santo, assim que ele chegou ao Estado, no Brasil, oficialmente, seu início é em 1935 com o Mandamento dos Bispos do Brasil. Contudo, a Ação Católica, na Igreja Católica Apostólica Romana, talvez tenha sido utilizada a partir do Papa Leão XIII, entre 1878 e 1903, como

articulação de leigos católicos. Mas, foi o Papa Pio X que atribuiu à Ação Católica o objetivo de contribuir para a solução da questão social.

Segundo os Estatutos da Ação Católica Brasileira, essa é a participação organizada do laicato católico do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social. No Brasil, as organizações fundamentais da Ação Católica Brasileira foram: Homens da Ação Católica – HAC, Liga Feminina da Ação Católica – LFAC, Juventude Católica Brasileira – JCB e Juventude Feminina Católica – JFC. A Juventude Católica Brasileira possui seções importantes dentre elas: a Juventude Universitária Católica – JUC, a Juventude Operária Católica – JOC, a JEC – Juventude Estudante Católica, a JIC – Juventude Independente Católica e a JAC – Juventude Agrária Católica. Cada uma dessas específicas possuía funções, campo de atuação, formas de realização dos trabalhos e preocupação com problemas sociais específicos.

Dom João Batista da Mota e Albuquerque, em 1957, recém-eleito, participou da Semana Nacional de Ação Católica promovida pela Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira em 1957 e assinou a Declaração dos Arcebispos e Bispos participantes dessa semana, que apontava tal encontro como uma apologia do método da Ação Católica Especializada, a partir do ver, do julgar e do agir; como uma construtiva posição realista diante dos problemas culturais, econômico-sociais e dos problemas morais; como espaço de reflexão sobre a necessidade de cada específica (JAC, JEC, JIC, JOC, JUC) ter assessoria nacional; como uma possibilidade de se refletir sobre a transformação das paróquias de situação estática e conservadora em paróquias dinâmicas e missionárias; e como oportunidade de ver como a presença da hierarquia junto aos apóstolos leigos das dioceses expressam o testemunho vivo de amor à Ação Católica.

Segundo o Frei Romeu Dale, um problema que se tem colocado com freqüência é o da presença dos militantes da Ação Católica nos diversos campos de ação oferecidos pela vida moderna, especialmente o campo da política. É urgente a necessidade dessa presença. A abertura para o social é certamente uma dimensão justa e essencial na formação do militante. Mas é importante conservar essas preocupações em justo equilíbrio com as outras tarefas que devem ocupar o militante. Especialmente no que toca à política partidária, em qualquer campo em que ela se desenvolva, é sempre necessário distinguir entre o engajamento pessoal

do militante e a posição do Movimento de Ação Católica como tal, que, na qualidade de Movimento mandatado pela Igreja, segue nisso a posição da própria Igreja. Tem, portanto, as mesmas limitações que a Igreja se impõe quando se trata de opções livres dentro dos princípios cristãos. (Dale, 1985, p.130).

Esse movimento tinha como braço político a Liga Eleitoral Católica – LEC, e teve dentre seus membros, padres, religiosos e bispos que foram perseguidos por não aceitarem a imposição da vontade do Estado sobre a vontade do povo.

2.2 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ainda no início dos anos 60 a economia estadual estava fortemente alicerçada sobre a monocultura do café, que dominava amplamente as atividades agrícolas e o comércio de exportação. Enquanto a população capixaba era predominantemente rural, cerca de 72%, a Grande Vitória tinha uma população de 198.000 habitantes, 14% da população, e já cumpria sua função como principal pólo urbano do Estado. As classes sociais mais relevantes, nesse período, eram a burguesia comercial ligada aos interesses do café e de outros produtos primários de exportação articulada à burguesia comercial e financeira do Rio de Janeiro e de São Paulo; e a burguesia comercial ligada ao comércio atacadista de alimentos e de distribuição de outros bens de consumo. As classes populares envolviam a grande massa de produtores rurais concentrados em propriedades familiares, empregados das unidades de beneficiamento de café, empregados do sistema de transporte de café, funcionários públicos, prestadores de serviços domésticos e pequenos comerciantes. Nessa época, profissionais liberais, administradores e gerentes do comércio e sistema financeiro, funcionários graduados da administração pública respondiam por uma dimensão pouco significativa na população do Estado.

Foi, a partir da segunda metade de 1960, que o Estado Brasileiro dirigiu políticas específicas para a industrialização do Espírito Santo, procurando implantar grandes empreendimentos industriais e portuários que pudessem viabilizar o crescimento das exportações de produtos semi-manufaturados para países como o Japão, a Itália, os Estados Unidos e a Suécia. Cerca de 80% dos investimentos realizados no Espírito

Santo concentraram-se na Grande Vitória e em áreas litorâneas. O crescimento industrial, centralizado na Grande Vitória, exigiu a formação de um mercado de trabalho na região cuja proporção ultrapassaria várias vezes o que preexistia quando a capital exercia a função de principal centro de comercialização de café do Espírito Santo. Nesse contexto, de necessidade de formação de um amplo mercado de trabalho, e de aglomeração urbana da Grande Vitória, de elevado número de pessoas aptas a ofertar sua força de trabalho a níveis salariais baixos, é que podemos entender o processo de desagregação da antiga estrutura agrária fundada na pequena propriedade familiar.

Segundo os dados do IBGE referentes aos censos de 1970 e 1975, o número de indústrias de transformação e extrativas passou de 3.438 para 2.856, ou seja, “morreram” no Espírito Santo, nesse período de cinco anos quase quinhentas unidades de produção pequena no setor industrial. O processo de centralização do capital, que se observou no comércio de distribuição de bens de consumo, também aconteceu na indústria de construção civil, nos setores de transporte, de serviços de saúde e outros.

Se as migrações dentro do Estado, até a década de 60, caracterizavam-se pela direção rural-rural, a partir desse período o que se verificou foi a urbanização crescente com a diminuição da população rural de 32 municípios entre 1960 e 1970. A intensidade das migrações aumentou de tal forma que, em 1971, 41% da população do Espírito Santo já havia se mudado, ao menos uma vez, dentro do Estado.

A partir dos anos 70, a entrada do capital monopolista internacional, aliado à burguesia nacional e associado diretamente ao capital estadual, contribuiu decisivamente para a formação de uma nova estrutura de classe no Espírito Santo, assumindo, então, o papel de classe dominante, os dirigentes das grandes empresas industriais como Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, Aracruz Celulose, Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, Samarco, e os proprietários das grandes e médias empresas industriais locais ligados à indústria de construção civil, indústria de alimentos. Em 1979, o governo do Estado do Espírito Santo realizou uma pesquisa cujo resultado revelou que 47% da população da Grande Vitória era favelada, cerca de 262.000 habitantes, sendo que 41% desta população favelada localizava-se em propriedades particulares de terceiros.

Os movimentos populares, num primeiro momento, são formas espontâneas de ação das classes populares, reivindicando bens de consumo coletivo. Exemplos desses movimentos que se organizaram no Espírito Santo foram as lutas por transporte popular, água, luz, esgoto, escola, terra. A ausência de canais de participação popular favorece a emergência desses movimentos que acabam por se constituir em formas de organização popular, como amigos do bairro, de clubes de mães, de comunidades eclesiais de base, sindicatos. Por meio de movimento popular, o povo faz um verdadeiro treino para a democracia, pois aprende a refletir seus problemas, a encaminhá-los até o Estado e a questionar as formas de exploração a que está submetido, bem como a estrutura da sociedade e do Estado.

O partido político, enquanto alternativa mais ampla de participação no poder do Estado, ultrapassa as organizações populares e as organizações sindicais. Entretanto, são permitidos e institucionalizados pelo Estado. Portanto, o Partido Político é a maneira legal, organizada, de fazer política. O fato de serem permitidos pelo Estado imprime, ao partido, limites de ação e de questionamento das estruturas da sociedade. Por isso, é importante assegurar a independência dos movimentos populares, uma vez que esses são muito mais autônomos em relação ao Estado. Na concepção Gramsciana, o partido é o centro da rede, é uma espécie de organismo de mediação e síntese, de hegemonia, dominação e luta, para formar a vontade coletiva. Gramsci ressalta, explica que, para existir um partido, são necessários três elementos: homens com disciplina e fidelidade, homens com capacidade diretiva e um elemento médio de articulação entre o primeiro e o segundo elemento; o intelectual orgânico.

O intelectual orgânico encarna uma relação dialética que ocorre na relação entre seu conhecimento e a sua prática política, que, por sua vez, tem um vínculo com o grupo social que representa. Sua função é organizar, dirigir e educar politicamente, tendo um papel fundamental na criação e organização de uma nova cultura, na divulgação e reprodução da ideologia, informando e formando pelo exemplo.

Entre 1979 e 1984, o PDS, o PP, o PTB e o PDT eram considerados partidos de classe dominante, já que defendiam projetos que mantinham as estruturas sociais vigentes. Em contrapartida, o PMDB e o PT eram considerados como partidos das classes dominadas.

O PDS apoiava o Governo Federal e Estadual, e suas iniciativas. Defendia o sistema econômico, político e social vigente. Nomes fortes do PDS eram Élcio Álvares, Crisógono e Ferraço.

O PP era uma proposta dos banqueiros, que tinha, a sua frente, Magalhães Pinto, sendo seu articulador principal Tancredo Neves. Era contrário às multinacionais que fortaleciam a burguesia nacional. Defendia as estruturas da sociedade e tinha o discurso dirigido a todos os brasileiros e à juventude. No Espírito Santo, tinha o industrial Jones dos Santos Neves como seu incentivador, e, na classe política, contava com o apoio de Hugo Borges.

O PTB era liderado por Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas. No país fazia aliança com o PP. Não tinha bases populares e, no Espírito Santo, não estava estruturado.

O PDT era liderado por Leonel Brizola, ligado aos partidos social-democratas europeus. Pretendia uma reforma da sociedade sem tocar nas estruturas. Negava o papel da classe operária e defendia a luta das minorias. Propunha aliança entre os empresários e os trabalhadores. No Espírito Santo não estava estruturado.

O PMDB era liderado por Ulisses Guimarães, com origens no antigo MDB que era a oposição no bipartidarismo. Dizia-se partido de massa e expressão da classe trabalhadora, dos pequenos empresários e pequenos proprietários, estudantes e profissionais liberais. Defendia a constituinte como prioridade de seu programa. Incorporava setores da esquerda radical.

O PT surgiu da articulação de sindicalistas dentre eles Jacó Bitar, Lula e Olívio Dutra. Propunha um partido de classe dos trabalhadores para a atuação parlamentar, e também a transformação das estruturas sociais. No Espírito Santo, estava estruturado no Grande Vitória e no Estado a partir das bases populares e da organização dos trabalhadores.

Nessa conjuntura, Dom João, frente a sua Igreja, foi alvo de duras críticas, sendo chamado de comunista, conforme carta encontrada em seu arquivo pessoal, intitulada “Ao povo brasileiro” que, mesmo não apresentando data, é fortemente questionado por suas posturas, por um grupo que assina por Comando Maria. (ANEXO H)

2.3 A ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA

Dom João Batista deu muita atenção ao homem do campo. Estimulou as organizações rurais, apoiou as cooperativas agrícolas, defendeu a reforma agrária. Tinha também grande preocupação com a Pastoral Urbana e com o operariado e, por causa disso, deu também muita atenção à JOC (Juventude Operária Católica). Incentivou a formação e a participação dos leigos por meio da Ação Católica e do Movimento Familiar Cristão.

Para que sua voz de pastor fosse ouvida e para que a mensagem evangelizadora chegasse a todos os recantos da Arquidiocese, adquiriu para a Arquidiocese, no início da década de 1960, uma emissora, a Rádio Capixaba, que diariamente transmitia sua palavra de pastor. A rádio, outrossim, cobria os mais importantes acontecimentos da cidade e do Estado. Chegou a ser uma das rádios mais importantes da cidade de Vitória. Tinha programas em ondas curtas que podiam ser ouvidos à longa distância. Infelizmente, em março de 1974, na época da Ditadura Militar, teve de ser vendida, porque o governo militar fazia sérias ameaças a ela. O Arcebispo, com medo de represálias, acabou vendendo a emissora a um grupo encabeçado pelo radialista Jairo Maia. A venda forçada da rádio foi um momento doloroso para a Igreja de Vitória, porque era um instrumento de suma importância na evangelização e na promoção humana.

Dom João Batista da Mota e Albuquerque colocou os seminaristas para estudar no Colégio Salesiano de Vitória, com os demais alunos, pois, no seu entender, o futuro padre deveria desde cedo conviver com aqueles companheiros que amanhã seriam seus futuros paroquianos. O Arcebispo pensava também que, se o futuro padre conhecesse melhor as ciências humanas e modernas, exerceria com mais eficiência seu ministério sacerdotal. O padre do futuro, na concepção do Arcebispo, deveria ser também um cidadão engajado e não um homem isolado e alheio aos problemas do mundo. Dom João se preocupava muito com o seminário e com a formação dos seminaristas, bem como com a atualização do clero.

Foi nos primeiros anos de seu pastoreio, em Vitória, que teve início o movimento de renovação paroquial; a formação de pequenos grupos de vivência cristã; os grupos de Ação Católica (Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica e Juventude Operária Católica); os estudos de Bíblia e as críticas às injustiças sociais e à ditadura militar. Seu pastoreio também foi marcado pela aplicação do Plano de Emergência da CNBB (1962), orientando a ação pastoral, pela atuação do Movimento Familiar Cristão, pelos Cursilhos de Cristandade e pela preocupação da Pastoral Urbana e da Pastoral Rural, em função do êxodo rural, do crescimento demográfico da Grande Vitória, dos grandes projetos de desenvolvimento industrial e da formação de cooperativas agrícolas e sindicatos rurais. Dom João viveu um tempo de grandes mudanças e transformações em todos os setores da Igreja e da sociedade.



1º Cursilho de cristandade, de 1 a 4 de novembro de 1973⁸⁵

Em 1975, segundo documentos da Arquidiocese de Vitória, a caminhada da Igreja de Vitória permitiu o aparecimento dos setores ligados à Juventude, à Catequese, ao Interior, à Periferia, às Questões Urbanas, aos Operários e à Cáritas. Esses setores visavam trabalhos eclesiais em vista da formação e organização de pequenas comunidades. O setor Interior envolvia áreas como Colatina e Linhares, onde o sacerdote acompanhava a ação que se desenvolvia nas bases. O setor Periferia tratava da realidade sócio-econômica da área urbana da Grande Vitória, que, com tamanha diversificação, apresentava uma variedade de expressões, onde a vida era

⁸⁵ ALBUQUERQUE, João Batista da Mota e. **Dom João participando do 1º cursilho de cristandade realizado em São Mateus, ES. 1973.** 1 fotografia, p&b, 18x24.

assumida e celebrada, onde os problemas iam sendo enfrentados pela própria comunidade. O setor Operário, ou a Pastoral Operária, foi iniciado a partir de um pequeno grupo de operários mais conscientes, que buscavam despertar a consciência de classe, analisar criticamente a realidade operária e ampliar os grupos de operários. O setor Cáritas era um departamento social, que acompanhava a ação social nas pequenas comunidades e evitava o assistencialismo e paternalismo. Nesse período, a avaliação que se fazia sobre as conquistas da Igreja de Vitória apontava para a tomada de consciência da tarefa da Igreja que era colaborar na transformação da sociedade; havia uma opção clara e definida por uma pastoral libertadora dos pobres e oprimidos; houve o deslocamento da organização eclesial do pólo paroquial para as Comunidades de Base, centralizadas sobretudo na área sociológica onde se situam os pobres e oprimidos, a periferia dos centros urbanos e interior; houve o progressivo desaparecimento dos antigos mecanismos de formação de agentes pastorais, como seminários, conventos e casas religiosas, dando lugar à valorização e formação dos agentes pastorais populares, líderes de comunidades e pequenas comunidades religiosas; ocorreu a consolidação do COPAV, como representação e órgão deliberativo da linha pastoral da Arquidiocese; foram criados veículos capazes de transmitir a linha pastoral da Arquidiocese de Vitória, dentre eles o SIDAV (ANEXO I) e a Folha da Periferia; houve o fortalecimento do trabalho em equipe, o entrosamento dos setores e maior comunhão a partir das linhas de ação.

Algumas necessidades sentidas em 1975 apontavam para o aprofundamento sobre a análise dos problemas sociais em todos os níveis, de modo a possibilitar uma práxis libertadora; para a busca de uma pedagogia que captasse a experiência da fé e da luta do povo; para o fortalecimento da organização das comunidades de base, tornando-as verdadeiras células missionárias voltadas para as exigências da vida do povo, ligando culto e serviço, fé e vida; palavra de Deus e história dos homens; para a explicitação de uma vida de oração das comunidades de forma a consolidar a oração como raiz primeira do crescimento dessa Igreja.

Ainda em 1975, a Arquidiocese de Vitória lançou um documento chamado “A Igreja que a Gente quer”,⁸⁶ que, entre tantas mudanças, afirmava que rosto a Igreja de

⁸⁶ Documento que tratava das mudanças que a Igreja de Vitória sofria, e apontava caminhos pelos quais as comunidades deviam trilhar e sonhar.

Vitória queria ter, e, ainda mais, como a Igreja de Vitória queria ser. Segundo o documento, a Igreja de Vitória desejava ser uma Igreja Povo de Deus, não só de padres, mas, principalmente, de leigos; uma Igreja Popular, feita do povo e não apenas de pessoas que possuíam boas condições de vida; uma Igreja Minoria, não se preocupando com a quantidade, mas com a qualidade; uma Igreja Comunidade, que promovesse, formasse e dinamizasse as Comunidades Eclesiais de Base; uma Igreja Cristocêntrica, onde Jesus Cristo estivesse no centro; uma Igreja dos Leigos, formada por homens de fé, que assumissem o compromisso e se sentissem responsáveis pelo crescimento da comunidade; uma Igreja Personalizante, onde as pessoas se sentissem reconhecidas como tal; uma Igreja Carismática, onde o Espírito Santo pudesse soprar e dar vida, onde os dons pudessem ser colocados a serviço da comunidade; uma Igreja Pluralista, que não ficasse fechada em si mesma, que valorizasse as diversas experiências pastorais e a caminhada de cada comunidade; uma Igreja Particular, que tivesse características locais; uma Igreja pobre, sem luxo, leve, que não tendo templos, se reunisse nas casas, se alguém precisasse de ajuda, fizesse mutirão; uma Igreja Peregrina, que tivesse pernas para andar e procurar sempre a trilha do futuro, que fizesse revisão da vida, que questionasse seus passos de modo a nunca envelhecer; uma Igreja Missionária, que anunciasse a presença do Reino de Deus no mundo dos homens, que vivesse e pregasse o Evangelho para transformar o homem e o mundo; uma Igreja Ecumênica que procurasse viver em unidade com as outras Igrejas, superando a divisão; uma Igreja Dinâmica, comprometida com os problemas dos homens; uma Igreja Encarnada, que tivesse suas raízes em seu chão, seu lugar, e que participasse dos problemas daquele lugar, assumindo as dificuldades da vida do povo; uma Igreja Vida, que se alimentasse de fé e vida, pois o povo deve olhar os fatos da vida como os olhos da fé, e deve celebrar na sua fé os fatos da vida; uma Igreja Serviço, que servisse ao povo participando de sua busca de libertação; uma Igreja Fermento do Reino de Deus, pois cabe à Igreja lutar por um mundo sem privilégios, onde todos possam ter direitos iguais, apontando as causas que possibilitam e dificultam a construção do Reino de Deus; uma Igreja Profética que denunciasses todos os erros e injustiças da sociedade; e uma Igreja Libertadora, que fosse a voz dos que não têm voz, visando criar um mundo mais justo e mais fraterno.

Segundo depoimento de David Prott, professor de Comunicação Social da UFES:

Quando eu vim para o Espírito Santo, em 1983, encontrei uma Igreja muito mais politizada que aquela de onde eu vinha [Ribeirão Preto, SP], o palco para a introdução do Concílio Vaticano II no Brasil. O Bispo daqui, Dom João Batista da Motta e Albuquerque foi para o Concílio II e já quis implantar logo de cara as novidades, as diretrizes do Concílio – ele e um outro bispo chamado Dom Luiz Fernandes. Então, Vitória foi um grande laboratório para o Brasil inteiro quanto à implantação de uma série de ações propostas no Concílio Vaticano II, entre elas o conceito e a prática de Comunidades Eclesiais de Base ou CEB's, entendidas inicialmente como pequenos grupos de fiéis organizados junto a uma paróquia urbana ou rural, muitas vezes formada em regiões remotas, onde a população não tem acesso a uma capela ou a serviços religiosos regulares. Todas as CEB's tinham entre outras responsabilidades o papel de oferecer serviços religiosos e o estudo do Evangelho, e também organizar o trabalho de liberação e ações comunitárias.

Esse movimento foi muito importante porque mudou a atuação dos padres, a ideologia e a atividade da maioria deles, que passaram a morar junto com as populações pobres e passaram a ter um papel muito mais engajado, de que a fé está ligada à política também – e política vai desde a rua, até o movimento comunitário e sindical. Então, nessa época, a Igreja está muito efervescente, e várias pessoas vêm para cá para trabalhar e conhecer essa experiência, entre as quais Frei Beto e Leonardo Boff.⁸⁷

Em 01/05/1973, foi criado o Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória – COPAV, presidido por Dom João. Era um conselho consultivo, criado com o objetivo de assessorá-lo na condução dos trabalhos pastorais, empenhar-se na formulação e concretização das opções, diretrizes e prioridades pastorais, além de avaliar a caminhada. O COPAV nasceu como uma representação do povo de Deus que vive na Arquidiocese e tinha como objetivo refletir sobre a marcha da Igreja em Vitória, buscando pistas para uma maior vivência e maior atuação na sociedade. Os membros do COPAV eram leigos do interior, leigos da periferia, representantes da Catequese, da Juventude, das Religiosas, do Clero, Casais da área urbana, além dos Bispos, do Coordenador Geral da Pastoral e dos Coordenadores dos setores e, ainda, alguns assessores.

Dom João contou, desde 1966 com o apoio de seu Bispo auxiliar Dom Luís Gonzaga Fernandes na concretização das reformas aprovadas pelo Concílio. Assim que tomou consciência da realidade em que vivia o Espírito Santo e o povo capixaba, assumiu a tarefa de tornar conhecido o Plano de Pastoral de Conjunto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e de contribuir para o processo de

⁸⁷ MARTINUZZO, José Antônio (Org. Colaboradores Ananda Bisi [et al.]. **Impressões capixabas**: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. p. 302-303.

formação e fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base, bem como, a formação e capacitação das lideranças leigas. Dom João e Dom Luís ainda foram responsáveis pela fundação do Instituto de Pastoral de Arquidiocese de Vitória que tinha como objetivo formar animadores de CEB's e agentes de pastoral que pudessem acompanhar a caminhada das comunidades. Nos duros anos da repressão militar, foram responsáveis pelo surgimento do Serviço de Informação da Arquidiocese de Vitória – SIDAV, jornal interno, um tanto sigiloso, que divulgava informações do que se passava com a Igreja de Vitória e do Brasil naqueles tempos difíceis de censura e da Ditadura Militar, quando a imprensa estava sob controle do Governo. O SIDAV era distribuído gratuitamente aos padres e leigos engajados. De muitos fatos ocorridos nos bastidores da política, das finanças e do governo, só se tomava conhecimento através do SIDAV. Em 1974, criaram o informativo *Folha da Periferia*, um informativo que fornecia orientações para as celebrações litúrgicas das CEB's e trazia informações sobre a Igreja da Vitória. Em 1975, esse informativo transformou-se no folheto *Caminhada*, usado até hoje nas celebrações das comunidades. Trouxeram para o Estado do Espírito Santo o I e o II Encontros Intereclesiais de CEB's do Brasil (ANEXO J), respectivamente em 1975 e 1976, onde representantes do Clero e da Sociedade Civil refletiam, avaliavam e propunham novos rumos para a caminhada da experiência das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. Nesse contexto, Dom João e Dom Luís estavam sempre próximos da vida do povo e quando necessário sempre se posicionavam publicamente, esclarecendo dúvidas, denúncias e acontecimentos que ameaçavam conturbar a tranquilidade e segurança.

Dom Luís possuía uma enorme capacidade de articulação e de comunicação com seus pares, mesmo quando na clandestinidade, quando pela organização do primeiro Encontro Intereclesial em 1975, ainda no período do regime militar.

Tínhamos tido encontros clandestinos de bispos. Era uma outra coisa. Em face da conjuntura política cruel em que nós estávamos metidos. Aí está a história dos encontros que fizemos num subúrbio de São Paulo. Meia hora depois a polícia passou. Se tivesse chegado antes tinha pegado ali bispo, freira, lideranças leigas e operários clandestinos, militantes nossos que já estavam na clandestinidade (DOM L UÍS).

Quando em 1981, Dom Luís foi transferido para a diocese de Campina Grande, todos sentiram a abertura de um grande fosso na política da Igreja no Estado, mesmo tendo a garantia de Dom João de que nada mudaria na caminhada da Igreja

de Vitória. Com a saída de Dom Luiz, Dom João recebeu Dom Silvestre Luiz Scandian como seu Arcebispo Coadjutor, e, com direito a tomar posse, caso Dom João viesse a falecer ou a se afastar por definitivo da Arquidiocese de Vitória.



Dom João Batista e Dom Silvestre Scandian⁸⁸.

Dom Silvestre veio da Diocese de Araçuaí em Minas Gerais e manifestou publicamente a importância de se falar em política com mais liberdade e consciência, pelo grande movimento que vinha acontecendo em todo país. Já na chegada de Dom Silvestre, Dom João inicia seu processo de despedida da Igreja de Vitória, em carta datada em 5 de novembro de 1982, e por ele assinada:

Hoje chega Dom Silvestre. Praticamente lhe passo às mãos o báculo da diocese. Deus o abençoe e o faça feliz.

Tudo parece preparado. O povo é muito bom, enriquecido de muitos dons de Deus. O grupo revoltado, supondo que ele expulsava Dom Luís, não conseguiu perturbá-lo.

O clero e as religiosas, com poucas exceções discordantes de toda a comunidade, estarão unidos a sua pessoa.

Fui muito pequeno e muito limitado diante de um povo generoso e na hora magnífica de sua expansão e promoção.

Deus me perdoará; é o Pai e o procurei amar e anunciá-lo ao povo. O povo também me perdoará, estou certo, e rezará por meu descanso no seio da Trindade Santa.⁸⁹

⁸⁸ ALBUQUERQUE, João Batista da Mota e. **Foto de Dom João Batista com Dom Silvestre Scandian. ES, 1984.** 1 fotografia, p&b, 12x9.

⁸⁹ Trecho extraído de carta escrita por Dom João Batista da Mota e Albuquerque, aos 5 dias do mês de novembro de 1981, em vitória, por conta da chegada de Dom Silvestre Scandian, como Arcebispo Coadjutor, encontrada no Arquivo do Centro de Documentação da Arquidiocese de

Em 1982, ainda como Bispo auxiliar de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, Dom Silvestre, em entrevista a Revista Agora,⁹⁰ a respeito da Igreja no debate das eleições que aconteceriam naquele ano, afirmou que o trabalho pastoral da Igreja prevê o debate político e, mesmo sem candidatos ou partidos, a Igreja almejava influir no pleito, promovendo debates em todas as comunidades, a fim de discutir os programas das legendas partidárias em formação no país, e contribuir para que os cristãos decidissem de acordo com a consciência de cada um. Ele defendia a participação política da Igreja e diante da crise de vocações sacerdotais na época, pregava maior participação dos leigos nos trabalhos pastorais e políticos da nova Igreja. Nessa época, também frisou que depositava todas as esperanças nas CEB's e que era impossível falar do Evangelho sem falar da realidade.

Fato importantíssimo para a história e a pastoral da Igreja de Vitória foi a denominada Grande Avaliação que se ocupou em analisar e avaliar toda a caminhada pastoral da Arquidiocese de 1968 a 1987. O Arcebispo Dom Silvestre e o Bispo-auxiliar Dom Geraldo, em Carta Pastoral convocando a igreja de Vitória para a Grande Avaliação (GRAVA),⁹¹ recordaram as inovações introduzidas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, fizeram uma pequena síntese da História da Igreja no Espírito Santo, contextualizaram a época das pistas pastorais (de 1974 em diante), apontaram os grandes desafios sociais e pastorais a serem enfrentados, historiaram a caminhada e a organização pastoral da Igreja de Vitória, justificaram o porquê da Grande Avaliação, apontaram os objetivos a serem alcançados no processo avaliativo e forneceram algumas orientações gerais para o processo avaliativo. O objetivo principal da Carta Pastoral era convocar, orientar e incentivar os padres, as comunidades eclesiais, as paróquias, os conselhos, as equipes e o povo católico em geral para participar ativamente da Grande Avaliação da Igreja de Vitória. As Assembléias eram presididas por Dom João Batista da Mota e Albuquerque e traziam questões pastorais e sociais conforme podemos ver em alguns relatos extraídos dos resultados das assembléias de 1976 a 1984.

Vitória.

⁹⁰ SCANDIAN, Silvestre. A Igreja no debate das eleições de 82. **Revista Agora**. Vitória, p. 37. mar 82.

⁹¹ Foi um grande processo de avaliação, reflexão e aprofundamento da Arquidiocese de Vitória nos anos de 1984 e 1987, utilizando o método do ver, julgar e agir.

A grande avaliação foi um processo de avaliação, de reflexão e aprofundamento que envolveu toda a ação pastoral da Arquidiocese de Vitória desde o Concílio Vaticano II até o início da década de 80, realizada entre os anos de 1984 e 1987. A Grande Avaliação iniciou-se nas Comunidades por meio de questionários para grupos. Tais questionários abordavam questões referentes à renovação da Igreja, à Liturgia, aos Sacramentos, à Organização Pastoral, aos Bispos, Padres, Religiosos e Agentes Leigos, à Evangelização e Catequese, ao Material Escrito, à Religião Popular e Ecumenismo, e às Opções da Igreja. Cerca de 70.000 pessoas estiveram envolvidas com os questionários, sendo que todo o material levantado foi analisado por assessores do Instituto de Estudos da Religião – ISER – e do Instituto Santo Inácio – ISI e pelo sociólogo Dilvo Peruzzo. Os dados foram devolvidos aos grupos por meio de boletins informativos e de um roteiro de reflexão acompanhado de uma celebração penitencial e uma celebração de ação de graças. Após todo o processo, bispos, padres, diáconos, religiosos e leigos da Arquidiocese de Vitória reafirmaram as opções fundamentais dessa Igreja, assumindo a opção preferencial pelos pobres como exigência fundamental do Evangelho, possibilitando um trabalho pastoral voltado para os empobrecidos, no esforço permanente de tornar nossa Igreja, cada vez mais, uma Igreja dos pobres; e assumindo as Comunidades Eclesiais de Base, como lugar privilegiado de comunhão e participação, de vivência eclesial, de exercício da missão libertadora, como base estrutural da organização pastoral da Arquidiocese.

De acordo com o próprio Dom João, em entrevista cedida a Lino Geraldo Rezende, do Jornal A Gazeta, no dia 22 de agosto de 1982, ele cresceu com Vitória⁹². Ao chegar, ele encontrou uma cidade pequena, provinciana. Ao longo dos anos a viu crescer, modificar-se. A cidade presépio, lembrava Dom João, transformou-se em selva de pedras, produzindo todo tipo de problemas com os quais a sociedade estava convivendo. Além do crescimento junto a cidade, Dom João imprimiu uma dinâmica própria à sua atividade. Tanto é assim que o trabalho por ele desenvolvido era elogiado em todo o país e considerado um dos mais conseqüentes feitos pela Igreja.

⁹² ALBUQUERQUE, João Batista da Mota e. Eu cresci com Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 8, 22 ago. 1982.

Dom João começou a entrevista comemorando seus 25 anos como Bispo do Estado e afirmando que isso era algo inédito. Para ele, a preocupação do Bispo e dos Padres de 25 anos atrás era a cura das almas, prendendo-se à liturgia; e passado esse período, a preocupação está no problema como um todo, prendendo-se à vida, dando-lhe sentido evangélico, de vivência dos problemas e busca de suas soluções. Ele considerava a Igreja de Vitória como uma das mais avançadas da década de 80. (ANEXO K)

2.4 AS ASSEMBLÉIAS ARQUIDIOCESANAS

As assembleias Arquidiocesanas ainda hoje são fóruns deliberativos que contam com a presença do Arcebispo, do clero, seminaristas, religiosos e leigos. Tratam de questões relativas à vida da Igreja, dos projetos pastorais, da vida das comunidades, das festas religiosas, das formações e capacitações para leigos, de questões sociais e da presença da Igreja na sociedade. O que teremos a seguir sintetiza a história das assembleias arquidiocesanas realizadas entre 1976 e 1984.

Nos dias 23 e 24 de outubro de 1976, realizou-se a primeira Assembleia Arquidiocesana que teve como objetivo avaliar a ação pastoral desenvolvida na Igreja de Vitória. Nessa assembleia, firmou-se a opção pelas CEB's, pelos pobres e explorados pelo sistema capitalista. O II Encontro Intereclesial de CEB's foi realizado entre julho e agosto, em Vitória-ES. A CNBB havia proposto o projeto de adoção de Igrejas-irmãs, e a esta assembleia assumir a Prelazia de Lábrea⁹³, no Estado do Amazonas, como sua Igreja-irmã, assumindo com ela responsabilidades sociais, pastorais e econômicas. Nesse mesmo ano, Dom João entregou ao povo capixaba um documento intitulado "Manual do Eleitor", atendendo a um pedido dos próprios

⁹³ Prelazia é um tipo de circunscrição eclesiástica erigida para atender a necessidades peculiares em um território ou de um grupo (prelazia territorial) de fiéis (prelazia pessoal). As prelazias territoriais e pessoais são similares às Igrejas particulares e, como estas, têm fiéis, clero e pastor próprio. Cabe ressaltar que "Igrejas Particulares" segundo o Código do Direito Canônico define que estas constituem a una e única Igreja Católica, são primeiramente as dioceses. A Prelazia de Lábrea fica a 1.800 Km de distância de Manaus, no sul do Amazonas e tem como Bispo, Dom Jesus Moraza.

cristãos da Arquidiocese de Vitória, tratando da participação do cidadão no período eleitoral, conforme a carta de apresentação assinada por Dom João:

Sinto-me feliz em entregar ao povo este Manual do Eleitor. Ele responde a um pedido dos próprios cristãos de nossa Arquidiocese. Eles pediram que fosse elaborado um roteiro para permitir aos eleitores, à luz da fé e dos ensinamentos da Igreja, maior esclarecimento diante do dever de votar. Como diz o presidente da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, “o votar, e o votar corretamente” dentro das normas da Lei Eleitoral, é tão importante como o rezar. A oração sem o cumprimento dos deveres de cidadão desagrada ao Senhor, perdendo o seu sentido[...]

Espero assim corresponder, no seio da Igreja de Deus em Vitória, à advertência de sua Santidade o Papa Paulo VI: “Tomar a sério a política é afirmar o dever do homem, de todos os homens, de reconhecerem a realidade concreta e o valor da liberdade de escolha, que lhes é proporcionada, para procurarem realizar juntos o bem da cidade, da nação, da humanidade.”⁹⁴

A segunda Assembléia Arquidiocesana realizou-se nos dias 29 e 30 de outubro de 1977 em Anchieta. O tema dessa assembléia era “Avaliar e planejar a ação pastoral da Igreja de Vitória”. Após muita discussão e avaliação da caminhada pastoral da Igreja de Vitória, questionou-se o “estrangulamento pastoral” praticado por alguns padres, recomendou-se a valorização da religiosidade popular, aprovou-se um documento de pastoral de conjunto, e elegeu-se o Padre Alberto Fontana como o coordenador de Pastoral, com mandato até outubro de 1980.

A terceira Assembléia, realizada em 28 e 29 de outubro de 1978, no Seminário Nossa Senhora da Penha, em Vitória, tinha entre outros objetivos modificar a organização da Arquidiocese, que territorialmente era dividida em zonais. Essa assembléia dividiu o território da Arquidiocese de Vitória nove em áreas pastorais, que possuíram seus respectivos conselhos, e esses, por sua vez, elegeriam seus coordenadores, se manteriam em constante diálogo com a coordenação de pastoral da Arquidiocese e enviariam seus representantes para o COPAV. Foi uma assembléia que afirmou a descentralização da pastoral, e que definiu, como proposta de ação para o ano seguinte, o compromisso da Igreja com as CEB's, trabalhando com os pequenos grupos e com uma pedagogia libertadora, contribuindo, assim, para a transformação da sociedade capixaba.

A quarta Assembléia Arquidiocesana de Vitória aconteceu no Colégio Marista de Vila Velha, nos dias 27 e 28 de outubro de 1979, e tinha como tema “A caminhada

⁹⁴ ALBUQUERQUE, João Batista da Mota e. **Manual do eleitor**. Arquidiocese de Vitória, ES, 1973. p.3.

pastoral” e recebeu influências diretas da III Conferência Episcopal Latino Americana realizada em Puebla, no México, nesse mesmo ano. Essa Assembléia optou pelo incentivo e fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base, e apontou para a necessidade de uma conscientização social, política e econômica, para a formação de lideranças e da constituição dos conselhos pastorais em níveis de área pastoral, paroquial e nas próprias comunidades. Nessa Assembléia, trataram também de temas referentes à família e à juventude, e também se apontou para a necessidade de se estabelecer pistas pastorais que orientassem os trabalhos na Igreja.

Em 25 e 26 de outubro de 1980 foi realizada a quinta Assembléia Arquidiocesana, desta vez no Centro de Aperfeiçoamento dos Líderes Rurais – CALIR – em Viana. Essa Assembléia reafirmou decisões de assembleias anteriores, como por exemplo a necessidade de uma formação de conscientização social, política e econômica, a formação dos conselhos em todos os níveis, a atenção para com a família e a juventude, e apontou também para o aprofundamento da fé. O missionário francês Padre Bernard Colombe foi eleito coordenador de pastoral da Arquidiocese de Vitória.

No ex-Seminário Menor Comboniano de Nossa Senhora da Saúde, em Ibirapu, realizou-se a sexta Assembléia Arquidiocesana de Vitória nos dias 24 e 25 de outubro de 1981, cujo tema foi “Celebrar a marcha da caminhada pastoral”. Havia uma grande insatisfação por parte de muitos presentes, uma vez que Dom Luiz Gonzaga Fernandes, então bispo auxiliar da Igreja de Vitória havia partido para a diocese de Campina Grande, na Paraíba. Dom João Batista apresentou Dom Silvestre Luiz Scandian, que havia chegado da Diocese de Araçuaí, Minas Gerais, eleito pelo Vaticano, como o Arcebispo Coadjutor da Arquidiocese de Vitória. Foi uma assembleia onde muitos participantes sentiram-se frustrados e indignados, ora pela saída de Dom Luiz e ora pela chegada de Dom Silvestre.

Nos dias 23 e 24 de outubro de 1982, aconteceu no ex-Seminário Menor Comboniano de Nossa Senhora da Saúde, em Ibirapu, a sétima Assembléia Arquidiocesana de Vitória que tinha como tema “Celebrar e compartilhar nossas experiências ouvindo a voz do Espírito”. Essa Assembléia afirmou a unidade da caminhada da Igreja de Vitória junto com a CNBB, a partir da opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, pela crescente participação visando à construção de uma sociedade fraterna, anunciando o Reino de Deus.

Firmou as CEB's, a organização de equipes e conselhos; a aceleração do processo de conscientização sócio-político-econômica, com maior atenção à vida do trabalhador, incentivando a participação e a organização do católico na vida política, nos sindicatos e movimentos populares.

A oitava Assembléia Arquidiocesana de Vitória, realizada nos dias 15 e 16 de outubro de 1983, no ex-Seminário Menor Comboniano de Nossa Senhora da Saúde, em Ibirapu, teve como tema "Avaliar, planejar e celebrar a caminhada da Igreja de Vitória". Tratou das CEB's, dos círculos bíblicos e das novas lideranças nas CEB's. Dom João Batista, por motivos de saúde, apenas abriu a Assembléia e, em seguida, retirou-se, deixando a coordenação dos trabalhos sob a responsabilidade de Dom Silvestre Scandian.

Também em Ibirapu, no ex-Seminário Menor Comboniano de Nossa Senhora da Saúde, aconteceu a nona Assembléia Arquidiocesana de Vitória, realizada nos dias 27 e 28 de outubro de 1984, que trazia como tema "Projeto da Grande Avaliação". Dom João Batista havia falecido aos vinte e sete dias deste mesmo ano e Dom Silvestre se tornou o Arcebispo de Vitória e presidiu, juntamente com Dom Geraldo Lyrio Rocha, essa Assembléia que se ocupou unicamente do Projeto da Grande Avaliação da Pastoral da Igreja de Vitória, conhecido como GRAVA, que se propunha a avaliar a caminhada pastoral da Igreja de Vitória e apontar novas opções ou então, reafirmar as opções até então assumidas por essa Igreja. As orientações para a realização da Grande Avaliação foram apresentadas e refletidas a partir de uma Carta Pastoral escrita pelo Arcebispo Dom Silvestre e pelo então Bispo Auxiliar Dom Geraldo Lyrio Rocha, publicada em vinte e um de outubro desse ano.

2.5 AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

O surgimento das CEB's deve ser considerado na conjuntura da sociedade moderna, que produziu uma grande atomização da existência e um geral anonimato das pessoas perdidas dentro dos mecanismos de macro-organizações, das burocracias e da conseqüente uniformização dos comportamentos, dos quadros, dos horários. Frente a essa realidade, articulou-se uma reação no sentido de criar

comunidades onde as pessoas se conhecessem e reconhecessem, pudessem ser elas mesmas em suas individualidades, pudessem dizer sua palavra e ser acolhidas e acolher pelo próprio nome.

A Conferência Episcopal Latino Americana de Puebla confirma Medellín e vai além, explicando o sentido da palavra CEB's. Como Comunidade, integra famílias, adultos e jovens numa relação interpessoal na fé. Enquanto Eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade, que celebra a Palavra de Deus e se nutre da Eucaristia, ponto culminante de todos os sacramentos, realiza a Palavra de Deus por meio da solidariedade e compromisso com o mandamento novo do Senhor, e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados. É de base por ser constituída de poucos membros em forma permanente.

Teologicamente, significam uma nova experiência eclesiológica, um renascer da própria Igreja e por isso uma ação do Espírito no horizonte das urgências de nosso tempo. Nessa perspectiva, as CEB's deveriam ser contempladas, acolhidas e acompanhadas com o respeito que se deve aos eventos salvíficos.

Segundo Edemar Endringer, o ponto de partida eclesiológico do Concílio Vaticano II foi a concepção de Igreja como mistério que incide diretamente na história.

A Igreja é o povo de Deus que vive a diversidade de dons e carismas em forma de serviços e ministérios. A eclesiologia, determinada pelo binômio unidade-pluralidade eclesial, revitaliza a teologia do laicato e impulsiona a Igreja para uma eclesiologia de comunhão que conduz à participação e à co-participação de todos os seus membros. O conceito "povo de Deus" se realiza na Igreja dos devotos pobres, a partir das CEB's. As CEB's rompem com o sistema de massificação eclesial e individualismo pastoral e criam uma conscientização de pertença eclesial e vocação profética para a transformação do mundo dos homens, além de proporcionarem uma reestruturação nos ministérios hierárquicos, bem como, o surgimento de novos ministérios que promovem o pobre na Igreja e realizam a sintonia teológica entre ambos.⁹⁵

O surgimento das CEB's se deve também à crise da Instituição da Igreja, dentre outros motivos, pela falta de ministros ordenados que atendessem às comunidades, resultando numa leitura de que as Comunidades Eclesiais de Base constituem fundamentalmente um movimento de leigos. As CEB's são capazes de mobilizar os

⁹⁵ ENDRINGER, Edemar. **Arte Barroca e catolicismo do povo brasileiro** – Estudo Sociológico de arte religiosa barroca e catolicismo popular no Convento da Penha do Estado do Espírito Santo. Roma, 1999. p. 248.

aspectos enrijecidos da instituição Igreja, mas não pretendem ser uma alternativa global à Igreja instituição.

A Conferência Episcopal Latino Americana realizada em Medellín, em 1968, testemunhando uma evolução pós-conciliar chegou a dizer que a comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial. Essa conferência apontou novas propostas, mais encarnadas na realidade da América Latina, que apresentava cenários de opressão, miséria e marginalidade, o que aumentava a necessidade de um trabalho profundo junto ao povo, usando uma pedagogia libertadora, de participação e vida em grupo e reflexão da Palavra de Deus. Ficava cada vez mais claro que a história da Igreja de Vitória deveria passar pela inserção no meio popular, delineando-se como uma Igreja de CEB's.

As Comunidades Eclesiais de Base possuíam características teológicas e pastorais que se justificam na prática da participação na reflexão, na organização matéria da Igreja com distribuição de tarefas e responsabilidades, participação nas funções pastorais, participação na escolha e no assumir de ações desenvolvidas fora da Igreja, relativas ao trabalho e vida social da população do lugar, e também na prática de uma participação crítica, realmente criativa e efetiva; justificavam-se na opção de trabalhar com o povo, uma vez que para a Igreja da libertação, o povo pobre é o espaço privilegiado já que, constituindo a maioria da população, devia assumir o seu próprio projeto de libertação.

As CEB's se redefinem na medida em que tomam consciência de sua existência. Inicialmente percebem que eram tomadas por uma carência de consciência, por uma omissão diante das situações sociais e por certa intimidação diante da sabedoria do padre. Posteriormente vão tomando consciência em nível psicossocial, eclesial e político, e consecutivamente se descobriram nos seus valores próprios, entenderam que a Igreja é povo reunido, e passam a solicitar conscientização política. Nessa nova postura, empregam uma pedagogia libertadora, baseada no método da Ação Católica, ver, julgar e agir, refletindo para a ação, e agindo para a reflexão.

Para Luiz Eduardo Wanderley,⁹⁶ as CEB's partem das necessidades concretas, relacionam teoria e prática a partir de uma fé libertadora. São espaços de socialização e ressocialização, que utilizam uma pedagogia popular, e uma educação política que defende a formação de consciência e a organização de conselhos, a democracia e a cidadania (WANDERLEY, 1981).

As CEB's muitas vezes foram ameaçadas por agentes e experiências internas e externas à própria Igreja. A posição tomada diante do sistema social vigente; o desconhecimento de suas fronteiras por parte de muitas lideranças e grupos; as divergências entre lideranças e o clero; o conflito entre intelectuais e o povo; o próprio distanciamento entre intelectuais e as CEB's; e a sujeição do leigo ao padre-patrão, ou ainda o líder, que substituíu o padre, encarnando novamente a figura do patrão. Há ainda uma deficiência de internalização entre os membros do grupo que criam as estruturas, e essas estruturas que se introjetam nos seus membros; há deficiências no mundo das relações, o que pode fragilizar grupos pequenos na medida em que seus membros não assumem suas responsabilidades; há deficiências por parte dos agentes e dirigentes pastorais, quando esses, nas suas relações passam a reproduzir relações do tipo padre-patrão e padre-modelo; ocorrem deficiências também devido ao peso da institucionalização e fechamento dos grupos; existem as dificuldades eclesiais por causa da religiosidade popular; há as dificuldades psicoculturais, por conta da secularização, ou até mesmo devido a um certo saudosismo; há ainda as dificuldades político-econômicas e as geográfico-humanas.

De acordo com o próprio Dom João, em entrevista cedida a Lino Geraldo Rezende, do Jornal A Gazeta, no dia 22 de agosto de 1982, a criação de duas novas dioceses no Estado e sua peregrinação por ele, foram fatores que propiciaram as idéias das CEB's, que não são exclusivas da Arquidiocese de Vitória, apesar de ser uma das primeiras a introduzir as comunidades. O primeiro destaque para o trabalho junto às comunidades surgiu após o I Congresso das CEB's, realizado em Vitória. Nesse primeiro encontro discutiram-se os vários aspectos ligados à formação das CEB's.

⁹⁶ WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Comunidades eclesiais de base e educação popular. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, n.17, FASE, 1981.

O que se descobriu é que todos estavam tentando trabalho semelhante, mas de maneira diferente. A partir daí, o trabalho ficou conhecido e desenvolveu-se mais.

Dom João reconhece que a Igreja desenvolve um trabalho político, mas frisa, com ênfase, que não é um trabalho partidário. Talvez por isso é que haja, entre os políticos, o descontentamento com a atuação das CEB's, pois elas não se deixaram utilizar para fins políticos, permanecendo independentes. Lembra também que as reclamações contra as CEB's não são problemas que afetam só o Espírito Santo, mas em todo país. O que a Igreja faz é desenvolver, junto aos fiéis, um trabalho de conscientização, alertando-os para os seus direitos e também para os deveres que têm. O que ela quer é que todos sejam tratados como cidadãos, podendo participar de tudo, lembra o Arcebispo.

Nesse sentido, reconhece, a Igreja tem um trabalho político. A escolha dos partidos e dos candidatos, no entanto, é um problema do fiel. Diante das informações que recebeu, do que sabe sobre os partidos, ele faz uma opção.

Ao falar de futuro com o jornalista, Dom João comentou que o primeiro passo seria continuar os trabalhos com as CEB's, ampliando e prosseguindo nele com o mesmo grau de seriedade com que vinha sendo feito. O segundo passo seria dedicar especial atenção ao trabalho pastoral nas cidades, onde, segundo ele, existiam menores possibilidades para o surgimento e proliferação das CEB's. "Ativar o povo de Deus". Esse será o tema para o trabalho que for desenvolvido a partir de agora. Em tudo a Igreja vai continuar com a sua preocupação social. O que precisa haver, segundo Dom João é uma mudança completa, fazendo com que os pobres consigam progredir, expandindo-se a classe média e diminuindo as disparidades hoje existentes.

De acordo com João Batista Herkenhoff, que na década de 70 participou das Comunidades Eclesiais de Base, e foi um dos fundadores da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, nessa mesma época, as CEB's resgataram a solidariedade, devolvem aos que delas participam a face humana, dão aos pobres o direito de expressar-se, valorizam a mulher, são a escola da vida que substitui o sistema escolar que as elites levaram à falência, carregam uma grande mística, despertam a consciência de direitos, têm uma visão histórica, uma dimensão política, formam cidadãos, são alegres, são lição de resistência do povo oprimido

que luta, atravessam crises, sofrem com os archochos econômicos, e estão unidas ao conjunto da Igreja.⁹⁷

De acordo com Teixeira⁹⁸, as CEB's possuíam uma dinâmica interna e funcionavam com espaço de uma nova mentalidade e de uma nova prática das camadas populares. Continham em seu processo constitutivo as reivindicações imediatas contra a situação de pobreza e a tomada de consciência da situação de opressão. As comunidades são verdadeiros espaços de sensibilização da fé, que dialeticamente se relaciona com a vida, e que assumem uma dimensão política pelo discurso e pela prática. (TEIXEIRA, 1985)

Em carta endereçada ao Cardeal Baggio a respeito das CEB's (ANEXO L) encontrada no arquivo do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória, Dom João afirmava que era um movimento puro, que nascia da leitura e meditação da palavra de Deus, e busca viver o Evangelho na prática da justiça e da caridade que brotam imediatamente na consciência dos homens simples e pobres. São comunidades que assumem a Igreja local, não deixando a Igreja abandonada porque o padre mora distante. O sacerdote é um instrumento indispensável na formação e florescimento das comunidades. Ele não substitui o leigo; faz com que os leigos pensem e descubram as necessidades e os recursos da comunidade; faz com que vejam a importância de serem irmãos, de se ajudarem mutuamente e juntos resolverem os seus problemas.

2.6 A QUESTÃO RELIGIOSA E O PODER

Gramsci possibilita captar as possibilidades e limites da atuação dos cristãos ligados às lutas sociais em favor dos oprimidos, luta que hoje parece arrefecer, pelo menos por parte do organismo central da Igreja Católica. Entretanto, lendo Gramsci, percebe-se que nem mesmo o Vaticano é um bloco, mas que lá também há “jogo de

⁹⁷ HERKENHOFF In: COLBARI, Antônia et al PREFEITURA MUNICIPAL (Vitória). Secretaria de Cultura e Turismo. **Escritos de Vitória: movimentos sociais.** n.16, Vitória, 1996. .

⁹⁸ TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A fé na vida** – Um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 1985.

forças”, embora no fim acabe sempre prevalecendo, segundo ele, o espírito corporativo.⁹⁹

A reflexão sobre o fenômeno religioso, especialmente sobre o catolicismo sempre esteve presente na vida de Gramsci, seja como homem político, seja como teórico marxista. Cabe ressaltar que a crítica gramsciana da religião está subordinada à apreciação da função histórica de cada ideologia religiosa. A religião será, pois, estudada como forma particular de ideologia¹⁰⁰. Ao refletir sobre a religião e a Igreja, Gramsci abre os olhos em pontos fundamentais, dentre eles: sua análise atenta da capacidade de sobrevivência da Igreja, enquanto instituição centralizadora, vertical e autoritária e que em sua história enfrentou inúmeros tipos de contradições internas; sua visão de importância do elemento ideológico-motivacional na atuação política revolucionária; o papel do “intelectual” na reforma intelectual e moral, componente central da “nova” sociedade; e a atenção às contradições, bem como suas crises orgânicas e conjunturais na avaliação da atuação política.

Quanto ao tema ideologia, entendemos que se trata de um conjunto de idéias, convicções e sentimentos que se referem à organização e exercício do poder político em uma estrutura social historicamente determinada, que move pessoas à ação; sabemos também que são inúmeras as contribuições, leituras e interpretações. Todavia, tomamos a interpretação de Gramsci por Terry Eagleton (apud ZIZEK, 1996, p.199) “[...] As ideologias devem ser vistas como forças ativamente organizadoras e psicologicamente ‘válidas’, que moldam o terreno em que os homens agem, lutam e se conscientizam de suas posições sociais [...]”¹⁰¹.

O método utilizado por Gramsci busca estudar como a religião cristã e a Igreja evoluíram, como, de ideologia e organização intelectual, saídas diretamente das classes subalternas, tornaram-se progressivamente exteriores a elas, acabando por se impor a essas classes.

Para Gramsci o Estado pode ser constituído de sociedade civil e sociedade política, atrelado a isso a função de dominação e a utilização de aparelhos repressivos; a

⁹⁹ BENEDETTI In PORTELLI, Hugues. p. 8, op. cit. p.31, nota 43

¹⁰⁰ Consideraremos a ideologia a partir de Antonio Gramsci, como uma concepção de mundo que se transforma em um movimento cultural, isto é, em um movimento que produz uma atividade prática e uma vontade geral, coletiva, mantendo assim a unidade de todo bloco social.

¹⁰¹ EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no Marxismo Ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.199.

Igreja pode ser definida como um aparelho ideológico do Estado, e conseqüentemente, a história dos partidos e correntes políticas está atrelada a grupos e tendências religiosas. Sendo assim, o sistema político e o sistema religioso são dependentes.

Em suas críticas categóricas e irônicas às formas conservadoras de religião, Gramsci dizia que a religião é a mais gigante utopia, quer dizer, a mais gigantesca “metafísica” que a história jamais conheceu, pois é a tentativa mais grandiosa de conciliar, sob forma mitológica, as verdadeiras contradições da vida histórica. Ela afirma, na verdade, que a humanidade tem a mesma “natureza” que o homem [...] na medida em que ele é criado por Deus, filho de Deus e, portanto, irmão de todos os homens, igual aos outros homens, e livre entre os outros homens e tanto quanto eles [...]. Toda religião [...] é em realidade uma multiplicidade de religiões diferentes e freqüentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo da pequena burguesia e dos trabalhadores urbanos, um catolicismo para mulheres, e um catolicismo para intelectuais [...].¹⁰²

A questão religiosa e o poder, dentro da Arquidiocese de Vitória pode ser compreendida a partir de uma série de fatores, dentre eles a alocação de recursos, a capacidade para empregar tais recursos e um plano de emprego desses recursos, ou seja, a utilização, e a consciência das condições e conseqüências desse emprego. Dom João possuía condições favoráveis para a realização dos projetos propostos pelo Concílio Vaticano II, seja por sua capacidade de pensar e posicionar-se diante dos desafios da época, seja pela equipe de padres e leigos dispostos a construir um novo jeito de ser Igreja em Vitória, seja pela conjuntura política, social, econômica e cultural do Brasil, bem como pela postura assumida pela Igreja Católica na América Latina em favor dos pobres. Dom João aproveitou as condições favoráveis, trabalhou com os insatisfeitos, enfrentou desafios e conseguiu empregar corretamente os recursos que dispunha, conseguindo também elaborar planos de trabalho com os leigos, com os padres, com Dom Luís e posteriormente Dom Silvestre, buscando sempre ter e dar consciência das condições e das conseqüências do emprego dos recursos que dispunha e das ações que propunha.

Seja na Igreja de Vitória, ou em qualquer outra instituição, o exercício do poder está sujeito a algumas condições que visam limitar a ação daqueles que o exercem, e

¹⁰² GRAMSCI, apud PORTELLI, p. 25-29, op. cit. p. 31 nota 43

com Dom João não foi diferente. Mesmo tendo inúmeros recursos que proporcionavam o exercício de seu pastoreio, ele vivenciou diversas situações que limitavam sua ação, ora pela própria Igreja, ora pelo Estado, até por padres e leigos insatisfeitos com a caminhada da Igreja de Vitória.

Ainda assim, Dom João exerceu o poder buscando fazê-lo de maneira horizontal, pondo-se junto de sua Igreja, desejando que padres e leigos pudessem perceber que esta nova Igreja que estava acontecendo na Arquidiocese, seria uma possibilidade de levar o anúncio do Evangelho, mas também as denúncias contra ações e sistemas que agrediam o ser humano, que feriam a dignidade da pessoa humana, que geravam morte. Dom João convocava as lideranças para esta mesma prática pastoral, contudo, nem sempre isso era assumido, ou acontecia.

Na Igreja de Vitória, as CEB's como possibilidade de contestação da hegemonia dominante foi um processo que se constituiu como força social contrária, que apontavam para uma nova direção intelectual e moral, apresentando outros valores, normas e princípios à sociedade civil e política.

Se analisarmos a Igreja de Vitória entre 1979 e 1984 à luz de Rousseau¹⁰³, por conta das desigualdades sociais, das relações de força e da coercitividade, nos apropriaremos de sua idéia de que a ausência de coerção moral pode provocar o rompimento de compromissos, e então poderemos perceber que nas inúmeras relações vividas na Arquidiocese de Vitória, o que Dom João propunha não era a quebra daquilo que Rousseau chamou de contrato social, mas uma espécie de cooperação, que possibilitasse a promoção da vida humana.

De acordo com Foucault, o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, e este exercício consiste em reprimir a natureza, os indivíduos, os instintos e uma classe. Esta compreensão pode ser observada dentre outras situações, quando nos remetemos à questão religiosa, e acompanhamos relações dentro do clero, dentre os leigos e entre clero e leigos, e dentro da hierarquia que existe nas Igrejas e nas religiões.

As relações entre o profano e o sagrado, entre o moral e o imoral, entre o bem e mal, entre verdadeiro e o falso, e entre o certo e o errado, passam muitas vezes pelo

¹⁰³ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) ligado à sociologia moderna sobretudo pela questão das condições de legitimidade das instituições políticas.

exercício de poder que reprime, que impõe e que mantém uma prática ou pensamento. Da mesma forma, as relações entre as instituições Igreja e Estado estiveram e, estão envolvidas, por múltiplos interesses, muitas vezes opostos, que colocam-nas em embates acirrados, mas também em confrontos não declarados.

Essas relações históricas entre Estado e Igreja nos possibilitam observar que a estrutura de tomada de decisões eclesiais torna difícil o seu comprometimento numa luta pela transformação radical das estruturas sociais do país. Ainda que haja pessoas dentro dessa instituição que assumam tais lutas; a multiplicidade de cenários, valores, e maneiras de compreender a ação eclesial, assim como a estrutura monárquica da Igreja que resiste às iniciativas democráticas garantirão a manutenção do poder de Roma, do Clero, do Episcopado e do Papa, mesmo que esses não estejam atrelados ao Estado.

3 DOM JOÃO À LUZ DOS VITRAIS

Neste capítulo realizaremos uma construção simbólica a respeito da relação entre a trajetória política de Dom João Batista no período entre 1979 e 1984, considerando a arte dos vitrais. Portanto, não realizaremos uma construção fiel de uma imagem, mas uma possível compreensão de pessoas e grupos a respeito dessa relação. Sendo assim, à luz dos vitrais conheceremos a história de nosso personagem Dom João Batista, e de sua Igreja, a cada instante que luzes e olhares incidirem sobre o Arcebispo de Vitória.

Tendo em vista nosso objetivo, faz-se necessário, tratarmos com maiores detalhes sobre a arte dos vitrais para então apresentarmos as leituras feitas dessa relação entre Dom João e sua Igreja.

De acordo com a nova enciclopédia Barsa, 1998, a progressiva diminuição da espessura das paredes e o aumento dos vãos livres, no período gótico, permitiu o apogeu da arte do vitral, concebida não só como suporte iconográfico, mas também como instrumento eficaz para promover um clima de recolhimento místico no interior dos templos. O vitral consiste em composições, em geral figurativas, feitas com peças de vidro colorido e translúcido, usadas para cobrir o vão de janelas, em geral em igrejas, palácios e mansões. Seu efeito é criado não pelos vidros coloridos em si, mas pela luz natural que se filtra através deles e pelo cenário em que essa luz é

percebida. O contraste é um elemento fundamental: faz com que as janelas que iluminam o interior amplo e escuro das catedrais góticas pareçam intensamente brilhantes, como jóias. A luz natural muda constantemente, de acordo com a hora do dia e a estação do ano. Isso faz com que os vitrais também pareçam mudar de cor, intensidade e expressão.

O Jornal Estado de Minas, em 1993, publicou a reportagem “Artista recupera importância dos vitrais”, em que afirmava que os vitrais saíram dos ambientes sacros para as lojas e residências, onde valorizam portas, janelas, escadas, tetos, boxes de banheiros e os letreiros luminosos das lojas. Impulsionado pela Semana da Arte Moderna de 1922 e pelo Movimento Nacionalista que se espalhou pelo país depois da Segunda Guerra, o vitral também evoluiu: dos simples ligamentos de chumbo para juntar os cacos de vidro, chegou às resinas de poliéster aliadas a acrílicos e policarbonatos, que permitem obras praticamente inquebráveis e indicadas para grandes vãos.

Segundo Rê Rodrigues, o vidro assim como o vitral tem sua origem no Oriente, por volta do século X e floresceu na Europa durante a Idade Média. Eram usados nas Igrejas e catedrais, para dar maior imponência ao ambiente, mais espiritualidade, pelo efeito da luz penetrando o ambiente das imagens dos santos e outros elementos religiosos. Os vidreiros usavam uma mistura de areia, sal e cinzas. A mistura era aquecida até derreter e acrescentavam então, óxidos metálicos para colorir; cobre para o vermelho, ferro para o amarelo, cobalto para o azul e assim por diante. Os pedaços de vidro eram, então, fixados em calhas maleáveis de chumbo e depois o conjunto era preso nas janelas. Só aí, podia-se avaliar o efeito e quase mais nada restava a ser feito. A luz é um aliado poderoso na arte dos vitrais. Poucas vezes esse componente é tão importante em uma obra de arte e transfere toda uma atmosfera para o ambiente.¹⁰⁴

Diríamos que, se o vitral e todos os materiais utilizados em sua construção, aqui nos remetem a Dom João, a luz nesta relação, remete-nos à história vivida por ele entre os anos de 1979 e 1984, e diríamos, ainda, que as inúmeras leituras feitas dessa relação seriam as belas obras que podemos observar pelas catedrais na história.

Para Lúcia C. Zucchi, desconhecidos pela Antiguidade – não há menção de janelas com vidros coloridos antes do século IV – e desprezados pelo Renascimento, que preferiu o vidro incolor, os vitrais tiveram seu desenvolvimento estreitamente ligado ao da arquitetura gótica. Com seus vitrais multicoloridos, a Igreja gótica foi à representação material da Jerusalém celeste, símbolo por excelência da Igreja. As Igrejas medievais orientavam-se sempre para o nascente. Aquele que nela entra

¹⁰⁴ RODRIGUES, Rê. **Aprenda mais**. Texto apresentado a Cyberartes em 2005. Disponível em: < www.cyberartes.com.br >. Acesso em 15 dez. 2005

pela manhã vai da região de maior sombra, junto ao átrio, para a de maior luz, onde está o sacrário. Assim como a luz, ao passar pelo prisma, se divide, assim também Deus quis que a luz de sua graça passasse através de Maria para ser distribuída a todos os homens. Por isso a Idade Média pôs, tão freqüentemente, no centro de suas rosáceas luminosas, a figura de Maria.¹⁰⁵

Sob a luz dos vitrais, apresentaremos compreensões acerca de nosso personagem, e confirmaremos pela biografia coral, a construção do indivíduo como um elemento de tensão, que deve permanecer particular e fragmentado. O que veremos será a realização da análise de fatos circunscritos, uma das tarefas básicas da micro-história, donde, à medida que Dom João vai sendo construído, somos remetidos às características gerais dos conjuntos nos quais eles se inscrevem.

Durante o Seminário comemorativo dos 40 anos do Concílio Vaticano II, realizado de 08 a 10 de fevereiro de 2006, em Itaici, Indaiatuba, São Paulo, foi possível ouvir a opinião de homens que conviveram com Dom João Batista durante a realização do Concílio, dentre os quais citamos Dom Waldir Calheiros Novaes, Dom Luiz Demétrio Valentini, Cardeal Serafim Fernandes de Araújo e Raimundo Caramuru.

3.1 DEPOIMENTOS

Seguem alguns depoimentos importantes de pessoas que trabalharam e convieram com Dom João.

3.1.1 Dom João: o bispo da igreja dos pobres – Dom Waldir Calheiros

Para Dom Waldir Calheiros,¹⁰⁶ Bispo de Barra do Piraí, Volta Redonda/RJ, Dom João foi um mestre e amigo muito comunicativo, era firme e seguro, um verdadeiro pedagogo com acolhida atenciosa a todas as pessoas. Dom João foi um dos que conviveu com o Concílio. Não só trabalhou pela sua implantação no Brasil, como foi

¹⁰⁵ ZUCCHI, Lúcia C. **Janelas do Paraíso**. Texto apresentado a Montfort Associação Cultural, 2005. Disponível em: < <http://montfort.org.br> >. Acesso em 15 dez. 2005.

¹⁰⁶ Dados transmitidos em entrevista ao autor, em fevereiro de 2006 por ocasião do Seminário comemorativo dos 40 anos do Concílio Vaticano II realizado em Itaici, Indaiatuba/SP.

seu defensor. Acolheu o Concílio e iniciou sua implantação em Vitória com capacidade, como teólogo que era, junto à renovação que o Concílio trazia.

Suas atitudes não repercutiam somente na Igreja de Vitória – ES. Dom João era muito preocupado com a implantação do concílio Vaticano II na Igreja como um todo. Andava ansioso para que se realizassem as transformações, naturalmente, naquele impulso primeiro do Concílio, procurando entrar em comunicação com os outros bispos que estavam fazendo seus trabalhos.

Relacionava-se de forma descontraída com todos e não tinha de nenhuma maneira, atitudes que levassem restrição à aproximação com ele. Era um homem rico de relacionamento humano.

Dom João da Mota e Albuquerque foi o bispo brasileiro que, em Roma, pertencendo ao grupo dos bispos da assim chamada “Igreja dos pobres”, articulava e animava o episcopado brasileiro a freqüentar a reunião desse grupo com o qual se comprazia. Outro traço marcante foi aquele gesto que deixou, de querer ficar no meio do povo no cemitério. Isso mostra que sua opção, sua paixão definitiva é pelos pobres, o que me faz lembrar, comenta Dom Calheiros, que quando cheguei ao Concílio, João já estava, e a primeira coisa que ele fez foi me levar para esse encontro da Igreja dos pobres. Foi lá que me encontrei e foi ele que articulou esses encontros.

Na celebração que nós tivemos no “Pacto das Catacumbas”, João foi o animador. Foi ele quem presidiu a Eucaristia durante o tempo em que estávamos em Roma e era ele que animava a participação do pessoal também, principalmente do episcopado brasileiro, latino-americano e do Caribe.

3.1.2 Dom João e a Igreja em comunidades – Dom Demétrio Valentini

Nas palavras de Dom Luiz Demétrio Valentini,¹⁰⁷ Bispo de Jales, São Paulo, Dom João foi um bispo que se destacou num momento privilegiado da Igreja, no contexto conciliar e, sobretudo, depois do Concílio. Durante o Concílio ele teve uma missão

¹⁰⁷ Dados transmitidos em entrevista ao autor, em fevereiro de 2006 por ocasião do Seminário comemorativo dos 40 anos do Concílio Vaticano II realizado em Itaiaci, Indaiatuba/SP.

muito apreciada por todos nós que estávamos em Roma. Ele era o responsável por acompanhar o Colégio Pio Brasileiro e lá vivia.

Todo dia, com muito gosto e competência, depois do almoço, contava-nos tudo o que tinha acontecido de manhã, de modo que através dele nós pudemos acompanhar muito de perto o desenrolar do Concílio Ecumênico. A gente guarda dele uma lembrança de uma pessoa muito simpática, autêntica, simples, cheia de virtudes humanas, disponível, aberto, de fato, um bispo que marcou muito. Ele foi, de certa forma, um pouco símbolo para os bispos brasileiros que souberam acolher generosamente o Concílio, participar ativamente, integrar-se e colaborar certamente de modo bem consistente na elaboração e aprovação dos documentos conciliares.

Com Dom João, a Arquidiocese de Vitória se tornou referência importante, tanto assim que lá iniciaram os Encontros Intereclesiais de CEB's do Brasil, porque a Arquidiocese de Vitória contava com esse bispo que intuiu essa realização e concretização da Igreja em comunidades, onde se torna possível a participação e valorização do leigo, do homem e da mulher, e uma visualização daquela Igreja sonhada pelo Concílio. De fato, ele foi um bispo que intuiu bem a intenção central do Concílio e logo a colocou em prática, tornando-se referência para o conjunto do país.

Ele era uma pessoa muito aberta, muito espontânea, também muito sincera. Certamente isso suscitava reações de quem não sintonizava de imediato com as posições dele, mas era uma pessoa muito cordata, humanamente muito rica. Ele era uma pessoa inquieta. Ao mesmo tempo cordato, mas inquieto, porque ele acolhia muito intensamente os apelos do Concílio, os apelos da Igreja e da juventude, os sinais dos tempos, como dizia João XXIII. Dom João se identificava com Dom Helder Câmara, Dom Fernando Gomes, Dom Waldir Calheiros e outros bispos que significaram um pouco a vanguarda do episcopado brasileiro na abertura da Igreja para as realidades concretas e a inculturação.

3.1.3 Dom João: um homem verdadeiramente extraordinário – Cardeal Serafim Fernandes

De acordo com o Cardeal Serafim Fernandes de Araújo,¹⁰⁸ Dom João Batista da Mota e Albuquerque foi um homem inteiramente singular, pois era dono do tempo, da calma e da tranqüilidade. Sabia principalmente ser amigo, era capaz de chegar ao mais pobre e enchê-lo de esperança, era capaz de chegar ao mais rico tocando alguma ópera porque vivia cantando. Foi um homem verdadeiramente extraordinário. Ele sempre foi entusiasmado por tudo, um entusiasmado pelo Concílio, e ele transmitia isso. E não só! Ele brigava pelas idéias do Concílio, principalmente aquelas que agradavam a ele, e as outras idéias que não o agradavam ele deixava um pouquinho de lado, mas foi um homem que amou profundamente o ser humano.

Dom João nunca foi uma pessoa polêmica. Ele sabia defender esse amor que tinha pela pessoa, pelo pobre, mas era exigente no que propunha. Era esse o encantamento dele. Ele não era um homem de sair brigando por motivo de uma idéia ou outra, mas se tocassem na pessoa humana era o mesmo que agredi-lo, e ele colocou isso na sua pastoral. Ele era ansioso, preocupado, mas tinha as idéias muito claras, e acredito que o que lhe fazia sofrer era o fato de ter as idéias tão claras do que devia ser feito e nem sempre tinha os meios e a receptividade para fazer.

3.1.4 Dom João: um ser político e social pautado na bíblia – Irmão Roque Plínio Loss

De acordo com o Irmão Marista Roque Plínio Loss,¹⁰⁹ biólogo e teólogo, pós-graduado em farmacologia, e que conviveu com Dom João Batista na Arquidiocese de Vitória, ele era humilde, magro, rosto vermelho, cabelos já esbranquiçados, firme em suas afirmações, mesmo quando os leigos discordavam. Por exemplo, quando os leigos diziam que podiam celebrar a Eucaristia como qualquer outro sacerdote, postura essa com que Dom João não concordava.

¹⁰⁸ Dados transmitidos em entrevista ao autor, em fevereiro de 2006 por ocasião do Seminário comemorativo dos 40 anos do Concílio Vaticano II realizado em Itaici, Indaiatuba/SP.

¹⁰⁹ Dados transmitidos em entrevista ao autor, em Outubro de 2006, no Colégio Marista São José no Rio de Janeiro.

Sua prática política e social baseava-se na Bíblia, nos documentos do Concílio Vaticano II e nos documentos da Doutrina Social da Igreja Católica. Seus opositores o chamavam de comunista porque ele apresentava o que era ser cristão e não explorar os pobres. Dom João, junto aos padres, religiosos e leigos comprometidos com o Reino, buscava pôr em prática os ensinamentos de Jesus. Fazia muitos encontros, avaliações, visitas às diversas áreas pastorais da Arquidiocese, utilizando o manual “Os conselhos que a gente quer”.

Ele costumava enviar padres e leigos para congressos das CEB's em Belo Horizonte e São Paulo, e ainda para cursos de formação bíblica e pastoral. Irmão Roque lembra que Dom João inúmeras vezes enfrentou as realidades injustas no Espírito Santo, lançando candidatos a partir das CEB's a cargos públicos, como por exemplo, vereadores que eram apoiados por padres, religiosos e leigos com doutrinação da Igreja em seus documentos a partir, sobretudo, dos Papas Pio IX, Pio XI, João XXIII e Paulo VI, baseados na Bíblia e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, definidos pela ONU em 1948.

Dom João, os bispos comprometidos com os resultados do Concílio Vaticano II, os sindicatos combativos de São Paulo, já naquela época coordenados por Luis Inácio Lula da Silva, a CNBB e outros sofreram retaliações por parte do AI 5 – Ato Institucional nº 5, e da CIA que sustentava as ditaduras militares na América Latina e Central. Segundo Irmão Roque, tudo isso frustrava Dom João e outros bispos. Ver cristãos matando, ver como nossa sociedade, que, ao mesmo tempo em que clamava por paz, fornecia as armas e as drogas; ou ainda ver a destruição da natureza.

Durante a grande enchente no Espírito Santo, as CEB's recolhiam mantimentos e os levavam para os desabrigados. Para Irmão Roque, foi um período de dor, mas o melhor período das CEB's no Espírito Santo, com fortíssimo testemunho de comunidade, que chegava a lembrar as primeiras comunidades cristãs dedicadas ao serviço, à partilha, à solidariedade e à fraternidade.

Entre 1979 e 1984, havia milhares de CEB's no Brasil, organizadas em paróquias, com seus conselhos de comunidades e representações das comunidades, das pastorais e das equipes de serviço, nos conselhos paroquiais. Juntos, realizavam uma espécie de planejamento participativo com forte transparência. Paulo Freire influenciou muito tal estrutura eclesial no Brasil e por onde viveu.

Para Irmão Roque, no Espírito Santo, ainda hoje, há remanescentes daquela época, dentre eles, o atual prefeito e vice-prefeito e o vereador Genivaldo Lievore e sua esposa, em Colatina; o Deputado Cláudio Vereza; o Presidente da Cáritas na Arquidiocese de Vitória, Renato Gama e ex-padres.

3.1.5 Dom João: uma autoridade respeitada – Tereza Côgo

De acordo com a pedagoga Tereza Côgo,¹¹⁰ pedagoga, membro de comunidade eclesial de base e engajada em inúmeras lutas sociais, Dom João Batista da Mota e Albuquerque era simples, dinâmico, simpático e risonho. Agia no meio do povo, adorava cantar e, por isso, sempre corrigia os desafinados, e tinha um fusca inseparável. Exerceu um papel político no Espírito Santo como uma autoridade muito respeitada, e o que ele falava era sempre levado muito a sério. Quanto à relação entre sua trajetória política e a história das Comunidades Eclesiais de Base, era como uma porta aberta, de um para o outro, isso também pela grande sintonia com o fazer pastoral de Dom Luiz Fernandes.

Para Tereza, a trajetória política de Dom João incomodou o poder da polícia e os mais explícitos defensores da ditadura militar, e os burgueses que se incomodavam com o comunismo. Em contrapartida, a diferença exacerbada entre pobres e ricos, bem como o desrespeito aos direitos humanos eram as situações que mais frustravam o Arcebispo de Vitória. Durante as enchentes que aconteceram no Espírito Santo, ele foi o grande coordenador das ações, e mobilizador de grupos, usando de sua oratória, de seu discurso para chamar a atenção das autoridades e a participação do povo, sendo atribuído a ele a expressão “Só o povo salva o povo”. Nesse período das grandes enchentes viu-se claramente o novo jeito de ser Igreja, a reflexão da Bíblia na vida, nos fatos cotidianos, levando os cristãos a assumirem as

¹¹⁰ Entrevista realizada através de mensagem eletrônica em 03/03/2007.

lutas sociais como protagonistas. Foi um período em que se despertaram inúmeras lideranças. Entre 1979 e 1984, a vida na Igreja estimulava a participação social, então, os movimentos populares ganharam fôlego. Tudo era celebrado e refletido à luz da Bíblia. Os movimentos sociais eram bem atuantes e agiam firmes na reivindicação de melhores condições de vida. Nessa época, tínhamos lideranças eclesiais fortíssimas, dentre elas, os padres Alberto Fontana, Tarcísio Caliman, Arnóbio Passos, Waldyr Ferreira de Almeida, Jair Coco, Maurício de Mattos Pereira, Rubens Duque e Rômulo Balestrero. Dentre as lideranças leigas, tínhamos Cláudio Vereza, Maria Clara da Silva, Jacinta Maria Dantas, Marlene Cararo, Teresa Côgo, Rosa, Ana Rita Esgário, Geraldo Esperandio, Terezinha Cravo, Gilsa Barcelos, Paulo Matedi, Dante Pola, Ângelo Pin, João Batista Gagno Intra, Zulei Bassi e outros.

3.1.6 Dom João: um perfil de pastor – dom Geraldo Lyrio Rocha

Em entrevista realizada com Dom Geraldo Lyrio Rocha,¹¹¹ ele lembra que Dom Silvestre Scandian foi nomeado bispo coadjutor da Arquidiocese de Vitória no dia 02 de Setembro de 1981, dia de aniversário natalício de Dom João, e a publicação da transferência de Dom Luís Fernandes para Campina Grande deu-se no dia 12 de Setembro de 1981, que era data de aniversário natalício de Dom Manoel Pereira, bispo de Campina Grande que estava renunciando. De certa forma, houve uma inversão ao nomear primeiro o coadjutor da Igreja de Vitória, ES, e, em seguida o bispo sucessor de Campina Grande, mas isso se deu, na intenção de homenagear Dom João e Dom Manoel em suas respectivas datas natalícias. Essa situação de inversão entre a nomeação de Dom Silvestre como Bispo coadjutor da Arquidiocese de Vitória, e posteriormente, a nomeação de Dom Luís para a diocese de Campina Grande, provocou comentários que se davam devido a uma grande desinformação.

Dom Luiz tinha uma presença muito forte na Arquidiocese de Vitória, mas a presença na mídia era ocupada mais por Dom João, já que este era o Arcebispo. Dom João tinha muita facilidade para falar, mas não gostava de escrever. A

¹¹¹ Em entrevista concedida ao autor, em janeiro de 2007, em Vitória.

Arquidiocese de Vitória dispunha de um grande acervo no Centro de Documentação e Informação da Arquidiocese de Vitória – CEDIV, junto à equipe da Cáritas¹¹², que funcionava como uma Pastoral Social, assessorando as comunidades sócio-econômica e politicamente desde 1976 coordenado por Cláudio Vereza e Tereza Côgo com o apoio de jovens da Pastoral da Juventude. Eles faziam uma triagem e arquivavam as reportagens a respeito da Igreja. Era um misto de arquivo/produtora de materiais escritos, cartilhas, boletins, etc. Editaram o BOLETIM DA GENTE, o FERRAMENTA, no início, e outras publicações esporádicas. Funcionou na Cáritas, que tinha sede no prédio abaixo da Igreja São Gonçalo, e depois no Secretariado de Pastoral, ambos na cidade alta, no centro de Vitória.

Segundo Dom Geraldo, a trajetória política de Dom João à frente da Igreja de Vitória deu-se, porque Dom João tinha o perfil de pastor e é a partir daí que se deve entender o alcance político de sua presença no Estado do Espírito Santo. Dom João nasceu no Rio de Janeiro, de família aristocrata, seu pai era engenheiro e sobrinho do cardeal Arco Verde, primeiro cardeal da América Latina. Dom João fez seus estudos em Roma, e quando voltou, foi trabalhar no Rio de Janeiro. Quando chegou ao Espírito Santo, um estado eminentemente agrícola, Vitória era uma região pequena, a Igreja de Vitória não tinha a expressão que tem hoje.

Dom João se identificou com o povo capixaba, inclusive com o povo do interior. Dom João conversava com os produtores rurais como se fosse um conhecedor de cultivo de café e de criação de gado. Mas isso se deu devido à riqueza de sua personalidade, pois era muito sensível, e, sobretudo por causa da sensibilidade de pastor. Ele era muito sensível como pastor à situação real, concreta e à história de nosso povo, por isso, ele interfere de muitos modos. Por exemplo, Dom João logo percebeu a importância da questão rural para o estado, ele foi um entusiasta na implantação, na época, de um Centro de Aperfeiçoamento de Líder Rural – CALIR, criado por ele, na região de Viana. Esteve envolvido com movimentos juvenis, com

¹¹² A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Atua com diversas cores e sotaques, com uma mística e um trabalho ecumênicos. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais.

questões referentes à saúde, a saneamento básico e, esteve muito atento às situações do estado do Espírito Santo, com todas as suas implicações. Ele conhecia, com profundidade, a história do Estado, a geografia, o perfil antropológico do Espírito Santo, com todas as suas variantes e era muito sensível às grandes questões sociais que se tornaram agudas, especialmente quando, lá pela década de 1960, acelerou-se o problema do êxodo rural em torno da cidade de Vitória, o crescimento e inchaço da grande Vitória, acompanhando de perto, com muita percepção e com muita sensibilidade, as lutas que se levantaram naqueles tempos as quais contaram, de maneira determinante, com seu apoio de Dom João. Quando as CEB's começaram a se articular, surge então a luta por transporte no município de Vila Velha, o movimento pela água no município de Vitória, e a questão da ocupação do solo com todas as questões que ocorreram com as chamadas invasões e o surgimento de tantos bairros, entre os quais se destaca a região de São Pedro. Dom João sempre foi muito sensível a tudo isso. Nesse contexto, Dom João sofreu fortemente a repressão do momento chamado revolução de 1964, do golpe militar de 64. Nessa ocasião, setores da burguesia se articularam de maneira muito áspera contra Dom João, e houve momentos em que praticamente ele ficou isolado, pois aquele período após o golpe gerou uma insegurança muito grande, e Dom João foi muito visado por causa das posições bem claras assumidas por ele, de maneira bem determinada.

Então, a figura de Dom João se projetou no cenário político do Espírito Santo por causa de sua alma de pastor que se sensibilizava profundamente pelas questões concretas e reais de nosso povo, especialmente, as situações de sofrimento, e ele vai se caracterizar pela defesa dos direitos humanos que foi a grande questão que se levantou no período autoritário e mais para o final do exercício de sua missão pela defesa dos presos. Posicionou com muita determinação contra as arbitrariedades praticadas no sistema carcerário e foi acusado de ser defensor de bandido, por sua postura muito enérgica. Mas toda vez em que alguém dizia isso, ele não manifestava inquietação maior, pois tinha a nítida consciência do que estava fazendo. Não estava defendendo o erro, mas a pessoa que errou, pois, mesmo tendo errado, é pessoa humana, e mesmo que tenha que ser punida deve sê-lo dentro daquilo que é humanamente aceito, ou seja, ninguém deve ter os seus direitos humanos violentados por maior que tenha sido o crime praticado. Então,

houve também por parte de certos setores do estado manifestações de desagrado contra a atuação firme e determinada de Dom João na defesa dos presos e na questão penitenciária de modo geral.

De acordo com Dom Geraldo, que durante o período do golpe militar estava estudando em Roma, aconteceram dois fatos que o próprio Dom João partilhou com ele, e que de certa maneira o incomodaram. Um fato foi uma famosa reunião para a qual ele, Dom João, foi convidado sem que precisassem qual era o tema dessa reunião. Chegando ao local determinado, encontrou um grupo de senhoras da elite de Vitória daquela época, que foi muito agressivo com ele, num questionamento bastante forte com relação ao posicionamento que ele vinha assumindo, sobretudo nas questões sociais. E um outro foi uma manifestação na praça Costa Pereira, em que houve discurso acusando claramente o Arcebispo, de subversivo e comunista. A figura de Dom João tinha um peso moral tão forte que excetuando episódios como esses, eu não percebia manifestações mais claras de rejeição ou contraposição. Isso se explica, também, porque Dom João contava com um apoio muito grande da população, o povo do Espírito Santo. Especialmente o povo da Arquidiocese de Vitória, no seu grande conjunto, tinha um apreço extraordinário por Dom João. Ele era uma figura de muito peso moral, além disso, o discurso de Dom João tinha forte implicação política e social, mas não era um discurso de político, mas sim, de pastor e profeta. Dom João fazia suas fortes denúncias sempre a partir da Palavra de Deus. Trazia-a com muita veemência para aquele contexto social, concreto, histórico, político e econômico, sempre respaldados e iluminados pela palavra de Deus., Ele não fazia um discurso de porte sociológico, utilizando-se das ciências políticas e econômicas. Não seguia esse veio. Isso também lhe dava força e autoridade, pois sua palavra era recebida como palavra de Deus que estava sendo dirigida a todos naquele momento. Ele tinha extraordinária facilidade de expressão. No rádio e na televisão, era muito ouvido, e sua palavra ecoava. Na televisão, em seus últimos anos, celebrava a Missa no Lar e sua homilia manifestava a realidade concreta.

Para Dom Geraldo Lyrio Rocha, que tinha cerca de quinze anos quando Dom João tomou posse como bispo do Espírito Santo e desde então esteve próximo ao Arcebispo de Vitória, Dom João era um homem muito atualizado, era um intelectual de grande envergadura, lia muito, estudava bastante e tinha sempre em mãos as

obras teológicas de peso da época, e ainda assinava muitas revistas teológicas do Brasil e do exterior. Ele acompanhou toda a evolução do pensamento católico que antecedeu o Concílio Vaticano II. Dom Geraldo diz ter ouvido um teólogo, durante o Concílio, dizer que, pelo conhecimento que ele tinha do episcopado brasileiro, Dom João era um dos bispos mais atualizados na teologia naquele momento e estava preparado para as mudanças que estavam por vir.

3.1.7 Dom João: um dos maiores líderes do Espírito Santo – Deputado Estadual Cláudio Vereza

O Deputado Estadual Cláudio Vereza,¹¹³ em entrevista realizada na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, em fevereiro de 2007, definiu Dom João Batista da Mota e Albuquerque como um dos maiores líderes que o Estado do Espírito Santo já viu, do ponto de vista religioso, mas especialmente do ponto de vista social, pois, como arcebispo, ele teve nesse período, uma atuação muito forte na sociedade, extrapolando a Igreja para a sociedade. O evento enchente de 79 é simbólico nesse sentido, porque o povo estava morrendo, assolado pela enchente, flagelado e abandonado pelos governos municipais e pelo governo estadual, completamente, inclusive o governo dizia que estava tudo sobre controle. Essa era a frase do governo na televisão e, então, quem foi salvar o povo, quem atuou diretamente, quem praticamente governou o Estado, naquele período, especialmente nas áreas atingidas pela enchente foi a Arquidiocese comandada por Dom João Batista da Mota e Albuquerque. Ele é quem ia para a TV, para a rádio, para as comunidades pediapoio e enviava pessoas, padres, seminaristas, dirigentes leigos para as regiões atingidas, para coordenar o trabalho que hoje se chama defesa civil.

¹¹³ Entrevista concedida ao autor, na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, em fevereiro de 2007.

Segundo Cláudio, Dom João não sofreu retaliação, por suas posturas, por parte da Igreja. Segundo ele, quem sofreu retaliação por parte da Igreja, nessa época, foi Dom Luiz Gonzaga, tanto que foi transferido em 1981. E Dom Luiz fazia tudo em comum acordo com Dom João. Mas os padres centravam em Dom Luiz a oposição à linha que priorizava as CEB's. A linha que colocava as CEB's como centro da atuação eclesial, a nova forma de ser Igreja. A enchente foi um dos casos. Havia outras situações que faziam com que a atuação da Igreja dirigida por Dom João se chocasse com o poder, ou o governo do Estado, com prefeitos, ou outros setores do governo. Então, havia choques. A criação da Comissão de Justiça e Paz pela Arquidiocese foi uma decisão de Dom João e isso incidia sobre a política de direitos humanos, a violação dos direitos humanos, o combate aos grupos de extermínio, a defesa das ocupações urbanas, dos ocupantes, a defesa dos desempregados, o questionamento a implantação dos grandes projetos industriais no estado. Era uma posição muito incisiva sobre a realidade social, política e econômica a partir da Igreja. Dom João era a figura que personificava tudo isso, por ser o arcebispo, o coordenador de todos os processos.

Cláudio afirma que Dom João foi um ator político importante nessa época. Significativo, num momento que começa ainda na ditadura militar, quando tudo era fechado e a oposição era muito contida. Então, o papel da Igreja foi muito importante, como abrigo das lutas. A primeira greve, a maior que houve no estado em 1979, foi a da construção civil. A primeira assembléia dessa grande greve foi nas dependências da Mitra Arquidiocesana. A escadaria que há em frente à antiga residência dos bispos, foi o lugar das falas. Dom João saiu de sua residência, foi ao alto da escadaria, e os dirigentes da greve, que eram da oposição sindical, oriundos da pastoral operária, geraram a primeira grande greve e ali se encontraram. Os trabalhadores foram pedir abrigo, apoio ao arcebispo e ele deu todo o apoio. Eu estava ali nesse momento da assembléia. A segunda assembléia foi no ginásio Dom Bosco do Salesiano, Dom João não estava presente, mas mantinha o apoio aos trabalhadores. Era um confronto na época das construções das grandes empresas. Isso aconteceu no período das construções das grandes empresas, por exemplo, CST. Ele estava ali no momento de um grande conflito entre os trabalhadores e o capital. Dom João estava presente e todos buscavam apoio na cidade alta, no centro de pastoral, buscavam apoio em Dom João, na casa do bispo, especialmente entre

1979 e 1984, que foi o período de maior intensidade em sua ação pastoral na Grande Vitória.

Para Cláudio, por mais que Dom João não tenha se aproximado diretamente de associações, sindicatos e outros movimentos sociais, a ação da Igreja nessa época se aproximou sim, basta observar os trabalhos das pastorais nas comunidades, através da pastoral operária, da Juventude Operária Católica – JOC, da pastoral da terra criada em 1977, da Comissão de Justiça e Paz - CJP em 1973, a Comissão de Direito à Moradia – CDM, que era vinculada a CJP para o apoio concreto às invasões urbanas, que se iniciaram em Vila Velha na região do Salaminho, hoje conhecida como Ilha dos Aires, no Sítio Batalha, na região de Santa Rita, na região de Aribiri; depois, algumas ocupações em Vitória e na Serra em muitas áreas. Inclusive, hoje há um bairro com o nome dele, devido a presença de Dom João e a seu apoio incondicional durante as construções. O trabalho de pastoral levou os cristãos das comunidades a atuarem na área social, nas associações de bairro, nos sindicatos e em outras lutas, e na hora do aperto, todos recorriam a Dom João. Eram as lideranças que procuravam Dom João e não o contrário, pois ele era referência, era apoio incondicional a todas as lutas.

Posteriormente as ocupações urbanas aconteceram em Cariacica, município onde ocorreu o grande conflito de Rosa da Penha, que gerou muitos despejados, e que desesperados buscaram o apoio de Dom João, e acamparam em frente a Catedral, sendo que toda a negociação contou com o apoio do Arcebispo. Daí surgiu a doação da área de Nova Rosa da Penha, que pertencia ao estado, da antiga fazenda Itanhenga, uma grande área próxima em torno do hospital Pedro Fontes que atendia hansenianos. Era uma grande área do governo do estado e Nova Rosa da Penha foi desmembrada dessa área. O governo do estado implantou lá um grande loteamento. Essa movimentação em frente à Arquidiocese contou com o apoio da Comissão de Direito à Moradia, e Dom João acolheu de portas abertas os moradores que aguardavam decisões. Durante as enchentes, Dom João também acolheu o povo, porém na sala da pastoral, na cidade alta, que também estava ocupada por mantimentos e colchões. Enfim, era um grande depósito. A abertura da Catedral ficou marcada a partir do grupo dos desempregados, que após o fim das obras dos grandes projetos industriais, foi pedir apoio à Pastoral Operária e à JOC e à Arquidiocese e fizeram um acampamento dos desempregados. O movimento dos

desempregados ali na praça da Catedral se reuniu e, com a repressão, as pessoas ali reunidas fugiram para dentro da Catedral. À noite também iam para lá, pois as barracas eram precárias. Tudo isso com a decisão de Dom João.

De acordo com Cláudio, não houve relação direta entre Dom João e os partidos. Os cristãos engajados nessas lutas e movimentos passaram a ter alguma atuação partidária. As cartas dos bispos da CNBB nessa época incentivavam a atuação social e política. Exigência Cristã de uma ordem política, o documento da CNBB de 1977 realizava uma crítica à ordem política da época, que era a ditadura e, o estímulo, o incentivo e o envio dos cristãos à participação nos movimentos sociais, partidários e eleitorais. Nos períodos eleitorais, a arquidiocese sempre lançava cartas, cartilhas e documentos sobre o processo eleitoral. Sobre esse aspecto havia relação, mas, diretamente, Dom João não estabelecia presença, relação partidária, era um incentivo genérico à atuação social e partidária. Ele exercia uma função política na Igreja e no Estado, mas não se atrelava a um partido.

Quanto às Comunidades Eclesiais de Base, havia uma postura de apoio total desde o início. Eu me lembro do primeiro documento em que explicitava a opção pelos pobres. Não era opção preferencial pelos pobres, mas apenas opção pelos pobres e a ênfase e prioridade às pequenas comunidades do povo de Deus. Ainda não se utilizava a expressão Comunidade Eclesial de Base. Esse documento é de 1974, marcante como retomada da caminhada feita até 1974 e pistas naquilo que estaria por vir, os indicadores do que estava por vir. Posteriormente, foi traduzida por Frei Betto, em linguagem mais popular, no documento “A Igreja que a gente quer”, duas folhinhas bem simples. Outro ingrediente foi a acolhida de Dom João a Frei Betto após sair da prisão, que veio para a Igreja de Vitória e passou a atuar como um orientador, um coordenador de pastoral social, especialmente na equipe que foi formada com leigos na Cáritas Arquidiocesana, que funcionava como uma espécie de pastoral social. Então a Igreja, Dom João e Dom Luiz me convidaram e a outros 12 jovens para participar de uma equipe de leigos que atuavam em grupos de jovens, que poderia ser lembrada como uma equipe de pastoral da juventude. Eu, Tereza Carraro, Dante, Frei Betto, Ângela Bueno, Padre Alberto Fontana, Clovis Rossi. Vitor Buaiz integrou uma equipe relacionada à saúde, de conscientização a questões referentes à saúde. Eram remunerados e pagos pela Arquidiocese a partir de 1976 até o início de 1980. Eram responsáveis pelo informativo “Boletim da Gente”

e posteriormente pelo boletim “Ferramenta” da pastoral operária. E a tradução das cartilhas políticas e a tradução de documentos da CNBB eram de responsabilidade dessa equipe. Para ele, as CEB’s fizeram diferença na história do Espírito Santo, entre 1979 e 1984, porque foram o principal instrumento de luta dos pobres, (primeiro) de inserção na Igreja, pois passaram a fazer parte da Igreja. A igreja, até esse momento, era apenas a hierarquia. Do Concílio em diante, o povo passou a ser Igreja, a usar, entender e refletir a Bíblia. Foi uma reapropriação do povo na Igreja, e as CEB’s foram um grande instrumento de atuação eclesial, social e político, pois os sindicatos estavam fechados, os partidos, limitados, as entidades, vigiadas, e, na Igreja as coisas aconteciam.

Segundo Cláudio, o que mais angustiava Dom João era a desigualdade social, a divisão social. Um momento expressivo disso foi quando as comunidades de Vila Velha começaram a fazer as Assembléias de Páscoa, e esta de que estou lembrando, aconteceu em Vila Garrido. A Igrejinha estava lotada, pois todas as comunidades vinham concentrar-se numa grande celebração, e a Páscoa passou a ser o grande momento de uma Igreja Cristocêntrica, e Dom João diante de todo aquele povo reunido ali, durante a homilia, escolheu um trecho de um dos cantos da celebração, que dizia “A vida que gente vive é cheia de divisão, mas Deus não quer isso não, mas Deus não quer isso não.” E com muita ênfase gritava que a vida que agente vive é cheia de divisão, mas Deus não quer isso não, falava assim muito forte, gritando, e pedia para o povo responder, e a cada frase que Dom João dizia, o povo respondia: Deus não quer isso não. A Páscoa era que Deus não queria a divisão que na Grande Vitória estava cada vez mais explícita, na época, com o êxodo rural, com a erradicação dos cafezais e explosão dos bairros muito pobres e precários, com o aumento do número de desempregados, com os barracos caindo e com ocupações urbanas, pois o povo não tinha onde morar.

Dom João também foi destaque no período das grandes enchentes. Para Cláudio, ele foi como um governador de estado naquele período em que houve necessidade de um socorro às populações flageladas pela enchente. Foi todo o vale do rio Doce, de Baixo Guandu, Colatina até a foz do rio Doce em Linhares. Essas três cidades ficaram ilhadas e muita gente flagelada. Chocou o estado inteiro e ele comandou o que hoje seria chamado de defesa civil, o trabalho de socorro, de atendimento e de gestão das cidades, pois alguns prefeitos, por exemplo, o de Colatina, abandonou a

cidade. Houve a denúncia de que caminhões que estavam sendo enviados para os locais das enchentes com os mantimentos e agasalhos recolhidos pela arquidiocese, com a ajuda dos estudantes, estariam sendo desviados, roubados por políticos que tentavam faturar politicamente as coisas. Foi denunciado isso, publicamente, na época, e então Dom João utilizou a frase SÓ O POVO SALVA O POVO! Pois os governos abandonaram o povo e quem salvou o povo foi o povo. Essa frase é usada até hoje por políticos, por pessoas para provar que o protagonismo da salvação, da libertação, da emancipação é do próprio povo. Ele falou isso em contraposição à inoperância e omissão do governo que ia para a televisão. Em nota oficial, o governo Elcio Álvares, na época, dizia que estava tudo sobre controle, enquanto o povo estava morrendo e em condições precárias. Então, pessoas foram deslocadas daqui para atuarem lá, e comandar os helicópteros do exército que vieram para levar mantimentos, enfim, para comandar as cidades. Magno Pires foi para Colatina com cônego Maurício que era vigário de lá. Padre Jair Coco, que era seminarista, foi para Linhares e assim por diante, as pessoas eram deslocadas da Grande Vitória para as regiões inundadas, pois tudo ali estava sem controle. O papel dele foi preponderante nesse momento. Posterior a isso, a equipe de pastoral escreveu uma cartilha sobre o que significou o que aconteceu no período da enchente. A cartilha tinha como título “As enchentes de 1979”. Tratava das lições que ficaram, da organização e da solidariedade vivida naqueles momentos, a fim de refletir sobre o aprendizado, sobre o aprendizado daquele momento para a luta e a vida do povo.

Conforme lembra Cláudio, Dom João foi ordenado antes do Concílio, em 1957. Logo em seguida vai para o Concílio em 1962. Em 1957, ele dispensa sua atenção à liturgia, à importância da liturgia. Gostava de cantar, ensaiava cantos pessoalmente. Durante o Concílio em Roma, Dom João pede um bispo auxiliar e tem seu pedido atendido com a nomeação de Dom Luís. Eles retornam impregnados pelas decisões do Concílio. Inicialmente, parte para a renovação litúrgica, que era uma das linhas do Concílio, atentando para as missas rezadas na língua oficial do país, a valorização dos leigos, a organização de comunidade, a criação de conselhos. Tudo isso eram conclusões do Concílio, parte dos documentos do concílio. Dom João vem desse encontro empolgadíssimo, envia Dom Luís para o interior e ele fica na região da Grande Vitória. Divide os trabalhos. Dom João já havia sofrido dois acidentes de automóvel, pois ele mesmo dirigia seu fusquinha. Quase morreu. Ele manteve uma

dedicação especial à Festa da Penha, que era uma das atividades de que ele mais gostava. Durante a Festa da Penha, ele permanecia todos os dias no convento, fazia o programa de rádio de lá e fazia todo o oitavário da Festa da Penha, e, por incrível que pareça, morreu durante essa festa. O Concílio foi divisor de águas de um bispo mais tradicional, inicialmente mais voltado para a renovação litúrgica, para um bispo inserido na realidade concreta do povo do estado. A implementação das medidas do Concílio, como a missa em português; a saída dos santos padroeiros do centro da igreja para as laterais, pois no centro passa a ficar a cruz; os padres à paisana, não mais com batina. Isso tudo gerou uma instabilidade entre os mais tradicionalistas e os que queriam implantar as medidas do Concílio. Quanto à saída dos padres, não só no Espírito Santo, mas no Brasil, eu não saberia dizer o que determinou a crise de vocação naquele momento.

Quando se trata do regime militar, Cláudio Vereza lembra que a Igreja se calou somente no início, em 1964, e que Dom João, na virada do golpe, foi perseguido, tendo que se refugiar no Convento da Penha. Nesse momento houve ameaça de morte a ele. A rádio foi ameaçada de ser fechada, caso não fosse vendida. Seria fechada, assim como foi fechada a rádio Nove de Julho, da arquidiocese de São Paulo. Dom João, mesmo em 1964, já apoiava a ação católica dos leigos e já havia elementos do Concílio acontecendo em Vitória, com leigos engajados na vida social e política do Estado do Espírito Santo.

Ainda em relação às CEB's, por mais que houvesse outras lideranças episcopais na Igreja da Brasil, e outras experiências de CEB's fora do Espírito Santo, o Estado capixaba tinha as condições sociais, políticas, econômicas e religiosas propícias para o surgimento das comunidades em massa, e ainda a atuação intensiva de Dom João e Dom Luís, com padres e leigos que passaram a formar logo no início. Isso atrelado à história do Estado do Espírito Santo que no século XIX, em sua formação, foi ocupado por imigrantes italianos e alemães que foram jogados para o interior do estado e para sobreviverem em sua religiosidade já tinham criado verdadeiras comunidades eclesiais de base, com poucos padres, com a realização de seus cultos e suas rezas, já tinham suas diretorias de igrejas, suas capelas, a vida já era comunitária. Quando veio o conteúdo do Concílio, as mudanças se adequaram bem a esta realidade. Posteriormente, outro fator foi o agravamento da crise social no estado com a erradicação dos cafezais. Então, o trabalho de acolhimento dessas

peças na Grande Vitória foi bom para a criação de comunidades. Foi um conjunto de fatores que propiciou, no Estado capixaba, as CEB's se sedimentarem, principalmente pelos trabalhos dos bispos dedicados à pastoral, ao trabalho concreto de Dom João e Dom Luís. Dom Luís, no trabalho concreto com as comunidades, nas bases, e Dom João nas grandes celebrações, nos grandes momentos. A primeira grande celebração que vai expressar a presença das comunidades foi em 1975, na Desportiva Ferroviária, num domingo de carnaval, no encerramento do Concílio de Jovens, promovido pelos irmãos de Taizé, que aconteceu em Cariacica. Os jovens participaram dos três dias de Concílio, durante o carnaval, e membros das comunidades que vieram em romaria, numa manhã de domingo, para o estádio da Desportiva. Ali foi o primeiro momento em que houve uma expressividade, uma expressão pública, foi até objeto de uma reportagem da Revista Agora, onde Dom João fez uma grande declaração repetindo o velho Simeão "Agora eu vi a salvação do meu povo!", como se dissesse agora eu posso ir embora, agora eu posso morrer, pois vi a salvação do meu povo, dizia ele diante do povão. Eu estava no violão, Marlene Carraro estava na coordenação da celebração, onde pela primeira vez se usaram bandeirinhas nas arquibancadas. Foi feita uma encenação. Foi a primeira grande celebração das comunidades que depois se repetiu na Grande Vitória por um bom tempo durante as assembléias das comunidades da periferia.

Os irmãos de Taizé vieram para o Brasil a pedido de Dom Luiz, com apoio de Dom João e ficaram no Espírito Santo cerca de 8 anos, logo após o Concílio. Moraram em Santo Antônio e tinham um trabalho bem universal, mundial, pois vieram da França e era uma comunidade ecumênica, internacional e engajada na realidade e voltada para os jovens. O Concílio dos jovens era a principal vocação, o carisma dos Irmãos de Taizé. A atuação deles foi muito forte para o surgimento de lideranças jovens, Eu, Magno Pires, Dante, Marlene Carraro, Clovis Rossi, Paulo Matedi, Tereza Cogo, esse povo todo, a partir dos trabalhos dos jovens, com o apoio dos irmãos de Taizé, especialmente nos momentos fortes do concílio dos jovens que despertaram o trabalho de pastoral.

Os irmãos de Taizé deixaram o Espírito Santo por acharem que havia esgotado o período de atuação deles, e deviam se dedicar a outras regiões do país, e que a situação no Espírito Santo estava se acirrando muito e optaram por um trabalho

mais voltado para a promoção de retiros e se deslocaram para outra área missionária que foi Alagoinha, na Bahia. A história de Dom João foi contada por Cláudio Vereza em versos conforme ANEXO M

3.1.8 Dom João: um homem que viveu mudanças radicais – Cônego Maurício Mattos¹¹⁴

Na verdade quando Dom João chegou ao Espírito Santo, eu estava em Roma, mas toda a recordação que tenho dele, me remete à imagem do pastor, um homem que veio de uma paróquia, acredito, que de uma paróquia de classe média alta do Rio de Janeiro, a paróquia de Nossa Senhora da Glória. Teólogo de uma cultura vastíssima, extraordinário.

Eu acredito que sua postura política e social passou por profundas mudanças, uma mudança radical. Aqui em Vitória, aconteceu na vida de Dom João uma grande conversão. Ele passou a ter uma postura política e social mais influenciada pela visão da pobreza, pois ele teve que enfrentar, por diversas vezes, problemas seriíssimos. Lembro-me de quando houve a invasão de Nova Rosa da Penha. Nesse dia eu estava com ele. Ele telefonou para todas as autoridades. Não sei se chegou a ligar para o governador na época. Lembrou-lhes da importância de se tratar os invasores, como assim eram chamados, com humanidade, respeitando a sua dignidade, tendo em vista as suas carências, pois não era possível tratar essas pessoas como bandidos, como ladrões, pois eles estavam em busca da vida, de uma vida melhor, essa vida que Cristo veio trazer. Dom João então, diante desses fatos mudou de postura, na maneira de vestir, na sua essência e sua mesa. Tenho realmente a impressão de que houve uma conversão, e ele passou a viver aquilo que nasce em Puebla, que chamávamos de opção pelos pobres.

Dom João exerceu uma ação política sim, pois era visto como um homem que questionava a maneira de se viver, de agir e de governar a partir do Evangelho. Lembro-me de que, em certa ocasião, ele foi seriamente criticado por pessoas,

¹¹⁴ Entrevista realizada, em maio de 2007, com Cônego Maurício Mattos Pereira na Mitra Arquidiocesana de Vitória.

senhoras da alta sociedade, e Dom João achou aquilo normal, acreditava que seria estranho se não recebesse tais críticas. Ele se inspirava na pessoa de Jesus, e achava que tal situação acontecia dada a sua posição política.

A opção preferencial pelos pobres, que Dom João passou a viver a partir do Concílio Vaticano II, fez com que ele abraçasse esse novo modo de ser Igreja das Comunidades Eclesiais de Base com todo ardor. Nisso ele teve uma ajuda especial de Dom Luís Gonzaga Fernandes, que foi o seu Bispo auxiliar durante quinze anos. Cabe ressaltar que Dom Luís era chamado o Bispo do Concílio, pois ele foi ordenado ao apagar das luzes do Concílio, e que foi um homem que abraçou o Concílio com todo entusiasmo, e se não me engano, Dom Luís foi nomeado Bispo pela influência, e por pedido de Dom João, uma vez que Dom João conhecia Dom Luís antes que esse fosse sagrado Bispo. Dom João e Dom Luís tinham a mesma maneira de agir e, Dom João estava convencido de que as CEB's, naquele tempo, eram o novo modo de ser Igreja, tanto que dava total apoio a Dom Luís, estava sempre nas comunidades, e em 1979, na época das enchentes se irmanaram de tal maneira, que a Igreja apareceu como aquela que vinha para salvar o povo, diante de todas as contradições que se viam nas posturas dos políticos da época, muitos até querendo se promover às custas das enchentes. Dom João teve aquela frase que ficou cunhada, gravada nas comunidades, e dela ainda as pessoas se lembram "Só o povo salva o povo". Ele e Dom Luís, junto a um grupo de leigos engajados, coordenaram a ajuda ao povo de Colatina.

Dom João certamente incomodou pessoas e grupos por sua postura em favor da vida, do povo e dos direitos, mas infelizmente não me recordo de nenhuma situação. Dom João incomodou, por exemplo, por conta da Festa da Penha, uma festa popular. Dom João vivia no Convento da Penha. No período que antecedia a festa, assim como nos dias da festa, residia no Convento, aproveitando para fazer da Festa da Penha um grande momento de evangelização. Dom João era muito querido nas comunidades e junto aos pobres, e fazendo um paralelo com Cristo, me pergunto: Quem foi que perseguiu Jesus? Foram os intelectuais, foram os latifundiários, os donos do poder religioso e do Estado. Mas realmente, nomes, eu não saberia.

O que entristecia Dom João, era quando nós padres, nem sempre bem informados sobre a sagrada liturgia, fazíamos nossa liturgia à revelia das orientações da Igreja.

Dom João, acredito eu, foi no Brasil o primeiro Bispo a colocar em prática as orientações do documento do Concílio Vaticano II, sobre liturgia, a Sacrossantum Concilium.¹¹⁵

Durante a enchente, eu não estava aqui, e mantive-me informado por conta de cartas e jornais. Sei que Dom João e Dom Luís foram assessorados por um belo grupo de leigos, e que juntos faziam a diferença.

Acredito que as CEB's mostraram uma Igreja mais próxima do povo, onde nós, padres e bispos, ouvíamos mais o povo. Lembro-me de um episódio que aconteceu em Marilândia. Eu era padre em Colatina, naquela época, e houve um encontro. Devíamos ser cerca de cento e cinqüenta pessoas, dentre elas uns dez padres, e Dom Luís Gonzaga Fernandes refletiu sobre as comunidades. Depois de uma breve exposição, fizemos algumas discussões em grupos menores, e vejam como eram as coisas, no grupo em que participei estavam Dom Luís e mais uns três padres. A coordenação do nosso grupo era de um leigo, que apresentou três questões a serem discutidas e, imediatamente, nós, padres, começamos a responder às questões, quando Dom Luís interveio e disse que até agora estávamos ouvindo os doutores da Lei, agora vamos ouvir um pouco mais e, eu peço aos padres que não falem mais. Ou seja, era uma maneira de se olhar o povo, participando, acolher a sabedoria do povo. Era uma Igreja participativa, as comunidades cresceram, a liturgia melhorou com a presença de Dom João Batista, e também por estarmos no período da ditadura militar, a Igreja era sempre olhada com muita desconfiança pelos donos do poder, mas era um espaço de liberdade onde as pessoas podiam falar e, por isso as comunidades mereceram a confiança do povo, pois era a voz que se erguia, que defendia os que eram perseguidos, e essa Igreja não se calava diante daquilo que a ditadura militar fazia, por isso acredito que foi um tempo muito rico na caminhada da Igreja.

3.1.9 Dom João: um homem sempre aberto às novidades – Frei Betto

¹¹⁵ Documento apresentado em 4 de dezembro de 1963, durante o Concílio Vaticano II sobre a liturgia.

Para Frei Betto,¹¹⁶ Dom João era, na convivência pessoal, afável e bem-humorado, tolerante, jamais se identificou com os prelados conservadores. Ficava a meio caminho entre os conservadores e a Teologia da Libertação, porém sempre aberto às novidades, sem contudo ter com elas empatia imediata. Diria que se tratava de um moderado. Gostava de analisar bem as propostas antes de aprová-las. Mas jamais concordou com a ditadura militar e tinha profunda sensibilidade à causa dos pobres. Conheci Dom João em 1974, quando vim morar e trabalhar na Arquidiocese de Vitória. Minha ligação mais forte foi com Dom Luís Gonzaga. Dom João e ele dividiam tarefas. João cuidava do clero, da mídia (programas de rádio diários), da liturgia. Dom Luís, da pastoral, da formação de agentes, das CEBs. Dom João era um homem de hábitos finos e cultura erudita, Dom João era, na convivência pessoal, afável e bem-humorado.

Segundo Frei Betto, todo arcebispo exerce importante papel político, devido à função. Dom João teve a sabedoria de jamais se deixar manipular pelos políticos e dar toda cobertura às CEBs e ao trabalho de Dom Luís, que favoreciam a causa dos pobres. Teve especial desempenho na arquidiocese a Comissão de Justiça e Paz, que Dom Luis acompanhava mais de perto sob as bênçãos de Dom João.

Quem mais se empenhou nas CEBs foi Dom Luís, convencido de que ali se encontrava um novo modelo pastoral, mais moderno, menos elitista, capaz de superar o atual modelo paroquial, pré-moderno, mais adequado ao mundo rural que ao urbano. Todavia, João se entusiasmou com a reaproximação dos pobres à Igreja e deu toda cobertura, mas não participava diretamente do dia-a-dia das CEBs, exceto das grandes celebrações.

Dom João teve problemas com a repressão política. Parece que tomou a defesa de alguns perseguidos políticos, entre os quais o médico Vitor Buaiz, que foi governador do Estado do Espírito Santo. Mas na verdade, o que mais decepcionava Dom João era um padre deixar o ministério sacerdotal. O que o alegrava eram a boa mesa e a música clássica, em especial a gregoriana.

¹¹⁶ Entrevista concedida ao autor, no dia 12 de novembro de 2006.

3.1.10 Dom João, por ele mesmo: Minha voz é eco da voz do povo. Calar agora é necessário.

Na verdade, este vitral mostra compreensão do próprio Dom João estando há 26 anos junto dos capixabas. Conforme a entrevista a Glória Cristina, do Jornal A Tribuna, em 17 de julho de 1983, Dom João fala de seu apoio aos pobres, das mágoas com a situação vivida naquele momento, fala de sua amizade com Dom Hélder Câmara, e de sua posição enquanto bispo.

Trata de assuntos referentes à religião e à política, fala de 1983 como seu último ano à frente da Arquidiocese de Vitória, refere-se a uma série de transformações vividas nesses anos, lembra das orientações do Papa João Paulo II, fala de sua voz como eco da voz do povo, traz lembranças de sua infância, de sua família, de sua vocação e de uma bênção inesquecível que traz consigo da infância, que foi quando, ao atender um homem pobre que batia à porta de sua casa pedindo água. Ele foi servir o pobre homem, que bebeu lentamente a água, e disse-lhe “Deus te abençoe” e caiu morto para trás.

Esta reportagem traz também algumas queixas de Dom João quanto à consciência social e a outras questões sociais. (ANEXO N)

3.2 UMA ANÁLISE SOBRE OS VITRAIS

Numa análise de todas as entrevistas pode-se perceber que oito dos nove entrevistados iniciam suas falas registrando traços da personalidade\ temperamento de Dom João: amigo, comunicativo, firme, seguro, atencioso, simpático, autêntico, simples, calmo, tranqüilo, humilde, simpático, dinâmico e sensível foram os adjetivos dispensados a sua pessoa. Diante disso pode-se concluir que o arcebispo era uma pessoa muito bem quista entre os seus.

Outro ponto citado na maioria das entrevistas foi à participação de D.João como um disseminador das idéias conciliares. Dos entrevistados, apenas três não fizeram a ligação da pessoa do arcebispo com o Vaticano II. Dos relatos a respeito desta temática registra-se que Dom João:

- “Esteve preocupado com a implantação do Concílio na Igreja como um todo” (D.Waldir)
- “Acolheu e disseminou o Concílio” (Dom Demetrio). “Um entusiasmado com o Concílio e transmitia isso” (Dom Serafim)
- “Vem desse encontro empolgadíssimo” (Cláudio Vereza)
- “Primeiro bispo a colocar em prática as idéias do Concílio” (Cônego Maurício).

Além de seu temperamento afável e da identificação com os ideais disseminados pelo Concílio Vaticano II, fica explícito também pelas entrevistas o compromisso de Dom João com os pobres e sua preocupação em construir também uma Igreja que tenha uma ação voltada para esta temática. Informações como o envolvimento e atuação do bispo na mobilização social e no atendimento as vítimas da enchente de 1979, o fato de querer ser enterrado no meio do povo, o enfrentamento às autoridades da época para defender os ditos “invasores” de terra e sua postura contrária à ditadura militar, só vem confirmar sua “opção preferencial pelos pobres”. Em relação ao combate as injustiças e inserção política, fica explícito, especialmente nas entrevistas dos leigos, como Dom João foi considerado uma “autoridade respeitada” nas palavras de Tereza Côgo, e “um dos maiores líderes do Espírito Santo” para Cláudio Vereza, que relatou o apoio do bispo a primeira e maior greve do estado do Espírito Santo, em 1979: “Ele estava ali no momento de um grande conflito entre os trabalhadores e o capital. Dom João estava presente e todos buscavam apoio na cidade alta, no centro de pastoral...”. Dentre os entrevistados, representantes do clero\ religiosos, Ir. Roque também reconhece a inserção política de Dom João, afirmando que o mesmo chegava ser acusado de comunista por defender os pobres. Dom Geraldo relembra que o bispo foi sensível à questão rural, sendo um entusiasta da implantação do Centro de Aperfeiçoamento de Líder Rural – CALIR, e teve grande envolvimento com a juventude. Relata ainda que Dom João sofreu forte repressão do regime militar por se preocupar com as questões concretas do povo, ser um defensor dos direitos humanos, especialmente em relação ao sistema carcerário. Dom Geraldo também relembra que houve uma manifestação da elite acusando o bispo em questão de comunista e subversivo. Tanto Ir. Roque, quanto Dom Geraldo e Cônego Mauricio relacionam a ação política de Dom João aos preceitos bíblicos: “sua prática política e social baseava-se na Bíblia” (Ir. Roque). “O discurso de Dom João tinha forte implicação política e social, mas não

era um discurso político, mas sim de pastor e profeta” (Dom Geraldo), “Dom João exerceu uma ação política sim, pois era visto como um homem que questionava a maneira de se viver, de agir e de governar a partir do evangelho” (Cônego Mauricio). Ainda no que diz respeito ao seu posicionamento político ao lado das massas populares, três dos entrevistados relembram a celebre frase atribuída a Dom João: “Só o povo salva o povo”.

No que diz respeito ao envolvimento de Dom João com as comunidades eclesiais de base – CEB's, sete dos nove entrevistados fizeram menção ao apoio e incentivo dado pelo bispo. Somente Dom Serafim e Dom Waldir não teceram comentários explícitos às comunidades, embora tenham mencionado a estreita relação de Dom João com os pobres e o incentivo dado por ele a abertura e inculturação da Igreja. Destoando um pouco da idéia posta pela maioria, que considerava Dom João um grande defensor e incentivador das ceb`s, Frei Betto afirma que Dom João “se entusiasmou com a reaproximação dos pobres à Igreja, mas não participava do dia-a-dia das ceb`s, exceto nas grandes celebrações”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viveu no período estudado, momentos de greves, de preocupação com os militares em optarem por um novo mandato, de questionamentos diante de do dilema da Igreja entrar na política partidária ou não, inclusive buscando não permitir que o PT fosse assumido como o partido das CEB's. Viveu a ousadia da III Assembléia da Conferência Episcopal Latino Americana em Puebla, as críticas e condenação à Teologia da Libertação. Conviveu com o catolicismo milagreiro, baseado principalmente na devoção dos santos, que intermediavam a relação entre Deus e o homem.

Dom João Batista da Mota e Albuquerque, sendo fiel à Igreja e à missão de anunciar a Boa Notícia de Jesus Cristo, viveu mudanças de seu tempo e possibilitou que a Arquidiocese de Vitória vivesse as mudanças de um país de dimensões continentais, de um Estado repleto de problemas econômicos, políticos e sociais, de maneira mais democrática e menos verticalizada. Promoveu junto ao seu clero, ao povo e às Comunidades Eclesiais de Base um novo estilo de Igreja, reinventando-a, fazendo-a renovar-se e voltar-se para uma opção preferencial pelos pobres, na medida em que propunha uma convivência fraterna, solidária e democrática frente a realidades de opressão, de isolamento, de perda de direitos e miséria. Durante o tempo em que esteve à frente da Arquidiocese de Vitória aprendeu a ouvir o clamor do povo, a

perceber e acreditar nas lideranças comunitárias, a sensibilizar-se com os problemas circundantes e à pluralidade de opções e propostas que surgiam das próprias comunidades como possíveis soluções.

Comprometeu-se como o apóstolo que ensina a doutrina e como o discípulo que segue o seu mestre, com as decisões do Concílio Vaticano II, de Medellín e Puebla, articulando, em sua Igreja, espaços de discussão, de aprendizado e de amadurecimento das decisões do Concílio e das Conferências Episcopais Latino-Americanas. Facilitou o surgimento dos conselhos, nas paróquias, nos municípios e na própria Arquidiocese de Vitória. Foi presença significativa entre o povo, em todos os momentos, com relevância durante as enchentes que assolaram o Espírito Santo em 1979, período em que foi reconhecido como o grande articulador dos processos de apoio em favor das vítimas. Durante a ditadura militar, buscou defender a vida e os direitos humanos e por isso foi julgado como comunista ou subversivo, e chegou a perder um grande bem, a Rádio Vitória, por imposição, por parte dos militares.

Contou com a presença de muitos colaboradores leigos, religiosos, padres e bispos. Especial atenção devemos dar a Dom Luís Fernandes, seu bispo auxiliar e grande amigo, que esteve junto a Dom João nos trabalhos pastorais na Arquidiocese de Vitória até 1981, quando partiu para Campina Grande, Paraíba. Lutou pela presença de Dom Luís como seu sucessor, e quando não obteve sucesso, sofreu, e também foi acusado de ter sido omissor, de não ter feito mais pela permanência de Dom Luís como seu sucessor, arquivos do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória comprovam que Dom João fez uso de todo o seu poder para que tal desejo fosse atendido.

Contou com o apoio constante de leigos e leigas que assumiram os conselhos, as pastorais e outros trabalhos nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja de Vitória. Vivendo esse novo jeito de ser Igreja, agora como CEB's, presenciou seus conflitos, seu amadurecimento, sua expansão, a pressão por parte da ditadura militar e das elites capixabas, e presenciou também um período de esfriamento da ala progressista da Igreja Católica, o que gerou um período de retorno às sacristias das Igrejas, e um certo afastamento das questões sociais, até então tão defendidas por Dom João e pela Igreja não só no Brasil, mas na América Latina. Sua presença junto ao povo garantiu-lhe autoridade e reconhecimento das autoridades, dos meios de comunicação, dos leigos das comunidades, de trabalhadores e cidadãos que na

luta por seus direitos buscavam em Dom João uma possibilidade de reflexão, assim como uma atenção e respeito

No período estudado também percebemos o desenvolvimento de uma política intra-ecclesial que consegue minar a presença nos movimentos e na politização das CEB's, fortalecendo, por conseguinte, a estrutura paroquial da Igreja onde se vive a ortodoxia e a disciplina. Com isso, parece-nos que a relação entre Igreja, Povo e Estado ocorre na história como se percorresse uma grande espiral, trazendo-nos duas grandes experiências: quanto mais conflituoso é esse relacionamento, mais autonomia tem o povo de atuar em seus movimentos; quanto mais amistoso o relacionamento, mais a Igreja volta sua atenção, seu policiamento para seus membros, fazendo valer, assim, sua estrutura hierárquica de poder. Foi marcado pelo esfriamento dos progressistas diante dos movimentos sociais e das CEB's, uma vez que a Igreja começa a se retirar de cena e das atuações políticas

A história da Igreja de Vitória entre 1979 e 1984, e a história da trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque são histórias singulares, e ao mesmo tempo, são a mesma história. São singulares por suas origens, por seus papéis, pela posição que se encontravam na Igreja Católica Apostólica Romana, pelos espaços que ocupavam na sociedade capixaba e pela conclusão de suas histórias. São a mesma história pelas transformações que causaram e que sofreram, pelos cenários que estiveram inseridos e foram capazes de criar, ou ainda modificar, pela força encontrada no Concílio Vaticano II, pelas facilidades e dificuldades encontradas durante o regime militar, por terem possibilitado a luta pelos direitos humanos, pelos momentos de paz e momentos de conflitos internos e externos que marcaram suas vidas.

Dom João Baptista da Motta e Albuquerque, filho de uma família rica, experimenta durante o Concílio Vaticano II a Igreja dos pobres, a comunidade de Taizé, e ainda as discussões acerca dos documentos e da construção de uma Igreja nova. Ao voltar para o Brasil, encontra-se desprendido do luxo, passa a ser Dom João Batista da Mota e Albuquerque, e agora se faz para pobre, para viver o amor de Deus.

Foram as transformações vividas por Dom João durante o Concílio, e a conjuntura mundial vivida a partir de 1960, especialmente, o Brasil com o regime militar, e também as relações entre Igreja e Estado, bem como seus abalos e suas calmarias, que garantiram um terreno propício para a realização da história da Igreja de Vitória

conforme observamos na medida em que as luzes incidiam sobre os vitrais. As mudanças que esta Igreja provocaram na vida deste homem, e a vida deste homem dedicada a esta Igreja, foram percebidas seja por meio da multidão que o acolheu quando chegou ao Espírito Santo, seja por sua pastoral e sua presença junto ao povo, seja por sua morte, que mesmo com a dor, foi capaz de deixar ensinamentos, e marcas. (ANEXOS O e P).

A presença de Dom João Batista da Mota e Albuquerque, de sua chegada até o dia de sua morte, é um marco na história da Igreja de Vitória. É um divisor de águas. A Diocese do Espírito Santo o acolhe, com ele, passou a ser Arquidiocese de Vitória. Juntos viveram as turbulências das décadas de 60, 70 e 80, bem como suas alegrias e suas tristezas, suas esperanças e suas angústias. (ANEXOS Q, R e S).

Sendo assim, fica-nos a certeza de que há muito ainda por contar, pois, posteriormente, quando as luzes incidirem sobre informações ainda não divulgadas a respeito de nosso personagem aqui estudado, sejam dos arquivos da Igreja, ou dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, certamente novas leituras serão feitas e poderão apontar novos caminhos, ou ainda, justificar ou questionar os caminhos encontrados nesta pesquisa a partir dos vitrais aqui compilados.

5 REFERÊNCIAS

AFONSO, Luís. A evolução artística da vitralaria na Europa. Texto apresentado a Contacto Newsletter de divulgação científica e cultural, Portugal, 2002. Disponível em: < <http://www.revista-temas.com/>>. Acesso em 15 dez. 2005.

ALBUQUERQUE, João Batista da Mota e. (Dom João) Eu cresci com Vitória. **A GAZETA**, p.8 22 ago. 1982. Entrevista concedida a Lino Geraldo Rezende.

ALBUQUERQUE, João Batista da Mota e. **Manual do eleitor**. Arquidiocese de Vitória, ES, 1973. p. 3.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: de 1964 a 1984**. Bauru: Edusc, 2005.

AMARAL, Edmar Lucas do. Os porta-vozes. **A Tribuna**, Vitória, p. 7, 14 fev. 1984.

_____. Nós, primogênitos. **A Tribuna**, Vitória, p. 3, 12 fev. 1984.

ANDRADE, Willian César de. **O código genético das CEB's**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2005.

ARCEBISPO vê abertura de consciência no ES. **A Tribuna**, Vitória, p. 3, 18 jan. 1984.

ARQUIDIOCESE DE VITORIA. **O agente de pastoral na igreja de Vitória**. Vitória, 1989.

ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA. **Opções e diretrizes pastorais da igreja de Vitória**. São Paulo: Paulinas, 1987.

BARREIRO, Álvaro. **Comunidades eclesiais de base e evangelização dos pobres**. São Paulo: Loyola, 1977.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. Igreja e política: da aliança à independência. **Revista História Viva**. São Paulo, n.2, p. 36-43, 2005.

BILLICH, Jeanne. **As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida**: o cinema como mundo, a arte como universo. Vitória: GSA Gráfica e Editora, 2005.

BOFF, Clodovis. **Comunidade eclesial – comunidade política**: ensaios de eclesiologia política. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. Puebla: a opção pelos pobres durante mil anos de história da igreja. **SEDOC**. Petrópolis: Vozes, n.7, mar. 1980.

BOFF, Clodovis e EQUIPE. **As comunidades de base em questão**. São Paulo: Paulinas, 1997.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOFF, Leonardo. **Igreja, povo que se liberta**: III encontro intereclesial de comunidades de base em João Pessoa. **SEDOC**. Petrópolis: Vozes, v.11, n.118, p. 705-765, jan./fev. 1979.

_____. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Multino, Petrópolis, 1975.

_____. Comunidade eclesial de base: povo oprimido que se organiza para a libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, RJ: Fasc. 162, p. 312-319, jun. 1981.

_____. **Igreja, carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Novas fronteiras da Igreja**: o futuro de um povo a caminho. Campinas, SP: Verus, 2004.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL, Conferência Nacional dos Bispos do. **Comunidades**: igreja na base. Estudos da CNBB. São Paulo: Paulinas, 1975.

_____. **Comunidades eclesiais de base no Brasil**. Estudos da CNBB n. 23. São Paulo: Paulinas, 1976.

_____. Documento nº 25. **Comunidades eclesiais de base na igreja do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

BRASIL, Conferência Nacional dos Bispos do. Documento nº 40. **Igreja**: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura. São Paulo: Paulinas, 1990.

- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.
- CARNIELLI, Adwalter Antônio. **História da Igreja Católica do Espírito Santo, 1535-2000**, 2. ed. Revisada por D. silvestre Luiz Scandian, Pe. Ailton Menegussi e Maria José Lacerda Biccias, Vila Velha: Comunicação Impressa, 2006.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1994.
- CARVALHO, Bernardo. Luzes dos vitrais atravessam o tempo. **Folha de São Paulo**. Caderno 2 – turismo. São Paulo, 02 jun. 2001.
- CASTANHO, Amauri. **Caminhos das CEB's no Brasil: reflexão crítica**. Rio de Janeiro: AGIR, 1987.
- CASTRO, Marcos de. **A Igreja e o autoritarismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- CEHILA, Conferência Geral de História da Igreja na América Latina. **Para uma história da igreja na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHRISTO, Carlos Libânio (Frei Betto). **Prática da pastoral popular: Encontros com a Civilização Brasileira**, nº 02, ago. 1978.
- COMUNIDADES eclesiais de base. **I encontro nacional de comunidades de base: Igreja que nasce do povo, encontro de Vitória**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- 11º INTERECLESIAL das Ceb's. Secretariado Nacional. **CEB's: espiritualidade libertadora**. Belo Horizonte: O Lutador, 2004.
- DALE, Frei Romeu. **A Ação Católica Brasileira**. Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil – nº 5, São Paulo: Loyola, 1985.
- DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Mota e Albuquerque**. Vitória, ES: Contexto, 2005. – Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo.
- DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Campinas, SP: UNICAMP, 1983.
- DORNELAS, Nelito N. **Ecumenismo e evangelização inculturada: comunidades eclesiais de base**. Ipatinga: CEBI, 2005.
- ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1932.
- ENDRINGER, Edeimar. **Arte Barroca e catolicismo do povo brasileiro – Estudo Sociológico de arte religiosa barroca e catolicismo popular no Convento da Penha do Estado do Espírito Santo**. Roma, 1999.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. Estado de Minas. Artista recupera importância dos vitrais. Belo Horizonte, 14 de novembro de 1993.

FERNANDES, Dom Luís. **Como se faz uma comunidade eclesial de base**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FERNANDES, Florestan. **Democracia e desenvolvimento**: a transformação da periferia e o capitalista monopolista da era atual. São Paulo: Hucitec, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Coleção "Memória e Sociedade"

_____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. **Relações de forças**: história, retórica e prova. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Questões de nossa época; v.5).

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES, Almir Ribeiro. **Comunidades de base no Brasil**: uma nova maneira de ser em igreja. Petrópolis: Vozes, 1978.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992.

HAMMES, Roque. **Igreja católica, sindicatos e movimentos sociais**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2003.

HERKENHOFF, Beatriz Lima. **O papel do líder comunitário**. Vitória: SPDC/UFES, 1995.

IRIARTE, Gregório. **CEB**: um modo novo de ser igreja. São Paulo: Paulinas, 1992.

JOÃO XXIII. **Mater Et Magistra** – Carta Encíclica de sua Santidade o Papa João XXIII. São Paulo: Paulinas, 1962.

LE GOFF, Jacques. **São Luís**: biografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LIBANIO, João Batista. **Cenários da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. Comunidade eclesial de base: pletora de discurso. **SEDOC**. Petrópolis: Vozes, v.11, n.118, p. 765-850, jan. - fev. 1979.

_____. Igreja: povo oprimido que se organiza para a libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, Fasc. 162, p. 279-311, jun. 1981.

_____. Teologia da libertação: em benefício dos pobres e excluídos. **Revista História Viva**. São Paulo, n.2, p. 44-49, 2005.

LONDOÑO, Fernando Torres. **Paróquia e comunidade no Brasil**: perspectiva histórica. São Paulo: Paulus, 1997.

LÖWI, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991. Coleção polêmicas do nosso tempo. v. 39.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. **Antonio Gramsci**: vida e obra de um comunista revolucionário. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**: 1916 a 1985. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARINS, José e Equipe. **Comunidade eclesial**: instituição e carisma. São Paulo: Paulinas, 1977.

MARINS, José; TREVISAN, Teolide M.; CHANONA Carolee. **Virá o dia... as Ceb's como realidade**: desafio e projeto. São Paulo: Paulinas, 1989.

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARTINUZZO, José Antonio. **Impressões capixabas**: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MAYRINK, José Maria. Dom Paulo Evaristo: um homem de coragem. **Revista História Viva**. São Paulo, n.2, p. 30-35, 2005.

MEDEIROS, Rogério. A Igreja do povo de Deus. **A Tribuna**, Vitória, p. 7, 14 fev. 1984.

O MENSAGEIRO do Espírito Santo. Vitória, nº 247, p.2 ano 9, 10 mar.1963.

MORAIS, João Francisco Régis de. **Os bispos e a política no Brasil**: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. Nova Enciclopédia Barsa. São Paulo: Enciclopédia Britânica do Brasil, publicações 1998.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Fé e política**: fundamentos. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.

_____. Movimentos sociais: Ceb's, o trunfo do povo da periferia. **Revista História Viva**. São Paulo, n.2, p. 76-83, 2005.

OLIVEIRA, Raul Motta de. **Manual das comunidades eclesiais de base**. Caratinga: Dom Carloto, 1978.

PAIVA, José Maria de. O diferente na práxis educativa das comunidades eclesiais de base. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, RJ: Fasc 211, p. 616-630, set. 1993.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL (Vitória). Secretaria de Cultura e Turismo. **Escritos de Vitória**: movimentos sociais. n.16, Vitória, 1996.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROCHA, Haroldo C. Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS E DAVEL (Org). **Inovações organizacionais e relações de trabalho**: ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1998.

ROCHA, Geraldo Lyrio. **Dom João Batista da Mota e Albuquerque**: homem de Deus, servidor da igreja, defensor dos pobres. Vitória: Quatro Irmãos, 2005.

RODRIGUES, Rê. **Aprenda mais**. Texto apresentado a Cyberartes em 2005. Disponível em: < www.cyberartes.com.br >. Acesso em 15 dez. 2005

RODRIGUES, Márcia Barros F. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. In: **Dimensões**. Revista de História. Vitória: UFES/CCHN, n.17, p. 213-221, 2005.

ROLIM, Francisco Cartaxo; BITTENCOURT FILHO, José; HORTAL, Jésus. **Novos movimentos religiosos na igreja e na sociedade**. São Paulo: Ave-Maria, 1995.

RUIZ, Castor M. Bartolomé. **A força transformadora social e simbólica das CEB's**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SALVADOR, Carlos Corral. **Dicionário de direito canônico**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHIAVO, José. História eclesial do Espírito Santo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. Vitória, n.42, ano 1993/1994.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. Igreja e militares: a voz dos que não têm voz. **Revista História Viva**. São Paulo, n.2, p. 16-23, 2005.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes. **Do Vaticano II a um novo concílio?** o olhar de um cristão leigo sobre a Igreja. São Paulo: Loyola, 2004.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto ... [et al.]. **CEB's, cidadania e modernidade: uma análise crítica**. São Paulo: Paulinas, 1993.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das Ceb's no Brasil:** elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.

_____. **Os encontros intereclesiais de Ceb's no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1996.

_____. As Ceb's no Brasil: cidadania em processo. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, Fasc. 211, p. 596-615, set. 1993.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história:** os protagonistas anônimos da história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIGIL, José Maria. **Opção pelos pobres hoje**. São Paulo: Paulinas, 1992.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Comunidades eclesiais de base e educação popular. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, n.17, FASE, 1981.

_____. Comunidades eclesiais de base: uma igreja que nasce do povo – encontro de Vitória. **SEDOC**. Petrópolis, RJ: Vozes, v.7, n.81, mai. 1975.

_____. Comunidade eclesial de base: uma igreja que nasce do povo pelo espírito de Deus. **SEDOC**. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 9, n.95, out. 1976.

_____. Relatório da comunidade paroquial de Itacibá. **SEDOC**. Petrópolis, RJ: Vozes, v.9, n.96, p. 549-558, nov. 1976.

_____. Comunidades eclesiais de base: igreja, povo que se liberta. **SEDOC**. Petrópolis, RJ: Vozes, v.11, n.115, p.257-264, out. 1978.

_____. Encontro Regional de Vitória (ES). **SEDOC**. Petrópolis, RJ: Vozes, v.11, n.115, p. 378-412, out. 1978.

_____. Repressão na igreja no Brasil. **SEDOC**. Petrópolis, RJ: Vozes, v.11, n.121, p. 1161-1186, mai. 1979.

_____. Comunidades eclesiais de base: igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação. **SEDOC**. Petrópolis, RJ: Vozes, v.14, n.144, set. 1981.

_____. Documentos da CNBB sobre as comunidades eclesiais de base. **SEDOC**. Petrópolis, RJ: Vozes, v.15, n.160, abr. 1983.

_____. Gênese, dinâmica e perspectiva das Ceb's no Brasil. **SEDOC**. Petrópolis, RJ: Vozes, v.16, n.171, p. 1068-1075, mai. 1984.

ZIZEK, Slavoj (org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZUCCHI, Lúcia C. **Janelas do Paraíso**. Texto apresentado a Montfort Associação Cultural, 2005. Disponível em: < <http://montfort.org.br> >. Acesso em 15 dez. 2005.

_____. Carta pastoral sobre avaliação, aprofundamento e reflexão da pastoral da Igreja de Vitória. **SEDOC**. Petrópolis: Vozes, v.18, n.188, p.713-738, jan./fev. 1986.

ANEXOS

**ANEXO A - Certidão de Nascimento de Dom João Batista da Mota e
Albuquerque**

República Federativa do Brasil



REGISTRO CIVIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.^a ZONA JUDICIÁRIA DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Rua Gavião Peixoto, 80 — Sala 804 — Icaraí

Maria Lis Rodrigues Madastavicius
Oficial do Registro Civil

Maria Nazareth Nunes de Carvalho
Oficial Substituto

N.º 30

REGISTRO CIVIL
2.ª Zona Judiciária
Niterói — Estado do Rio de Janeiro
Oficial do Registro Civil
Maria Lis Rodrigues Madastavicius
Oficial Substituto
Maria Nazareth Nunes de Carvalho

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO, que revendo em meu cartório, a pedido verbal de pessoa interessada os livros de registro de nascimento, neles existentes, no de n.º 10 a fls. 13 e v

verifiquei constar o assento de João Baptista

do sexo masculino de cor branca

nascido à Rua da Boa Viagem n.º 3

no dia 2 de setembro de 1909, às 9 hs

filho de Francisco Feliciano da Motta e Albuquerque

e de Francisca do Carmo Motta e Albuquerque

Avós paternos João Feliciano da Motta e Albuquerque

e de Therese Gabriel da Motta e Albuquerque

Avós maternos Bento Pereira Fernandes do Carmo

e de Anelina Eugenia da Cruz Carmo

O registro foi feito em 2 de setembro de 1909

Foi declarante o pai

Serviram de testemunhas George do Carmo e Arnaldo

Naxia do Vale

REGISTRO CIVIL
2.ª Zona Judiciária
Niterói — Estado do Rio de Janeiro
Oficial do Registro Civil
Maria Lis Rodrigues Madastavicius
Oficial Substituto
Maria Nazareth Nunes de Carvalho

Observações :

ANEXO B - Curriculum Vitae de Dom João Batista da Mota e Albuquerque

Nascido em Niterói, RJ aos dois dias do mês de setembro de 1909, filho de Francisco Feliciano da Mota e Albuquerque, pernambucano, engenheiro civil, e de Francisca de Paula Mota e Albuquerque, carioca, de prendas domésticas.

Fez a escola primária em Laguna, SC. O curso ginasial no Seminário Menor de Pirapora, SP. Fez o curso filosófico e teológico na Universidade Gregoriana, em Roma. E, aos quinze dias do mês de abril de 1933, ano santo da Redenção, foi ordenado sacerdote.

Permaneceu em Roma mais dois anos, a pedido do reitor do Colégio Pio Brasileiro, para orientar a nova casa de formação e estudos eclesiásticos.

Em 1936 retorna ao Rio de Janeiro e é nomeado pelo Cardeal Dom Sebastião Lema, diretor espiritual do Seminário São José do Rio Comprido e professor de latim e grego.

Dois anos mais tarde, deixa o Seminário para ajudar as visitas pastorais nas Arquidioceses do Rio de Janeiro, onde é nomeado assistente eclesiástico da Juventude Universitária Católica e da Juventude Masculina Católica, e assume ainda a capelania do Colégio de Sion.

Em 1940 assume a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, deixando os movimentos masculinos de Ação Católica e as visitas pastorais. Assume o movimento feminino de Ação Católica, e, é nomeado assistente dos jornalistas católicos. Nesse tempo foi grande a atividade como orador sacro e pregador de retiros espirituais.

Em 1943, Dom Jaime de Barros Câmara reabre o Seminário Maior do Rio de Janeiro e lhe confia à direção. Como reitor do Seminário assume cadeira de Teologia Moral, acética e mística, e organiza a Schola Cantorum do Seminário São José. Como reitor do Seminário colabora intensamente para formar a escola de canto gregoriano, e traz para o Rio de Janeiro a colaboração de mestres franceses.

O Cardeal Dom Jaime Câmara funda a Comissão Arquidiocesana de Música Sacra, e Monsenhor Mota é o primeiro presidente. Nesta qualidade, representa o Brasil no Congresso Internacional de Música Sacra, realizado em Roma, 1954.

É nomeado epitomador dos casos de moral, nas reuniões do Clero do Rio de Janeiro.

Na preparação do Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro é o responsável pela música sacra, percorrendo Igrejas e Colégios, ocupando as emissoras de Rádio (Jornal do Brasil e do Ministério de Educação) para ensinar o

povo a canta as melodias gregorianas escolhidas para as assembléias litúrgicas. Foi o locutor oficial do Congresso Eucarístico. Em 1953, foi nomeado pároco de Nossa Senhora da Glória, em cuja matriz, no Largo do Machado, fora batizado e onde será ordenado bispo para o Espírito Santo.

Como vigário da Glória criou o Centro Social que teve grande repercussão na época. Inaugurou ai, os cursos para casamentos que hoje se espalham por todas as dioceses do Brasil.

Em quatro de maio de 1957 é preconizado bispo do Espírito Santo, para suceder Dom José Joaquim Gonçalves, que renunciara por motivos de saúde. Ordenado bispo aos vinte e cinco dias do mês de julho de 1957, numa imponente e piedosa cerimônia na matriz da Glória. Aos dezessete dias do mês de agosto do mesmo ano tomava posse da diocese na Catedral de Vitória.

Seu primeiro trabalho foi concluir o estudo para as novas dioceses de Cachoeiro de Itapemirim, e de São Mateus. Em 28 de junho, numa celebração na Catedral de Vitória, o Sr. Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi extinguiu a diocese do Espírito Santo e erigia a nova Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo, empossando no governo da mesma, o antigo bispo, Dom João Batista. Em 1958, como responsável pelo Colégio Brasileiro, em Roma, é enviado pela Conferência dos Bispos do Brasil para uma visita canônica, e resolver problemas do Colégio com a Sagrada Congregação dos Seminários. Ainda neste ano, organizou a primeira Romaria noturna dos homens ao Santuário de Nossa Senhora da Penha.

Esteve presente em todas as sessões do Concílio Vaticano II. Tomou parte no curso de Estatística Religiosa, nos congressos de reitores de seminários no Rio de Janeiro e em Salvador, Bahia, onde apresentou e defendeu teses de sua autoria.

Como bispo não deixou de comparecer aos cursos de reciclagem promovidos pela CNBB, e todas as manifestações coletivas e assembléias da mesma, como às reuniões do Regional Leste 2.

ANEXO C - Bula de Nomeação de Dom João Batista

PIO XIII, Bispo, SERVO DOS SERMOS DE DEUS, deseja saúde e benção ao amado filho João Baptista da Motta e Albuquerque, atualmente Cônego da igreja metropolitana e Pároco na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e que foi eleito Bispo da Diocese do Espírito Santo. Nós, que recebemos de Cristo Redentor a incumbência de governar a comunidade universal dos fiéis, sentimo-nos impedidos com um zelo todo especial a cuidar das comunidades eclesiais locais, procurando colocar à frente delas Pastores dignos, que as governem retamente. Como é sabido, a diocese do Espírito Santo, sufragânea da metrópole de São Sebastião do Rio de Janeiro, ficou atualmente vacante com a transferência de nosso venerável irmão José Joaquim Gonçalves para a igreja titular de Tunis. Tendo ouvido os nossos veneráveis irmãos cardeais da S.R.C. encarregados dos assuntos Consistoriais e usando de Nossa autoridade suprema, Nós Te nomeamos amado filho, Bispo da Diocese do Espírito Santo e te confiamos a administração das coisas espirituais e materiais da mesma Diocese. Ao exercer este cargo, sejam atribuídas as honras e cumpridos os deveres próprios da dignidade episcopal. Com o propósito de favorecer-te, concedemos que possas ser sagrado Bispo fora de ROMA por um Bispo de tua escolha, assistido por dois outros de igual dignidade, mas que todos estejam em união e comunhão com a Sé Apostólica. O que acabamos de dizer fica autorizado mediante este documento. Queremos, porém, que, primeiro e antes que entres de posse da Diocese, faças ritualmente a profissão de fé católica perante um outro Bispo que esteja em união e comunhão com a Sé de Pedro, e que neste juramento prometas fidelidade para com os Romanos Pontífices e abnegues os erros modernistas; isto tudo se fará de acordo com as normas estabelecidas e, uma vez assinados os papéis por ti e pelo Bispo ouvinte, sejam eles remetidos rápida e sigilosamente à S. Congregação Consistorial. Se não fizeres o que acabamos de prescrever, Tu e o Bispo sagrante contraíreis as penas descritas em lei. Decretamos outrossim que a partir desta data os benefícios de Cônego e Pároco que tiveste ficam vagos conforme a norma do Direito e que foram criados por Nós e pela Sé Apostólica. Além do mais, te exortamos a conduzir com diligência e zelo pastoral o novo rebanho que te é confiado, e que, com a ajuda de Deus, ele cresça na fé e na caridade. Dado em Roma, junto à Sede de S. Pedro, no dia 29 do mês de abril do ano do Senhor de mil novecentos e cinqüenta e sete, décimo nono do Nosso Pontificado.

ANEXO D - Ficha Sacerdotal de Dom João Batista

CÚRIA METROPOLITANA
Arcebispado de Vitória do Espírito Santo
FICHA SACERDOTAL

Sacerdote João Batista da Mota e Albuquerque
 (Se for religioso) Nome secular _____
 Filiação Francisco Feliciano da Motta e Albuquerque e Francisca de Paula Carmo da Motta e Albuquerque
 Lugar do Nascimento Niterói RJ.
 Diocese Niterói RJ Nação Brasil
 Data do Nascimento 2-IX-1909 Data do Batizado 11-XI-1909
 Seminário Menor Onde Estudou Pirapora do Bom Jesus S.P.
 Seminário Maior Onde Estudou Pont. Col. Pio Américo - Roma
 Data da Ordenação 15-IV-1933 Lugar Satráo - Roma
 Diocese — Nação —
 Nome do Bispo que o Ordenou Mons. Polici - Vicários de Roma
 Ordem Religiosa a que Pertence (u) —
 Títulos Acadêmicos Doutor em Filosofia, licenciado em Fil. Escola Univ. Gregoriana
 Títulos Honoríficos _____ Quem o conferiu _____
 Diocese a que está Incardinado a Arq. do Rio de Janeiro
 Documentos com que veio para esta Arquidiocese — Prisão Pontif. — Data 29-IV-1954 e 06-V-1956

MINISTÉRIOS DESEMPENHADOS: Diretor Esp. no Sem. Menor do Rio Comprido e professor
— Visitador da Arquid. nos impedimentos do Car. D. Lima; Assessor da jur.
de Acq. Col. e de pais da jur. Fem. U.C.; Pároco do Sag. Cruzes de Jesus; Reitor do
Seminário Menor e Menor do Rio Comprido; Epitome das Casos de Moral; Capel-
lão da Penitenciaría Frei Caraca; representante do Município Apost. na adm.
nistração da P.M.C. - Pároco da Glória - Bispo do Esp. Santo. - Responsavel
pelo Pont. Col. Pio Brasileiro; Arcebispo de Vitória. —

OUTRAS ANOTAÇÕES: _____

ANEXO E – Viver o inesperado – Carta do Irmão Roger

Esta carta é para você que deseja construir sua existência em comunhão com Cristo, que é amor. Você será mais livre para pensar de um provisório para outro. Provisório, na medida em que toda a sua vida se voltar para alguns valores essenciais, para algumas realidades bem simples.

Com o povo de Deus, com os homens de toda a terra, você está convidado a viver o inesperado. Sozinho, como chegaria a conhecer toda a irradiação de Deus?

Intensa demais para ser vista, a claridade de Deus cega o olhar. Mas Cristo capta esse fogo devorador, e, sem brilho, faz com que Deus apareça.

Conhecido ou não, Cristo está aí, bem perto de cada um. Está tão ligado ao homem que permanece nele, mesmo ignorado. Está aí como um clandestino, uma chama no coração do homem, luz na escuridão.

Mas Cristo também é outro, diferente de você. Ele, que é vida, vai na sua frente, ... mais além.

Aí está seu segredo. Ele amou você primeiro.

Aí está o sentido da sua vida: ser amado para sempre, até na eternidade, para que, por sua vez, você chegue a morrer de tanto amar. Sem amor, de que adianta existir?

De agora em diante, em sua oração como em sua luta, só uma coisa é grave: perder o amor. Sem amor, para que serve a fé, por que entregar seu corpo às chamas?

Está percebendo? A luta e a contemplação têm uma mesma e única fonte: Cristo, que é amor.

Você aceita ser introduzido neste caminho? Arriscando-se a perder sua vida por amor, você quer viver Cristo para os homens?

COM OS HOMENS DE TODA A TERRA

Para fazer ouvir o clamor dos homens sem voz, para promover uma sociedade sem classes, que pode um homem sozinho?

Com todo o povo de Deus, coletivamente, é possível acender um fogo na terra.

Uma pergunta de Cristo aperta o coração: Quando o pobre tinha fome, você me reconheceu nele? Onde estava você, quando compartilhada a vida com aqueles que nada têm? Foi você o opressor, mesmo de um só sobre a terra? Quando eu denunciei os ricos, ricos em dinheiro, ricos em dogmatismos, preferiu você os enganos da riqueza?

Sua luta não pode ser vivida só com idéias que mudam a cada instante, sem passar ao concreto.

Lute contra as opressões dos pobres e explorados, e, admirado, você verá surgir sinais de ressurreição já nesta terra.

Reparta seus bens em vista de uma justiça maior. Não faça de ninguém sua vítima. Irmão de todos, irmão universal, ponha-se ao lado do homem rejeitado, marginalizado.

“Ame os que o odeiam, reze por aqueles que o maltratam”. No ódio, como se pode transmitir Cristo? “Ame seu próximo como a si mesmo”. Se você se detestar, que devastação dentro de você.

Homem de superabundância, você procura compreender tudo o que há nos outros.

Quanto mais você se aproximar da comunhão, mais o tentador vai redobrar o esforço. Para livrar-se do opositor, cante o Cristo até alcançar uma alegria serena.

As tensões podem provocar o crescimento. Mas, quando a relação com o outro se degrada nos conflitos das contradições internas, na impossibilidade de comunicação, não se esqueça de que existe algo mais além da presente aridez.

O homem julga o outro por si mesmo, por seu íntimo. Mas você, lembre-se apenas do que descobriu de melhor no outro. Com a palavra de libertação nos lábios, e não com a boca cheia de condenações, não se canse a enxergar o cisco que está no olho do seu irmão.

Se você é mal visto por causa de Cristo, dance e perdoe, como Deus perdoou. Você será muito mais livre, sem comparação.

Nos litígios, por que procurar quem errou ou quem tinha razão?

Fuja do oportunismo. Procure a pureza de coração. Nunca manipule a consciência do outro, aproveitando-se de sua inquietação e fazendo-o entrar em seus projetos.

Em tudo, dispor de muitos recursos é contrário à criatividade. Recursos limitados levam a viver intensamente, na alegria do dia de hoje. Mas a alegria se acaba, se a opção pela pobreza levar à rigidez ou a uma atitude de julgamento.

Recursos limitados despertam o sentido do universal... E a festa recomeça. A festa não terminará nunca.

Se a festa desaparecesse do meio dos homens... Se acordássemos um belo dia numa sociedade abastada, mas sem espontaneidade... Se a oração se tornasse apenas um discurso secularizado, perdendo o sentido do mistério sem deixar lugar para a oração do corpo, a poesia, a afetividade, a intuição... Se perdêssemos a confiança de criança na Eucaristia e na Palavra de Deus... Se, no cotidiano, destruíssemos aquilo que tínhamos compreendido nos momentos e luz... Se recusássemos a felicidade oferecida por Aquele que por oito vezes declara "Felizes..." (Evangelho de Jesus Cristo Segundo São Mateus, capítulo 5).

SÓ NA PRESENÇA DE DEUS O HOMEM É ELE MESMO.

Se, em sua oração, não sente nenhuma presença de Deus em você, por que preocupar-se? São imprecisas as fronteiras entre o vazio e a plenitude, como também entre a dúvida e a fé, entre o medo e o amor.

O essencial fica escondido aos seus próprios olhos. Mas a sua luta torna-se ainda mais ardente, para alcançar a única realidade. Então, pouco a pouco, você percebe algo da profundidade de um amor tão imenso que ultrapassa qualquer entendimento. Aqui você está às portas da contemplação. Aqui você encontra as energias para recomeçar, para ousar comprometer-se.

Descobrir-se a si mesmo, sem que ninguém o compreenda, pode provocar uma vergonha de existir que leva à autodestruição. Às vezes, você chega a considerar-se sem saída, já condenado. Mas para o Evangelho na há normalidade ou anormalidade, o que existe são homens feitos à imagem de Deus. Quem então pode condenar? Jesus reza em você. Oferece a libertação do perdão a todo aquele que vive com um coração de pobre para que se torne, por sua vez, um libertador dos demais.

Em todo homem há uma parte de solidão que nenhuma intimidade humana pode preencher, nem mesmo um intenso amor entre duas pessoas. Quem não aceita esta realidade, esta solidão, chega a revoltar-se contra os homens e contra o próprio Deus.

No entanto, nunca você está completamente só. Deixe-se sondar até o mais profundo de seu íntimo, e você verá que todo ser foi criado para ser habitado. Aí, dentro do ser, onde ninguém se parece com ninguém, Cristo espera por você. Aí acontece o inesperado.

O Espírito Santo, como um raio na noite, atravessa cada pessoa, passagem fulgurante do amor de Deus. Por esta passagem, o Ressuscitado o arrebatava, Ele se encarrega de tudo, assumindo sobre Si tudo aquilo que é insuportável. E só depois,

às vezes muito tempo depois, é que você compreende: Cristo veio. Sua superabundância nos foi dada.

Quando seus olhos se abrirem para esta passagem, você vai dizer: “Sim, meu coração ardia dentro de mim, enquanto ele me falava”.

Cristo não suprime o homem que é feito de carne e sangue. Na comunhão com ele, não há lugar para alienações. Ele destrói o que há no homem. Não veio abolir, veio realizar. Quando você escuta, no silêncio do seu coração, ele transfigura suas piores inquietações. Quando você está cercado de incompreensões, quando a noite se torna mais escura, seu amor é como um fogo. Caba a você olhar esta lâmpada acesa na escuridão, até que a madrugada desponte e que o dia levante em seu coração.

FELIZ DE QUEM MORRE DE AMAR

Sem cessar, ó Cristo, você me chama e me pergunta: “Para você, quem sou eu?”

Você é aquele que me ama até na vida que nunca mais acaba.

Você abre para mim o caminho do risco. Você me precede no caminho da santidade, onde aquele que morre de tanto amar encontra a felicidade, onde o martírio é a última resposta.

O “não” que está em mim, você o transfigura dia após dia em “sim”. Você me pede, não as sobras, mas toda a minha existência.

Você é aquele que reza em mim, de noite e de dia, sem que eu saiba como. Meu balbuciar já é oração: chamar você pelo nome de Jesus já estabelece nossa comunhão.

Você é aquele que toda manhã, põe em meu dedo o anel do filho pródigo, o anel da festa.

E eu, porque hesitei tanto? Será que “troquei a irradiação de Deus pela impotência, que abandonei a fonte de água viva para fazer cisternas rachadas, que deixam escapar a água?” (Jeremias, capítulo 2).

Você, sem cansar, me procurava. Por que hesitei de novo, pedindo tempo para cuidar dos meus negócios? Com a mão posta no arado, por que fui olhar para trás? Sem perceber, me tornei incapaz de segui-lo.

No entanto, sem tê-lo visto ainda, eu o amei.

Você me repetia: viva o pouco que compreendeu do Evangelho. Anuncie minha vida no meio dos homens. Acenda um fogo na terra. Você, ... você mesmo, siga-me...

E um dia, compreendi: você me convidava a decidir-me de vez.

Roger, teu irmão

ANEXO F – Aos sacerdotes, religiosos e leigos da Arquidiocese de Vitória

Bênção e paz do Senhor.

Mais do que oportuno, é nosso dever pastoral dirigir ao povo santo de Deus que nos foi confiado, palavras de esclarecimento, quando denúncias e acontecimentos ameaçam conturbar a tranqüilidade e segurança de sua fé.

No momento em que a pátria procura firmar seus rumos e o mais amplo debate se abre no seio do povo, não podem permanecer calados os sucessores dos Apóstolos. Desde algum tempo, em setores da vida brasileira, surgem ataques à Igreja com o fito claro de solapar a confiança simples e espontânea nos seus legítimos pastores.

Dos tempos apostólicos à nossa época, é impressionante e comovente o acatamento religioso das ovelhas fiéis de Jesus Cristo àqueles que assumiram o governo das igrejas particulares. Uma vez que a Igreja continua o mistério de Cristo, o episcopado, instituição divina, guarda na sua objetivação humana, o carisma da verdade e o mandato de ensinar.

“Os bispos com os seus auxiliares, presbíteros e diáconos, ensina o Concílio Vaticano II, receberam o ministério da comunidade, presidindo no lugar de Deus o rebanho do qual são pastores, como mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado, ministros do governo”. (Lumen Gentium, 20, ed. Vozes). Por isso os bispos devem ser respeitados por todos como testemunho da verdade divina e católica”. (Ibidem, nº 25).

À luz desta doutrina conciliar, sentem-se como são descabidas e destituídas totalmente de valor as vozes que se levantarem entre nós para pregar o que não ensinamos, colocando bispos do Brasil em oposição ao Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo. Estas vozes Cristo não vos mandou ouvir, mas, a nós, bispos da Igreja, foi dirigida a palavra: “Quem vos ouve, a Mim ouve, quem vos despreza, a Mim despreza”.

Esta Pátria nasceu cristã. Proclama-se ainda cristã, em nome de Deus abre as marchas para a redenção e o progresso. E tal, porém, o desconhecido do Evangelho que, para muitos ouvidos, soa como linguagem estranha, subversiva, e até comunista, a doutrina viva emanada da Palavra de Deus.

As encíclicas sociais da Igreja não se repetem umas às outras, mas evoluem e se vêm alargando e enriquecendo desde Leão XIII. Aos homens, premidos pela urgência dos problemas, não oferecem soluções fáceis e imediatas, mas fundamentos e princípios para a ação. Conclamam não só os católicos mas todos os homens de boa vontade para descerem ao plano das realizações e construir a paz e o bem-estar sociais. A glória da Igreja é confiar no leigo. “Esta é a responsabilidade do leigo e sua própria vocação, procurar o reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus”. (Ibidem nº 32). Pedelhes, entretanto, o Concílio Vaticano II que adquiram competência e experiências indispensáveis no meio das atividades terrestres e observem a hierarquia dos valores, fiéis a Cristo e ao Evangelho, de modo que a sua vida individual e social seja impregnada do espírito das bem-aventuranças, destacando-se a pobreza” (Gaudium et Spes, nº72). Não podemos deixar de respeitar, incentivar e abençoar os leigos que, tomando consciência de sua vocação cristã, não titubeiam diante dos riscos de um mundo em constante mutação, esforçando-se por encontrar soluções justas e possíveis. É um absurdo intolerável qualificar um batalhador, só porque não participa da mesma ideologia de “esquerdista”, qualificando-o, sem mais, de comunista. Sabemos todos que comunismo é fundamental e essencialmente materialismo ateu. Como taxar de comunista “quem teme a Deus e anda nos seus caminhos”? (SI.127)

O Brasil, nas suas instituições republicanas, consagrou a separação entre a Igreja e o Estado. Nestes já longos anos de história, a Igreja gozou de justa liberdade. O regime de relação entre Igreja e Estado se vem pautando, pelo respeito à colaboração recíprocas.

Alimentamos a maior confiança de que esta tradição republicana seja preservada e cultivada, e jamais apareça nos horizontes da Pátria o espectro de um Estado impondo aos seus cidadãos a própria ideologia.

Não queremos finalizar estas nossas palavras sem enviar a todos os bispos no Nordeste, na pessoa de Dom Helder Câmara, pastor incansável de grandes e pequeninos, os nossos aplausos e adesão pela mensagem evangélica, firme e serena, dirigida aos militantes da Ação Católica.

João XXIII, de santa memória, marcou a Igreja do Concílio com a sua luminosa inspiração: “A Igreja é de todos, mas especialmente dos pobres”. (Disc. De 11-9-62). Os bispos, portanto, quando fazem exigências em nome do Evangelho, para uma vivência genuinamente cristã, preocupam-se necessariamente com os pobres, os pequeninos, os perseguidos, os abandonados, não se esquecendo, porém, da sorte eterna dos grandes e afortunados desta terra. Para salvar a alma é preciso “amar a Deus... e ao próximo como a si mesmo”. (Lc. XII).

Tenham confiança os nossos fiéis. Os pastores, postos pelo Espírito Santo para reger a Igreja, estão unidos formando conscientemente a Colegialidade proclamada pelo Concílio. Entregam-se de corpo e alma ao próprio dever apostólico, colocando todas as suas energias em fazer brilhar nas suas Igrejas a face iluminada de Cristo.

(ass.) + João Batista da Mota e Albuquerque, Arcebispo de Vitória.

+ Luiz Gonzaga Fernandes, Bispo Auxiliar.



HELIO VALENTIM SARLO

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da 1ª Zona Judiciária e
Tabelião de Notas da Cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo

Maria Alice Sarlo

Escrivente Juramentado

Praça Costa Pereira N.º 132 - 1.º andar

Tel.: 223-0930

SUCURSAL Avenida Marulpe, 1259

Tel. 225-0026

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que do livro C-22 às folhas 218 sob o n.º 26.786
de registro de óbitos consta o de JOÃO BAPTISTA DA MOTTA E ALBUQUERQUE
falecid o vinte e sete
de abril de mil novecentos e oitenta e quatro - 1984
às 17:15 horas em Associação dos Funcionários Públicos, nesta Cidade
de Vitória do sexo masculino de profissão
arcebispo de Vitória natural de Rio de Janeiro residente em Rua Abílio
dos Santos, 47, nesta Cidade com 74 anos de idade, de
estado civil solteiro e sendo filho de Francisco Feliciano da Motta e Al-
buquerque e de Francisca do Carmo Motta e Albuquerque

O atestado de óbito foi apresentado a Cartório do dia 28/04/1984
por Arnaldo Neres

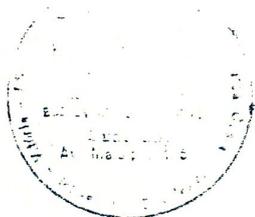
, e estava assinado pelo médico
Dr. José Carlos Borges de Rezende e deu como causa de morte parada
cardíaca, fibrilação ventricular, miocardiopatia aterosclerótica, melancolia

O sepultamento foi feito no dia 28/04 às 17:00 horas no cemi-
tério de Santo Antonio, nesta Cidade

Observações x.x.x.x.x.x

O referido é verdade e dou fé.

Vitória, 28 de abril de 1984



Arnaldo Neres
O OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

ANEXO H - Carta ao povo brasileiro

Neste momento, em que o nosso país encontra-se sob o crivo das duas forças devoradoras dos nossos ideais patrióticos, uma promovendo a corrupção e outra a subversão, ou seja, de um lado está a corrupção das multinacionais que dia a dia sugam o suor e as riquezas do povo brasileiro com o auxílio dos falsos patriotas que se deixaram corromper pelos malditos dólares americanos, e do outro, a subversão instituída pelo MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL sob a orientação de MOSCOU, CUBA, e ALBÂNIA, e que, com auxílio dos falsos patriotas dia a dia ajudam na proliferação de ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS DE IDEOLOGIAS MARXISTAS, MARXISTA-LENINISTAS, e TROTKISTAS, aproveitando-se do alto índice inflacionário existente no país, da incompetência do governo que aí está e do sofrimento do povo brasileiro, pregam a derrubada do regime e a implantação de uma PÁTRIA COMUNISTA.

Os dirigentes, que hoje aí estão, não combatem os comunistas, porque estão altamente comprometidos com a corrupção e só querem enriquecer, pois quando houver um caos social, fugirão do país com os dólares guardados à custa do sofrimento do povo brasileiro.

O Sr. Presidente JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO, se é que ainda possui um pouco de brio, adquirido na sua vida castrense deverá dar um basta na situação que aí está, sob pena de ser lembrado pela história como o Presidente que entregou o Brasil aos domínios de MOSCOU, traindo a memória de seu pai o ilustre General EUCLIDES FIGUEIREDO.

Combater o comunismo não é ser radical de direita e sim democrata pois o que o comunismo quer é tirar as nossas liberdades. Já que o Governo cruzou os braços e vemos o país caminhando para um período pré-revolucionário, nós, da ORGANIZAÇÃO NACIONALISTA – PÁTRIA NOVA, Comando MARIA ORTIZ conclamamos todas as organizações de direita, centro e conservadores que se unam e cobrem do governo uma definição de sua linha política e que seja cumprida a LEI DE SEGURANÇA NACIONAL. O que não admitimos é a destruição de nossas instituições e nossa Igreja hoje dominada pelos bispos comunistas e a desagregação da família brasileira.

Não podemos deixar que outras cidades brasileiras virem um satélite comunista, como a cidade de Vitória, onde temos dois bispos comunistas, Dom João Batista e Dom Scandiam, que permitiram que a Igreja virasse uma agência de MOSCOU, onde o Jornal A TRIBUNA foi dominado pelo PC do B, pois na sua redação só trabalham militantes desta organização, onde o judiciário possui um juiz do Comitê Regional do PC do B, o magistrado JOÃO BATISTA HERKENHOFF, onde o Departamento Estadual de Cultura está entregue ao PC do B, onde Comunidades Eclesiais de Base e os Movimentos de bairros nada mais são do que células de organizações comunistas, onde temos Deputado Federal e Deputados Estaduais que são militantes do PC do B como MAX MAURO, DILTON LIRIO e ROBERTO VALADÃO, onde há um pacto entre os comunistas de que se eleito CAMATA quatro Secretarias Estaduais serão entregues ao PCB e duas ao PC do B, sendo este pacto desconhecido de GERSON CAMATA, mas que eleito aceitará pois é oportunista e não vai querer que os comunistas que dominam os meios de comunicação se virem contra ele, onde temos relato de que, por interesses até hoje desconhecidos, lança a discórdia contra o partido do governo, facilitando as

manobras dos comunistas que dominam o nosso Estado e que só faltam eleger o governador do Estado.

Se o Presidente tiver vergonha na cara, não deve pisar o solo Espírito-Santense pois as forças democráticas aqui instaladas repudiam sua visita, pois se hoje vivemos neste estado de coisas a culpa cabe somente a ele que no alto de seu pedestal acha que é o dono da verdade e só ele sabe o que é melhor para o Brasil.

Ao povo, conclamamos para que auxiliem e incentivem o fortalecimento das organizações de direita que hoje tentam impedir o avanço da corrupção e da subversão.

ATENÇÃO:

Leia e passe adiante, se puder, tire xérox e distribua. Ajudemos criando núcleos de combate ao comunismo mesmo que isoladamente.

Eis nossa lista negra: Dom João Batista da Motta e Albuquerque, Dom Aldo Gerna, juiz João Batista Herkenhoff, Orlando Bonfim Júnior, Dilton Lyrio Neto, Max de Freitas Mauro, Roberto Valadão Almokdice, Perly Cipriano, todos jornalistas de “ A Tribuna “, alguns jornalistas de “ A Gazeta “, José Maria Coutinho, Namir Chequer, Jô Amado, Luiz Aparecido, Vitor Buaiz, Padre Bernardo Colombe, Nilo de Mingo, Renato Viana Soares, Rose de Freitas, Paulo Hartung Gomes, Antônio César Menezes Penedo, Fausto de Araújo Porto e Gildo Ribeiro.

Dentro em breve publicaremos uma relação de todos os comunistas infiltrados no GOVERNO, NA IGREJA e nos MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE, OU MORRER PELO BRASIL.

COMANDO MARIA

ANEXO I - SIDAV – Serviço de Informação e Documentação da Arquidiocese de Vitória

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA

A N O IV

nº 29

Vitória, agosto de 1975

"... chare-lhe progresso quem do extermínio se cular se ufana; eu, modesto cantor do povo extinto, chorarei nos vastíssimos sepulcros que vão do mar aos Andes e do Prata ao largo e do oce mar das Amazonas".

A. Gonçalves Dias - Os Tymbiras, canto III.
De Y-Juca-Pirama, Documento de Urgência de Bispos e Missionários.

"Se a Igreja não botar a boca no mundo, os índios... vão ser sempre massacrados".

Do Gen. Antonio Coutinho, Delegado da Funai - em Correio Brasiliense, 1/9/75.

AS NOTÍCIAS DAQUI

Caieiras Velhas fica a duas horas de Vitória, no município de Aracruz, na rota da BR-101. Os que se derem ao trabalho não devem contar mais de quarenta casebres, um número que se reduz para cinco, quando se trata de numerar as que possuem telhas. As outras são cobertas de palha. De novo, no município de Aracruz, só houve, nos últimos anos, a imolantação de uma feijira de 10 quilômetros de eucaliptos-semeados pela Aracruz Florestal, uma empresa de reflorestamento. Para os tupiniquins, trata-se de uma novidade incompreensível - tanto quanto o fato de que, de uma hora para outra, suas terras ancestrais foram ocupadas pela companhia e a caça ficou terminantemente proibida em toda a região coberta pelos eucaliptos.

Não adiantou nem mesmo recordar que aquelas terras eram doação pessoal do imperador dom Pedro II, como autenticava uma orgulhosa coroa imperial gravada numa pedra. Até o marco desapareceu - e os velhos índios, perspicazes e experientes, imediatamente perceberam que deveria também haver alguma relação de magia entre a pedra desaparecida e as bocas mecânicas do reflorestamento. Na verdade, diante de-

ANEXO J – Conclusões do I Encontro Inter-eclesial de CEB's

Representantes e membros das Igrejas de Rio Branco – Acre, Lábrea e Manaus – Amazonas, São Luís e Pinheiros – Maranhão, Crateús – Ceará, João Pessoa e Campina Grande – Paraíba, Recife – Pernambuco, São Mateus e Vitória – Espírito Santo, Volta Redonda, Rio de Janeiro e Petrópolis – Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Itabira – Minas Gerais, Jales e Lins – São Paulo, Caxias, Vacaria e Porto Alegre – Rio Grande do Sul, Goiás Velho – Goiás, 7 Bispos, padres, religiosos e leigos, reunidos em Vitória, nos dias 6, 7 e 8 de janeiro de 1975, ao longo de três dias de troca de experiências, reflexões e oração puseram-se de acordo a respeito dos seguintes pontos:

I – Em obediência ao Evangelho e aos apelos da realidade vivida pelo povo, optar por uma evangelização libertadora, o que implica numa clara opção pelos oprimidos.

II – Em vista disso, fazem as seguintes propostas:

1 – Na linha da realidade Povo de Deus:

1.1 Que esse povo de Deus se organize em Comunidades de fé e vida, comunidades autônomas em sua criatividade; mas que elas, de acordo com as necessidades concretas e as exigências do evangelho, vivam em comunhão com as outras comunidades e com o próprio bispo, centro da unidade.

1.2 Que se valorize o sacerdócio comum dos fiéis, de tal modo que possam celebrar, não só os acontecimentos do cotidiano, como sinais da presença de Deus mas também as expressões sacramentais da fé.

1.3 Que se insista na presença da Igreja no mundo, a bem da comunidade humana maior: abertura da comunidade eclesial para a colaboração com outros homens e grupos por meio de serviços para a construção de um mundo mais fraterno e justo. Respeitar e incentivar os diferentes ministérios que forem surgindo na vida das comunidades.

2 – Na linha política:

2.1 Que a Igreja participe da luta de libertação do povo, colaborando para que ele mesmo descubra as causas da opressão em que vive, denunciando toda forma de injustiça, (tanto ao nível do indivíduo quanto do sistema) propondo uma sociedade sem barreiras, em que se eliminem os privilégios e o monopólio dos meios de produção e dos serviços e equipamentos coletivos concentrados nas mãos de uma minoria. Que ela participe também da denúncia e da luta contra a dominação extrema que impede a fraternidade e a comunhão entre os povos.

2.2 Que o processo de libertação se inicie no interior da própria organização eclesial. Só assim a palavra libertadora será autêntica. Para ser real o serviço de libertação do povo, é necessário que entremos nós mesmos, num processo de conversão e de mudança de classe.

3 – Na linha da cultura:

3.1 Que a religiosidade popular seja respeitada e assumida, na valorização de seus gestos e sinais. Descobrir a cultura popular como realidade capaz de ser assumida num processo de libertação.

3.2 Que a Igreja supere tanto a atitude de exploração da religiosidade popular, quanto a atitude indiferente ou até destruidora que se praticou freqüentemente no passado. A tradicional cultura eclesiástica como a religiosidade popular submetam-se a uma revisão crítica à luz do evangelho.

3.3 Que se descubram os valores de protesto e de denúncia contidos na cultura popular.

3.4 Não seja tolhido o povo na busca de novos conteúdos e novas formas de expressão, dentro da vida eclesial.

4 – Na linha da metodologia:

4.1 Quanto a método para uma ação eficaz na base:

4.1.1 Partir sempre de uma análise da realidade: necessidades e valores mais sentidos e vividos pelo povo.

4.1.2 Adotar uma atitude crítica perante toda estrutura que impeça a valorização das expressões autênticas do povo.

4.1.3 Desenvolver instrumental de observação e de análise, de tal modo que o próprio povo seja capaz de identificar as verdadeiras causas das injustiças e as possíveis saídas desta situação.

4.1.4 Respeitar as etapas do crescimento do povo.

4.1.5 Realidade e Evangelho: as duas vertentes da ação e da reflexão pastoral.

4.2 Quanto à formação dos agentes de pastoral:

4.2.1 Que se desenvolva o quanto possível, dentro da própria comunidade.

4.2.2 Fundamente-se num processo contínuo de reflexão, revisão, interpretação e planejamento da ação.

4.2.3 Haja oportunidade para que os agentes pastorais possam confrontar e rever suas experiências e a de suas comunidades, tentando uma caminhada em comum, buscando manter uma visão mais global e integrada da ação.

5 – Decisões finais:

5.1 Continuar esse tipo de encontros, com representação das bases, acrescentando aos peritos em teologia, Bíblia e pastoral uma assessoria em economia e ciências políticas.

5.2 Dar publicidade ao conteúdo e conclusões deste encontro.

5.3 A Igreja de Vitória ficou responsabilizada pela realização do próximo encontro.

Conclusões do II Encontro Inter-eclesial de CEB's

Representantes e membros das Igrejas de Cristo que estão no Brasil em Rio Branco – Acre, Lábrea – Amazonas, São Luís e Barreirinhas – Maranhão, Crateús – Ceará, João Pessoa – Paraíba, Tacaimbó – Pernambuco, Proríá – Sergipe, São Mateus e Vitória – Espírito Santo, Volta Redonda e Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Governador Valadares, Juiz de Fora e Itabira – Minas Gerais, Jales, Bauru e Lins – São Paulo, Caxias do Sul e Porto Alegre – Rio Grande do Sul, São Félix – Mato Grosso; Goiás e Goiânia – Goiás, em comunhão fraterna com as Igrejas de Cristo que estão no México, no Chile, na Bélgica, no Peru, na Alemanha e na Áustria, Bispos, padres, religiosos e leigos, reunidos em Vitória - ES, nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 1976, após trocas de experiências, reflexões, aprofundamentos e orações, crêem, no Espírito Santo, se comprometer nos seguintes pontos:

Introdução:

Em obediência ao Evangelho e aos apelos da realidade vivida pelo povo, especialmente os mais pobres, reafirmamos a opção por uma evangelização libertadora assumida já no I Encontro Inter-Eclesial, “Uma Igreja nascida do povo pelo Espírito de Deus”. Esta opção nos proporcionou um encontro exigente com o Senhor na pessoa dos pobres, do campo e da cidade. Passamos a compreender o que a tradição antiga nos diz: os pobres são nossos mestres, são nossos doutores, pois, ao serem evangelizados, evangelizam toda a Igreja.

À luz da fé compreendemos mais e mais que o grito do povo oprimido é a grande denúncia e apelo de Deus que fala hoje, procurando quem queira ouvi-lo e assumi-lo para reunir-se em comunidade e tornar-se, assim, seu porta-voz no mundo de hoje.

Eu função disso julgamos ter descoberto as seguintes pistas:

1 – Linhas de reflexão e ação:

1.1 Vida e Evangelho

1.1.1 As comunidades estejam atentas e tomem responsabilidades com os valores evangélicos que o Espírito Santo vai fazendo aparecer no meio do povo e nas comunidades através da Palavra de Deus que está na Bíblia e nos acontecimentos que alimentam e guiam a caminhada do povo.

1.1.2 A fé e a coragem da gente nas nossas comunidades diante das ameaças, incompreensões e perseguições por causa da justiça se sustentam e se fortalecem pelo apoio de uns aos outros, pelo apoio de uma comunidade à outra, pela nossa mesma luta e ação, pela meditação da Palavra de Deus e pela lembrança dos testemunhos dos que lutaram pela justiça.

1.1.3 Na própria caminhada vamos ter sempre presentes que a fé não está separada da vida, que a Palavra de Deus se revela igualmente pela história do povo e que pela revisão constante da própria ação é que se pode ir descobrindo os caminhos de libertação.

1.2 – Política

1.2.1 Diante dos fatos da vida, as comunidades devem criar consciência política pela reflexão e pela ação; ver o jeito do povo acordar e de usar ferramentas de entendimento do sistema de exploração e dominação econômicas de âmbito nacional e internacional.

1.2.1 Tomar como responsabilidade evangelizadora de anúncio da Palavra de Deus a defesa dos direitos humanos, especialmente a luta pela terra, por melhores salários e pela liberdade sindical.

1.2.3 Criar condições para que o povo se conscientize a respeito da política brasileira a fim de que ele se sinta animado para uma verdadeira participação política.

2 – Igreja na Base

2.1 Animar o nascimento, o crescimento e a organização da Igreja que nasce do povo, tanto no campo, quanto na cidade.

2.1 Para que essa “Igreja que nasce do povo” tenha vez, reconhecer o direito que as comunidades têm de livremente decidir, organizar-se, preparar seu material e celebrar sua vida, em comunhão com a Igreja universal.

2.3 Reconhecer e apoiar os novos ministérios que nascem no meio do povo cristão.

2.4 Fazer com que todos os cristãos (bispos, padres, religiosos e leigos) se comprometam com a vida e o trabalho da Igreja que nasce do povo.

2.5 A presença das comunidades aumente sempre junto aos oprimidos e marginalizados, responsabilizando-se com eles no desejo e na luta pela libertação. Em relação ao povo, as comunidades devem ser como peixe dentro da água.

2.6 A comunidade, no meio do povo, viva o papel profético de fermento, luz e sal, buscando com os oprimidos a confiança e a esperança de que a libertação nasce da sua força e união.

2.7 Criar condições para que as comunidades troquem experiências em suas regiões e em todo o país.

3 – Notas finais

3.1 O III Encontro Inter-Eclesial da Igreja que nasce do povo será realizado na Igreja de João Pessoa, na Paraíba, daqui a dois anos, isto é, em 1978. A data será precisada a tempo, mas foi sugerida final de julho e/ou início de agosto.

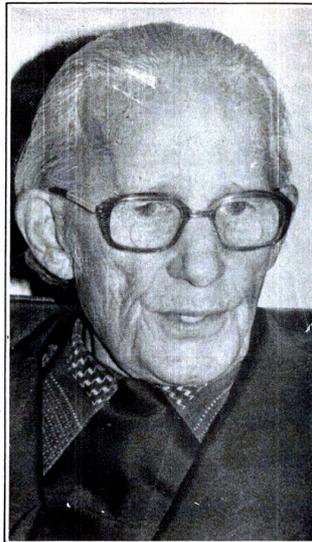
3.2 Realizar-se-ão Encontros regionais como preparação ao III Encontro.

3.3 Sugere-se, para o III Encontro, o “Slogan” “Igreja: Povo que se liberta”.

ANEXO K - "Eu cresci com Vitória"

Dom João Batista da Motta e Albuquerque

"Eu cresci com Vitória"



Após 25 anos, dom João tem novos planos para a Arquidiocese



Antes, ao chegar, e agora a preocupação de dom João é com o lado social.

Lino Geraldo Resende

A Igreja não mudou. O que mudou foi seu método de evangelização. Antes ela tinha uma característica mais devocional. Hoje é mais evangélica. Com isso, perdeu seu caráter moralizante para adquirir uma característica mais atuante. Mas não houve mudanças. A doutrina, os princípios continuam os mesmos ao longo dos anos, mantendo sua coerência.

Voz pausada, gestos comedidos, o arcebispo de Vitória, dom João Batista da Motta e Albuquerque, fala sobre o que mudou na Igreja nos seus 25 anos de episcopado. A Igreja, para ele, é a mesma, não tendo mudado nada, já que todos os princípios que ela adotou há séculos continuam. O que houve — e ele usa a palavra em italiano — foi um **aggiornamento**, feito a partir do Concílio Vaticano II.

LÔNGA HISTÓRIA

Hoje, 25 anos após ter chegado ao Espírito Santo como o bispo do Estado, dom João tem uma longa história para contar. Ela começa até pelo ineditismo de sua posição. Como ele mesmo confessa, não tem notícia de outro bispo que tenha ficado durante 25 anos seguidos à frente de uma diocese. Caso único ou não, dom João marcou todos estes anos pela sua atuação. Se hoje o trabalho é conhecido, divulgado, ele já o fazia no início do seu episcopado.

E ao falar sobre sua atuação, dom João volta ao problema da "diferença" entre a Igreja de hoje e a de alguns anos atrás. O bispo, o padre, explica, estavam mais preocupados com a cura d'almas, prendendo-se à vida litúrgica. Agora, eles olham o problema como um todo, prendendo-se à vida, dando-lhe um sentido evangélico, de vivência dos problemas e de busca de suas soluções. Ao falar sobre sua atuação, dom João não se prende à história. Ele recorda fatos, fala do que fez, mas não dá uma sequência histórica a tudo. E justifica sua atitude dizendo que não fez um levantamento de sua vida para poder explicar tudo. Usa o argumento, inclusive, para evitar o confronto entre o que fez, o que está fazendo e o que pretende fazer.

COM O SOCIAL

Considerada hoje uma das mais avançadas do País, a Igreja de Vitória foi moldada por dom João. Hoje ele revela a mesma preocupação com o social que tinha ao chegar. E é ele mesmo quem o relata: Ao chegar, procurou correr todo o Espírito Santo. Nessas visitas pastorais, pôde constatar os problemas existentes no Estado e, principalmente, entre os agricultores.

Ao chegar, ele encontrou uma cidade pequena, provinciana. Ao longo dos anos a viu crescer, mo-dificar-se. A cidade presépio, lembra hoje dom João, "transformou-se em selva de pedras", e produziu do tipo de problemas com os quais a sociedade está convivendo. Além do crescimento, junto à cidade, dom João imprimiu uma dinâmica própria à sua atividade. Tanto é assim que o trabalho por ele desenvolvido é elogiado em todo o País e considerado um dos mais conseqüentes feitos pela Igreja.

Aos 25 anos de episcopado, dom João fala com tranquilidade dos problemas atuais e faz planos.

A partir de então, dom João começou a se preocupar com a melhoria de condições de vida destas pessoas. Primeiro, nas suas próprias paróquias (comunicadas a alertá-los para os direitos fundamentais. "E isso antes que a ONU fizesse a sua carta", lembra ele. Nisso, ele frisava a necessidade de todos à moradia, a um pagamento justo e à assistência médica.

Mas a atuação do arcebispo não ficou só nas palavras. Através de parócos locais, a Igreja procurou, num trabalho conjunto com a Acares, fornecer novas técnicas aos agricultores, possibilitando-lhes melhorar sua produção, introduzindo novas culturas e conseqüendo, com isso, um melhor nível de vida.

Este trabalho era feito também junto à juventude, através dos Clubes 4-S em todo o Estado. Dom João lembra que um ano após sua chegada ao Espírito Santo, em 1958, ele participou, na Escola Agrícola de Rive, no município de Alegre, de uma reunião de lavradores onde se discutiu todos os problemas relativos à lavoura e buscou-se soluções para eles.

Depois, dom João participou de outros encontros na Escola Agrícola de São João de Petrópolis, em Santa Teresita. O interesse era o mesmo: ajudar os agricultores na busca de soluções para os seus problemas. Ao lado da assistência religiosa, ele procurava orientá-los para aceitar as inovações propostas por técnicos.

LOGO DEPOIS

A vinda de dom João para o Espírito Santo propiciou, logo depois, a criação de duas novas dioceses no Estado. A primeira foi a de São Mateus, com a nomeação de dom José David para o cargo de bispo. A segunda, em Cachoeira do Itapemirim. O primeiro bispo para ali nomeado é o atual, dom Luis Gonzaga Peluso. Com a criação das duas dioceses e a elevação de Vitória à Arquidiocese, o campo de trabalho de dom João ficou menor.

Ele continuou, no entanto, na sua peregrinação pelo Estado, ouvindo as

peças, dando-lhes assistência e tentando despertar-lhes, para os seus direitos. Foi a partir daí que começou a nascer, a idéia das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A idéia, segundo dom João, não é exclusiva da Arquidiocese de Vitória. Ela foi uma das primeiras a introduzir a comunidade, mas outras também tiveram a iniciativa.

Embora este trabalho exista há muito tempo, o aparecimento das CEBs é mais recente. O primeiro destaque para o trabalho junto às comunidades surgiu após o I Congresso das CEBs, realizado em Vitória. A partir daí, com a edição de um livro sobre o assunto pela Editora Vozes, as comunidades de base ganharam o noticiário e tornaram-se conhecidas.

Neste primeiro encontro, segundo dom João, discutiu-se os vários aspectos ligados à formação das CEBs. O que se descobriu é que todos estavam tentando trabalho semelhante, mas de maneira diferente. Os fins, no entanto, eram os mesmos. A partir daí o trabalho ficou conhecido e desenvolveu-se mais ainda.

ATAÇÃO POLITICA

Evitando falar sobre conservadores e progressistas que, segundo ele, não justificam, muitas vezes, os termos, dom João prefere sempre os exemplos para explicar os seus pontos de vista. Ele reconhece, por exemplo, que a Igreja desenvolve um trabalho político, mas frisa, com toda ênfase, que não é um trabalho partidário. Talvez por isso é que haja, entre os políticos, o descontentamento com a atuação das CEBs, pois elas não se deixaram utilizar para fins políticos, permanecendo independentes.

Dom João lembra que as reclamações contra as CEBs não é um problema que afeta só ao Espírito Santo. Ele se dá a nível nacional. O que a Igreja faz é desenvolver, junto aos seus fiéis, um trabalho de conscientização, alertando-os para os seus direitos e também para os deveres que têm. O que ela quer é que todos sejam tratados

como cidadãos, podendo participar de tudo, lembra o arcebispo.

Nesse sentido, reconhece, a Igreja tem um trabalho político. A escolha dos partidos e dos candidatos, no entanto, é um problema do fiel. Diante das informações que recebeu, do que sabe sobre os partidos, ele faz uma opção. "A Igreja, em momento nenhum, vai lhe pedir para votar num candidato A ou deixar de votar num B. A decisão final é do fiel".

Toda essa atuação trouxe problemas para a Igreja, tornando seu trabalho mais difícil. As incompreensões aumentaram a partir da posição tomada pela Igreja ao lado dos pobres. Para enfrentar os problemas que lhe foram surgindo, a Igreja começou a criar instrumentos. Primeiro, a Comissão de Justiça e Paz. Depois, a Comissão dos Direitos à Moradia. O terceiro passo foi a criação da Comissão de Saúde.

Este aparelhamento, segundo dom João, não é o ideal, mas serve para ajudar. Novos instrumentos podem surgir, de acordo com a necessidade da população pois, como lembra o arcebispo de Vitória, estas comissões são criadas para atender às pessoas. Esta experiência já levou ao surgimento de comissões como a de Educação Popular (CEPO), com larga atuação junto à periferia.

O FUTURO

Depois de 25 anos à frente da Arquidiocese, quais são os planos para o futuro? Dom João para e, durante um certo tempo, pensa. Depois comenta: "O primeiro passo é a continuação dos trabalhos com as Comunidades Eclesiais de Base, ampliando e prossequindo nele com o mesmo grau de seriedade com que vem sendo feito até agora".

O segundo passo é dedicar especial atenção ao trabalho pastoral nas cidades onde, segundo dom João, existem menores possibilidades para o surgimento e proliferação das CEBs. Esse trabalho poderá ser feito através de grupos ambientais, envolvendo o

mesmo local de moradia ou grupos de trabalho.

"Ativar o povo de Deus". Este será o tema para todo o trabalho que for desenvolvido a partir de agora. Em tudo a Igreja, pelo que diz dom João, vai continuar com a sua preocupação social. O que precisa haver, segundo o bispo, é uma mudança completa, fazendo com que os pobres consigam progredir, expandindo-se a classe média e diminuindo as disparidades hoje existentes.

"A classe média é a garantia de tranquilidade", comenta dom João para dizer que vê com preocupação a sua diminuição e o achatamento que vem sofrendo no Brasil. O que precisa haver, segundo dom João, é chegar-se a uma sociedade onde não haja indigentes, onde não exista o rico envergonhado, nem a riqueza exorbitante.

Para se chegar a isso tudo, entende dom João, é necessário uma mudança profunda na atual sociedade, começando pela mudança de mentalidade. A partir daí, poder-se-ia resolver uma série de problemas hoje enfrentados pela sociedade.

A saída de dom Luis

Ao longo de todos os 25 anos de episcopado, dom João aponta dois fatos marcantes: o Concílio Vaticano II e a chegada a Vitória, para auxiliá-lo, de dom Luis Gonzaga Fernandes. A saída de dom Luis gerou uma intensa polémica na cidade. O comentário mais comum era que a mudança significava um freio à atuação da Igreja, principalmente no seu lado social, comandado especialmente por dom Luis.

Hoje, já distante a saída de dom Luis, dom João fala sobre o assunto e explica que todo o comentário surgiu em conseqüência do esforço que fez para manter dom Luis em Vitória e transformá-lo no seu sucessor. O problema, então, não foi a própria substituição, mas o tempo que ela levou para ser feita.

PROMOÇÃO

Dom João Batista da Motta e Albuquerque diz que tentou, junto a Santa Sé, a manutenção de dom Luis em Vitória. O argumento que o Vaticano usou é que dom Luis, antes de chegar ao comando da Arquidiocese, deveria ser promovido e passar por uma experiência de bispo diocesano, com a responsabilidade direta pelo comando da diocese.

O problema todo surgiu depois de tomada esta decisão. Dom João sabia que dom Luis não continuaria em Vitória. Dom João também o sabia, mas sua nomeação para outro posto não saía. A escolha de dom Silvestre Scandian foi feita pela Santa Sé com a concordância de dom João. Ele foi consultado e, como já conhecia dom Scandian e o trabalho que ele desenvolvia, concordou com a indicação.

Hoje, embora reconhecendo a mudança do modo de atuação, dom João acha que o trabalho que vinha sendo desenvolvido por dom Luis está sendo continuado por dom Scandian.

O fato é que, desmentindo os comentários feitos na época de sua indicação, dom Scandian está trabalhando na Arquidiocese e não houve, até agora, nenhum freio à atuação da Igreja. Ela continua como antes.



A vinda de dom Scandian gerou uma polémica em Vitória



A chegada de dom Luis foi um marco na atuação de dom João

ANEXO L - Carta de Dom João Batista ao Cardeal Baggio a respeito das CEB's

Eminentíssimo Sr. Cardeal Baggio
Gratia et pax!

Do nosso encontro recente, percebi que devo esclarecer melhor dois pontos que sejam bem entendidos, pois são vitais para a Igreja de Vitória:

COMUNIDADES DE BASE

Esse movimento é puro, nasce da leitura e meditação da palavra de Deus. Como salientou bem o Concílio Vaticano II, a palavra antecede o sacramento. O povo que foi evangelizado, não pela palavra de Deus, mas através de devoções, está encontrando agora as raízes de sua fé. A comunidade busca vivenciar o Evangelho na prática da justiça e da caridade que brotam imediatamente na consciência dos homens simples e pobres. O gosto pela palavra de Deus vai nucleando os grupos; esses grupos não são fechados; abrem-se uns aos outros; sabem que o Espírito de Deus suscita o mesmo movimento em outros lugares distantes; aprendem a rezar pelos irmãos que estão longe. Ademais, sabem que assim como Deus não quer salvar o homem sozinho, assim também não quer salvar uma comunidade fechada, isolada, um quisto. É de ver como homens e mulheres tão simples são capazes de ler profundamente a Palavra de Deus nas suas próprias vidas, nos acontecimentos cotidianos. Não foi Pio XII que desejava que uma leitura espiritual da Sagrada Escritura voltasse aos hábitos de hoje? Sente-se o Espírito presente, iluminando e agindo no coração do povo. "Sapientiam praestans parvulis". Aliás, o Concílio ensinou que o Espírito de Deus antecede os missionários e nos faz descobrir carismas humildes e simples, mas, verdadeiros carismas do povo de Deus. Acreditar no povo pobre e humilde é o que mais custa ao homem formado nas classes mais ricas e de poder decisório.

Essas comunidades assumem a Igreja local. Não temos mais a igreja abandonada porque o padre mora distante. Os cristãos do lugar pensam tudo. Pouco a pouco a consciência vai se abrindo e eles descobrem as necessidades, os trabalhos e os encargos. Nós chamamos isto de ministérios leigos, serviços em prol da comunidade. Esses serviços são os mais variados possíveis, dependendo da criatividade de cada comunidade e dos recursos humanos disponíveis, embora alguns desses serviços não falem nunca: o presidente, o catequista, o rezador, o cantor, os serviços da caridade, etc.

O sacerdote é um instrumento indispensável na formação e florescimento das comunidades. Ele não substitui o leigo; faz com que os leigos pensem e descubram as necessidades e os recursos da comunidade; faz com que vejam a importância de serem irmãos, de se ajudarem mutuamente e juntos resolverem os seus problemas. Uma das primeiras descobertas que eles precisam fazer é de que são homens, gente, responsáveis por si e pelos outros, responsáveis pela comunidade local e pela maior Igreja e pela Pátria.

Muitas vezes, o trabalho do sacerdote é como o do missionário que não tem onde reclinar a cabeça. Porque hoje está aqui, amanhã ali, acompanhando, afervorando,

fazendo pensar evangelicamente a comunidade, ministrando os sacramentos e celebrando a Eucaristia.

Não se pode pensar, nem de longe, que a comunidade de base seja uma ameaça à autoridade e à unidade. Agora mesmo, antes de embarcar para Roma, participei de várias reuniões onde estavam presentes líderes de várias comunidades. Que acatamento e que entusiasmo! Eu me sentia acolhido como homem de Deus, como um pai. Quanta abertura, simplicidade e humildade!... Essas visitas são extremamente benéficas para a vida não só do sacerdote, como também do bispo. Não vejo nas comunidades de base nenhum indício de desobediência ou cisma. Rezam constantemente pelo Papa e pelo Bispo. Crescem na consciência da comunhão eclesial.

No entanto, eu vejo um perigo se após estes anos de trabalhos constantes para estabelecer e vivificar as comunidades, vier para Vitória um Bispo que pense diferentemente, que volte a uma vivência anterior, que não valorize os aspectos positivos já adquiridos e leve os sacerdotes a reassumirem todos os ofícios como antigamente. Que será deste povo?

ANEXO M – Celebração do jubileu de prata episcopal de Dom João Batista Homenagem das CEB's da periferia – Grande Vitória

Refrão: D. João Batista é um Bispo muito querido ajudando esta gente viver como povo unido.

- 1- Minha gente que aqui está, vamos cantar com alegria
Agora apresentamos, CEBs da Periferia
Vamos homenagear neste agradável dia
O querido D. João por meio da poesia.
- 2- Esta nossa homenagem ao querido D. João
Vai falar de toda vida da Igreja e do povo
Vinte e cinco anos de luta pra acabar com a opressão.
- 3- Se eu for falar de tudo vai dar mais de um rosário
Pois quem luta nestas CEBs é quase tudo operário
Que na sua maioria ganham somente o salário.
Mas é gente de um valor grande, extraordinário.
- 4- Povo simples, gente boa mora nesta região.
Porque lá ninguém enjoa de servir a todo irmão,
E lá ninguém vive à toa lutam muito pela união,
Apoiados, confirmados por seu Bispo D. João.
- 5- No ano 57 surge uma novidade
Chegava um arcebispo pra morar nesta cidade.
Vinha do Rio de Janeiro vinha com força e vontade
Vinha pra servir ao povo construir fraternidade.
- 6- E quando ele chegou para este lugar novo
Seus amigos não gostaram de Vitória que estorvo!
- D. João não fique aqui pois, daqui eu não me movo
Agora quero viver a vida deste meu povo.
- 7- Para conhecer a vida deste povo capixaba
Ficar parado em Vitória de nada adiantava.
Por isto, o D. João, quietinho pouco ficava
Era para o interior, que ele sempre viajava
- 8 - Vendo todo o sofrimento do povo, que tremendo de tanta dor
ele já estava vendo.
E foi em 64/ (isto nós estamos sabendo)
Uma tal perseguição ele acabou sofrendo
- 9- Foi um tempo muito triste, tempo de perseguição
gente dizendo que a Igreja fazia subversão
D. João, lá no Convento fazendo uma pregação
E muitos telefonemas pediam – que aberração –

Que os frades o jogassem lá do alto até o chão.

- 10- Depois veio o Concílio do Vaticano II
Este acontecimento D. João conhece “a fundo”
Papa João XXIII com sentimento profundo
Mexeu com toda a Igreja e mexeu com todo mundo.
- 11- E o Concílio chegou para a Igreja renovar
E lá mesmo, D. João pediu um auxiliar.
Veio D. Luiz Fernandes, um Bispo conciliar
Com aquela força nova para todos animar.
- 12- Com D. João e D. Luiz veio à renovação
Dando vez e voz ao leigo na evangelização.
A semente era plantada na base do mutirão
Povo, bispo, padre e freira, teve participação.
- 13- O Espírito soprou foi com força e com vontade
Com isto foram surgindo as nossas Comunidades
Eclesiais de Base regadas pela verdade
Do Evangelho de Cristo dentro da realidade.
- 14- No ano 75 me lembro com perfeição
O Estádio da Desportiva recebeu em procissão:
Era a grande Assembléia do povo de Deus, cristão
Descobrimo sua força pra lutar contra a opressão.
- 15- Me recordo muito bem do que disse D. João
Citando o velho profeta que se chama Simeão:
“Deixa Senhor Descansar, teu servo, este João
Pois meus olhos contemplaram hoje Tua Salvação”.
- 16- Em fins de 75 grande festa programada
10 anos de D. Luiz como Bispo capixaba.
Pro povo se preparar pra essa festa animada
Surge o nosso boletim que se chama “Caminhada”
(era a luta do povo que estava sendo confirmada).
- 17- No Ginásio lá do SESC esta festa aconteceu
E foi lá que D. João outra mensagem nos deu,
Citando João Batista que a Jesus antecedeu:
“É preciso que ele cresça e que diminua eu”
Ele falava do Irmão, D. Luiz, auxiliar seu
Que com muita humildade a tudo agradeceu.
- 18- E foi em 78 que D. João feliz ficou
Na Assembléia do povo das CEBs participou.
Somos um projeto novo da Igreja que brotou
Do Evangelho veio o sopro e todo mundo se animou!

- 19- Com Conselhos não se engana tem grande participação
Na Assembléia Diocesana fazemos a organização
Prioridade se emana leigo dá contribuição
Como se fosse gincana parte pra Evangelização.
- 20- Nas greves e nos despejos D. João está presente
Mostrando seu desejo de ver seu povo contente.
E quanto à repressão está sempre a denunciar
Nos meios de comunicação nós o ouvimos falar.
- 21- Quando estava D. Luiz trabalhava em união
Viu seu povo feliz buscando a libertação.
Hoje D. silvestre faz a mesma oração
Levando a Caminhada rumo à libertação.
- 22- Nós queremos neste dia D. João homenagear
Mostrar a nossa alegria de poder participar
Do seu jubileu de prata estamos a comemorar
Somos a Periferia viemos para alegrar.
- 23- E o que diz aquela faixa?- “Junto com D. João
Todas as comunidades caminhando elas estão
Pé firme na caminhada buscando a libertação”.
Isto é grande alegria para todo o povão.
- 24- Obrigado minha gente por virem participar
Estamos todos contentes por podermos celebrar
Esta festa que é do povo e do Bispo do lugar
Com o profeta D. João sempre podemos contar.
- 25- E agora com alegria e de todo o coração
Em sinal de esperança em sinal de gratidão
Vamos todos aplaudir com muita empolgação
O nosso querido Bispo nosso amigo D. João.

Autores: Cláudio Vereza Lodi – Vila Velha
Marta Falchetto – Serra

Música: “Barbaridade”

Vitória, 15/08/82

ANEXO N - "Minha voz é eco da voz do povo"

FUNDADO EM 1938

ULHO DE 1983

17.7.83 NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

COM JOÃO

"Minha voz é eco da voz do povo. Calar agora é necessário"

Glória Cristina

O bispo de Vitória, Dom João Baptista da Motta e Albuquerque... foi um dos destaques da semana passada quando, em entrevista a televisão, obrigou o Governo a se posicionar com relação ao Caso Odéio...

Migando com a atual situação política do País e especialmente a local, o bispo Dom João Baptista da Motta e Albuquerque se recusou a falar sobre o assunto. Diz que o momento é crítico e que preferiria falar na igreja...

Dom João, contemporâneo de Dom Hélder Câmara, de quem é amigo pessoal... "Nossa preocupação então sempre foi... não atuando junto às comunidades de base...

Um ponto Dom João defende muito claro que vem reiteradamente reforçar sua atuação diante da classe baixa, por uma política mais justa...

Religião e política

Cabeças alvos pelo tempo, olhos muito azuis por trás de um leve par de óculos... Dom João é uma figura que só de olhar já desperta amor e confiança...

Toda a força do sacerdócio está aí — em falar as palavras de Cristo e não as minhas próprias. Olhar em primeiro lugar para os pobres...

reúne aqui, de corpo presente, com todos as dificuldades e empenhos que lhe sobrevêm em suas pregações...

Tentando sempre fugir dos assuntos políticos, limitando-se a dizer somente o que não pudesse comprometer esses parâmetros. Monseñor alega que a causa muito barulho, na semana passada...

Eco do povo

Monseñor, logo a seguir, explica de forma muito clara que sua voz é apenas o eco da voz do povo, como uma ressonância natural do seu ofício...

A palavra política possui a amplitude de ser toda a relação humana e os negócios públicos, envolvendo posições ideológicas, artísticas e sociais e a estrutura constitucional, ou não...

Para Dom João, a palavra política está caracterizada em dois sentidos distintos: "A política partidária, que envolve ideologia própria de cada indivíduo, e a grande política — que é a de atender os interesses fundamentais de toda a sociedade humana..."

Lebrança da infância

Disposto a falar de amnésia, num momento de descontração, o bispo lembra momentos...



Dom João: "Homem e mulher são iguais"

mentos salientes de sua vida, ainda na infância, com recordações caríssimas: "Mãe pai era austero e para defender a justiça do seu trabalho corria o risco de ser espancado..."

Monseñor nasceu em Niterói, em 2 de setembro de 1909, filho primogênito de uma numerosa família de oito filhos...

O bispo recorda com nostalgia os momentos de infância: "Tivemos uma vida fraterna e alegre. O clima sempre foi propício para todos os filhos. Mantive sempre nos preparos para que passassem as grandes datas..."

Vocação

Durante sua vida, Dom João confessava que teve uma grande influência paterna...

esterno do homem, não permitindo mais que eu tomasse conhecimento da situação — talvez com medo de me impressionar...

Voltando à sua atuação religiosa, Dom João, no último dia 15 de abril, completou 50 anos de sacerdócio. Neste dia, celebrou uma missa no mesmo local onde realizou sua primeira missa...

Ultimo ano

Este será o último ano que Dom João será o bispo de Vitória, passando para Dom Silvestre a missão...

Monseñor fala das reuniões anuais da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), onde todos os assuntos são debatidos em grupo...

Dom João lembra-se da sua amizade remota com Dom Hélder Câmara, quando morava no Rio, do tempo em que ele estava no Ministério da Educação...

Eramos quatro amigos fiéis: D. Hélder, Dom Távora (já falecido), Monseñor Tapajós e eu. Nessa época, não tinhamos comunidade de base...

Transformações

O bispo se propõe a mudar de assunto, fazendo uma breve análise das transformações da Igreja, ocorridas ao longo do tempo...

Monseñor relembra as orientações do papa João Paulo II...

nos lugares que percorro. "Meu pai testemunhou a grande seca do Nordeste, ajudando muitas famílias que chegavam nuas e famintas..."

Convicto, desde a infância, da sua vocação religiosa, Monseñor diz que em suas brincadeiras a profissão era celebrar missa...

Quando resolveu lutar pela profissão escolhida, Monseñor confidencia que a única pressão foi de seu pai, exatamente porque queria que ele tivesse certeza absoluta do caminho que iria seguir...

Bênção inesquecível

Um outro fato Dom João fez quando de tirar à toa membros de sua infância, que quase o fazem chorar, comovido: "Esse quadro me impressiona até hoje. Um dia um senhor pobre trouxe à casa uma florinha grande junçada e por cima havia uma cruz..."

ANEXO O - O Último sermão de Dom João Batista
(Dom Benedito de Ulhoa Vieira – Arcebispo Metropolitano
Boletim Informativo da Igreja de Uberaba – Maio de 1984)

No dia 27 de abril faleceu Dom João Batista da Motta e Albuquerque, arcebispo de Vitória, ES. Tive o privilégio de representar a CNBB na Missa exequial e nos funerais, no dia seguinte, sábado, a pedido do Presidente, Dom Ivo Lorscheiter.

Com data de 23 de dezembro de 1976, Dom João escrevera uma carta ao Mons. Rômulo, antevendo, por sua debilidade de saúde, a proximidade da morte. Felizmente viveu sete anos e pouco, a mais. Nesta carta pede a seu Vigário Geral tome conta de suas coisas. Pede depois, que, agravando-se seu estado de saúde, ele comunique ao povo; e manifesta o desejo de “morrer entre meus padres, no meio do meu povo”. Dispõe na carta que a Missa das suas exéquias seja muito simples: “dispense toda demonstração de luxo”. Pede para “ser enterrado em Santo Antônio, no meio dos pobres. Cinco anos depois levem os ossos para a cripta da Catedral”. Chega ao pormenor de não querer “elogio fúnebre”, mas que o “pregador dê uma visão cristã e amiga da Irmã Morte”. Promete lembrar-se de todos, quando no céu estiver “curado da falta de memória”...

Cinco anos depois, Dom João escreve uma despedida, agradecendo a todos, sobretudo a Dom Luis Fernandes, que por dezesseis anos viveu a seu lado, e oferecendo sua vida “aos pobres e marginalizados”. Este papel foi datado a 5 de fevereiro de 1982. Tinha havido despejo de posseiros do bairro Rosa da Penha. Dom João se reúne com os responsáveis do Governo para encontrar uma solução para os despejados que ele recolhera na Catedral. Esta reunião na tarde de 5 de fevereiro “foi um desencontro aberto, diz ele, entre os poderosos e miseráveis”. Com o impasse, Dom João, tão fraco no corpo, mas tão forte na alma, deu um murro na mesa, conforme testemunho do presidente da Comissão de Justiça e Paz, e retirou-se. Foi então que escreveu o documento. “Retirei-me ostensivamente magoado e ofereci a minha vida pela vida dos pobres posseiros da Rosa da Penha. Depois que saí, as conversas tomaram outro sentido, os impasses se desfizeram”. No dia seguinte os desabrigados saíam da Catedral para um lugar definitivo. Dom João comenta: “Quando o Governo quer, ele arranja meios e faz”. E depois acrescenta: “Isto me faz entender que Deus aceitou minha oferta; aliás, sei que Deus não

costuma rejeitar estas ofertas”. Daí para frente, a vida de Dom João foi-se, pouco a pouco, apagando definindo, consumindo. De fato, a oferta generosa e comovente da sua vida Deus a aceitará.

Há um terceiro documento deixado pelo velho e santo arcebispo. Escreveu-o, trêmula a letra, trinta e quatro dias antes da morte, em Roma, onde fora para o jubileu do Colégio Pio Brasileiro e de onde seguira para Ávila, na Espanha para visitar o Carmelo de Santa Teresa. Aí ficou mal e quase não pôde voltar. Voltou na Semana Santa para morrer dias depois, em pleno aleluia de Páscoa. Aliás, para ele, músico e maestro, não havia época da liturgia mais linda para morrer do que esta, quando a Igreja canta centena de vezes a sua alegria diante do Ressuscitado. Neste escrito, Dom João revela que naquele dia – “hoje” – “algo muito sério” ia acontecer “para mim e minha diocese”. É a renúncia na idade-limite que ele iria completar a 2 de dezembro próximo. “Estou entregue inteiramente ao Pai. Ele me chamará quando aprover”. Fala então, do momento mais belo da vida que é a morte. Pede aos padres que não escondam a sua situação de saúde ao povo, principalmente aos pobres. E faz as disposições de sua última vontade: paramentos roxos no caixão em sinal de penitência “pelos erros e descuidos destes vinte e sete anos de episcopado”; que lhe escrevam no túmulo “Exspecto resurrectionem”; que seu esquife vá por algum tempo à Capela do Carmelo e depois volte para a Catedral; mande que rasguem seus papéis; pede simplicidade na morte. E diz: “que meu esquife seja a minha última pregação”. E foi! O povo, em silêncio, ficou ali a noite toda e o dia ouvindo atentamente a mensagem devida que o morto tão querido lhe estava pregando.

Ao relatar na Assembléia dos Bispos, a tristeza e as lágrimas do povo humilde de Vitória, na Catedral, diante do corpo inerte do Pastor, permitiu-me perguntar porque Dom João Batista fora tão amado, tão querido do povo, como se pôde ver pelos testemunhos públicos, logo após a Missa exequial, e eu mesmo penso ter acertado a resposta: D. João foi amado pelo seu povo, pela sua Igreja, porque ele soubera amar primeiro, como Cristo, aquele povo. Assim e por isso ofereceu a vida pelos pobres posseiros de Rosa da Penha. Deus aceitou a oferta, como ele mesmo previra.

Seu último sermão foi o esquife sem flor, sem coroa, sem enfeite. Despojado, como ele. Pobre, como os seus pobres tão amados. Aquele homem pálido, paramentado de roxo, mitra na frente e pálio no peito, que, em vida, tinha os cabelos algodoados de brancura e esvoaçantes ao vento, agora penetrara nos átrios da eternidade. Deixara de ser o Pastor para ser o Protetor do seu povo e de sua Igreja.

ANEXO P – Missa do 7º dia do falecimento de DOM JOÃO BATISTA – 03/05/84

Introdução - No Testamento Espiritual que escreveu em Roma, no dia 24 de março, e que vocês terão em mãos no final da Missa, Dom João afirma: “Creio na Ressurreição... Estou entregue inteiramente ao Pai. Ele me chamará quando aprover. Sei que o Pai me chamará no momento mais belo da minha vida. Aliás, a morte é a graça maior e mais bela de toda a existência cristã. É a graça da perseverança final, é o chamamento mais carinhoso e confortante: ‘Vem bendito de meu pai!’ Gostaria de estar consciente para dizer com humildade e confiança: ‘Ecce ego, voca me’ – Mais adiante diz: ‘A morte é o ingresso na vida Trinitária, que não tem mais fim.’”

I- Essas são palavras de um ancião de 74 anos, debilitado pela idade, pela enfermidade do coração e por um tumor maligno no pescoço, homem experimentado no sofrimento e muito agraciado por Deus. São palavras testamentárias, palavras verdadeiras de alguém que entregou a vida, até o fim, por uma causa.

É um grito de Fé e confiança em Deus e na vida eterna que Cristo prometeu aos que nele crêem e que amam os irmãos: “Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crer em mim, ainda que esteja morto, viverá” (Jo 11,25). “Vinde , benditos de meu Pai, possuir o Reino... porque tive fome e me destes de comer...” (Mt 25,35). “Felizes os perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus”...

As palavras de Dom João nos confirmam na Fé em Cristo, na luta por esse Reino, na esperança por esta vida plena.

II- Essas palavras de Dom João questionam a vida moderna com suas vaidades, ganâncias, futilidades.

Dom João morreu pobre. Foi enterrado entre os pobres. Não deixou bens materiais. Mas, deste mundo, ninguém carrega nada mesmo, a não ser as boas obras. E quantas, Dom João levou consigo! Quantas pessoas que ele ajudou com sua palavra orientadora no rádio, na TV, nos retiros, cursos e encontros, nos contatos pessoais, no ministério sacerdotal, sobretudo nos Sacramentos da Reconciliação e dos Enfermos!

Quanto ele ajudou com seu apoio moral, com a força do seu prestígio para que fossem respeitados em seus direitos! Quanto que sua mão direita ajudou sem que a esquerda soubesse!

Nos dias da sua última enfermidade, ouvimos testemunhos comoventes de pessoas a quem ele ajudou com sua caridade discreta.

Por isso, muitos proclamaram, durante o velório, que Dom João partiu, mas que ele continua vivo na memória e nos corações, pela saudade que deixou, pela Igreja viva e atuante, pelas causas que defendeu.

- Antes de partir, ele deixou escrito que, no céu, estaria curado da falta de memória e que não esqueceria ninguém. Prometeu recordar-se desta Igreja de Vitória, pedindo ao Pai pela sua perseverança na caminhada, com sua união, no espírito e verdade com o Bispo que iria substituir.

Estou sucedendo, mas não poderei substituir Dom João.

Agradeço a Deus esses dois anos e meio de convivência com ele, quando pude admirar seus gestos proféticos e beber nessa fonte de sabedoria e de virtude.

Posso testemunhar seu carinho para com os fracos, sua lealdade para com os amigos, sua abertura para todos os dons dentro da Igreja e para com todos os valores humanos.

Sinto-me pequeno diante de uma herança tão grande.

- Peço a colaboração de todos.

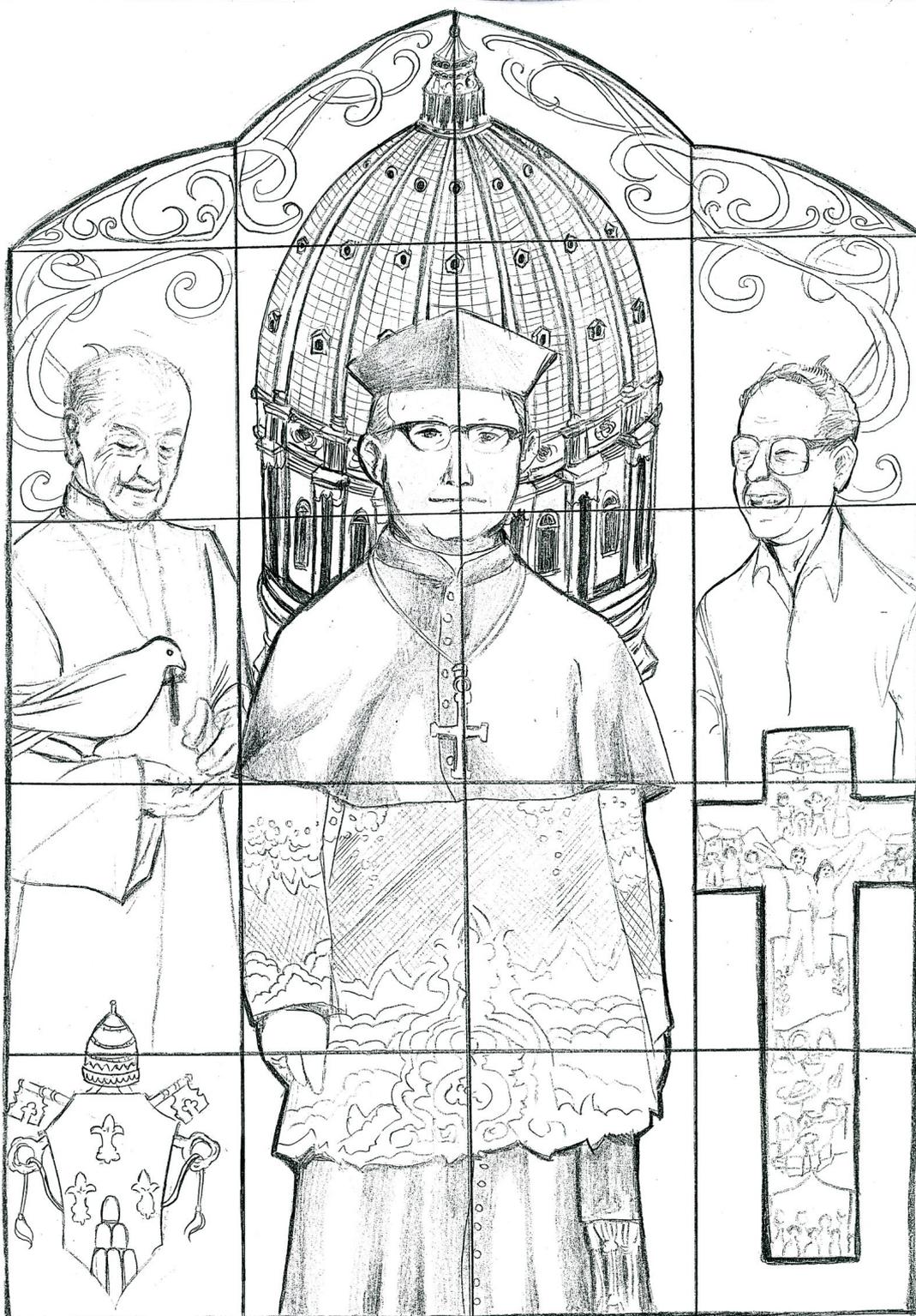
A obra é de CRISTO!

Sejamos servidores fiéis!

ANEXO Q – À luz dos vitrais: Influências sobre Dom João antes do Concílio Vaticano II



ANEXO R – À luz dos vitrais: Influências sobre Dom João durante o Concílio Vaticano II



ANEXO S – À luz dos vitrais: Influências sobre Dom João após o Concílio Vaticano II

